

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES - CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

MIRIELLY FERRAÇA

PROSTITUIÇÃO: VOZES QUE ECOAM, SEREIAS QUE (EN)CANTAM

CASCAVEL - PR

2013

MIRIELLY FERRAÇA

PROSTITUIÇÃO: VOZES QUE ECOAM, SEREIAS QUE (EN)CANTAM

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Interdiscurso: práticas culturais e ideologias.

Orientador: **Prof. Dr. João Carlos Cattelan**

CASCADEL – PR

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste

1. **Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362**

F419p Ferraça, Mirielly
Prostituição: vozes que ecoam, sereias que (en)cantam. / Mirielly
Ferraça.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.
163 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Cattelan
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Centro de
Educação, Comunicação e Artes.
Bibliografia.

1. Prostituição. 2. Entrevistas. 3. Análise do discurso. I.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 401.41

MIRIELLY FERRAÇA

PROSTITUIÇÃO: VOZES QUE ECOAM, SEREIAS QUE (EN)CANTAM

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. João Carlos Cattelan - UNIOESTE
Orientador

Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi - UNICAMP
Membro Efetivo

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares - UNIOESTE
Membro Efetivo

Profa. Dra. Rita das Graças Felix Fortes - UNIOESTE
Membro Efetivo

Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan - UNESP
Membro Suplente

Ivo José Dittrich - UNIOESTE
Membro Suplente

*Ao Stanis David Lacowicz,
por tudo o que já vivemos juntos e tudo o que isso significa.*

AGRADECIMENTOS

Com a dissertação aprendi que ainda tenho muito o que aprender. Que o mestrado é apenas mais um degrau da vida acadêmica e que, para subi-los, é necessário ter como apoio mãos de amigos que nos incentivam, ensinam e impulsionam a ir adiante. Sendo assim, agradeço:

Ao João Carlos Cattelan, professor orientador a quem devo a realização deste trabalho. Se não fosse por ele ter acreditado em meu projeto e ter aceito o desafio de mudar o *corpus* da pesquisa na metade do programa; se não fossem pelas leituras de Pêcheux feitas com tanta propriedade em sala; se não fossem pelos exemplos pessoais utilizados para explicar os conceitos da Análise do Discurso, deixando as aulas mais leves; se não fosse pela leitura atenta, dedicada e valiosa que fez do texto; se não fosse a tentativa de me ensinar um pouco mais a cada orientação, com certeza, esta pesquisa não existiria. Exemplo de dedicação, pontualidade, responsabilidade, seriedade e amor à pesquisa.

Ao professor da graduação e orientador do TCC, Alexandre Ferrari. Foi ele quem me apresentou efetivamente a Análise do Discurso e com esse gesto me fez ver o mundo de uma maneira “diferente”. Seus ensinamentos, correções em vermelho, orientações que pareciam mais um bate papo, contribuíram para que eu pudesse iniciar os primeiros degraus da caminhada.

À minha família, que suportou o meu mau-humor, minha ausência e, mesmo assim, incentivaram-me a continuar sempre. Especialmente à minha mãe que enfrentou todas as dificuldades da vida e lutou para que eu pudesse ter o essencial para crescer.

Ao Stanis David Lacowicz, com quem aprendi que relacionamentos não são fáceis, às vezes nada românticos, mas **reais**. Agradeço ao “namorado” pela força dada nos momentos difíceis (por vezes quase impossíveis), pelos sorrisos roubados, pelo incentivo diário, por compreender a importância de minha ausência e por ter me dado forças, quando eu já achava que não as tinha. Agradeço também pela leitura que fez do texto e pelas sugestões tão bem-vindas.

À professora Luciane Thomé Schröder, que além de contribuir, e muito, para minha formação acadêmica enquanto professora da graduação, abriu as portas da sala de aula para que eu pudesse efetuar o estágio do programa de Mestrado.

À professora Rita Felix que aceitou o convite de fazer parte deste trabalho. Suas indicações de livros no Seminário de Pesquisa foram fundamentais para o desenrolar da pesquisa e seu entusiasmo na Qualificação ao ler as entrevistas com carinho e tratar cada uma das entrevistadas como personagens foi fundamental para que eu passasse a vê-las assim também.

Aos amigos da Unioeste Alexandre Zanella, Pedro Leites Junior, Maricélia Nunes, Rafael Ruiz e Raysa Schmidt. Foi na graduação que nos conhecemos, crescemos juntos, nos formamos e seguimos juntos nos momentos difíceis e muito mais nos alegres. Ainda ao Alexandre pela leitura atenta e pontual que fez dos rabiscos que esta dissertação é.

Aos amigos e colegas do mestrado que fizeram o mestrado não ser uma caminhada tão solitária assim. Contamos com o apoio, incentivo e amizade uns dos outros, fosse na mesa do bar, pessoalmente, na biblioteca, via e-mail ou facebook. Agradeço a amizade construída com a “Turma da AD”: Claudineya Grzeszeszyn, Cibelle Preussler, Luiz Carlos Oliveira e Simone Carina Gehlen.

À Aline Mayer Arriola e à Halanna Celuppi, duas pessoas maravilhosas, que tenho a honra de chamar de amigas. À Babylla Montine que me lembra todos os dias o quanto a vida é bela e o quanto somos, à nossa maneira, belas também.

Às “dirlas” sempre presentes em meu coração e em minha vida.

À Capes, pela bolsa concedida, grande auxílio para a conclusão do Mestrado e escritura da dissertação.

FERRAÇA, Mirielly. *Prostituição: vozes que ecoam, sereias que (en)cantam*. 158p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013.

RESUMO

Tomando por base entrevistas realizadas com quatro garotas de programa, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, esta pesquisa visa analisar algumas Sequências Discursivas (SD) a partir da Análise do Discurso de orientação francesa. Dessa forma, ao constatar na repetição do discurso a presença da memória discursiva que contribui para cristalizar os efeitos de sentido sobre a prostituição, buscou-se compreender que sentidos ecoam nas SDs selecionadas. Os capítulos de análise foram divididos seguindo temáticas maiores em que os discursos se encontram e se repetem. No primeiro, coloca-se em discussão a porta de entrada na atividade, evidenciando, na materialidade linguística, as causas apontadas que impulsionaram as garotas para a entrada na prostituição. São apresentadas várias desculpas que apontam para o "outro" a culpa de estarem "ali", mas, no fio do discurso, percebe-se que as justificativas não as redimem, pois, se o fizessem, elas não precisariam esconder da família, filhos e amigos o que fazem para "ganhar a vida", não necessitariam se esconder nas sombras da "noite". Vê-se que as garotas julgam com a mesma moral com que são julgadas; assim, na sequência do trabalho busca-se contemplar os enunciados que mostram as entrevistadas como moralistas e seguidoras da moral instituída como "certa" e "aceitável". Para fechar as análises, são apresentadas as SDs que se referem à saída do *Porto das Sereias* (nome fictício), local em que foi realizada a pesquisa. As alternativas apontadas são as mesmas: outro emprego, educação e casamento. Elas buscam saídas que possam redimi-las da vida que levam, que as torne sujeitos pertencentes à dinâmica social, com atitudes condizentes com o que é considerado "correto" e "esperado" para uma mulher. O que se nota com a pesquisa é que o discurso cristalizado sobre a prostituição impera e reflete na fala das entrevistadas, mostrando também um discurso contraditório, de mulheres que vivem no entremeio: não estão nem só a margem (isso por serem também mães, filhas, ex-esposas) e não fazem parte plenamente da dinâmica social aceita como "correta".

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Entrevistas. Análise do Discurso.

FERRAÇA, Mirielly. *Prostitution: voices that echo, mermaids that (en)chant*. 158p. Dissertation (Masters in Arts and Letters) – Arts and Letters Post-Graduation Program, Western Paraná State University – UNIOESTE, Cascavel, 2013.

ABSTRACT

Taking as a basis interviews made with four “female escorts”, prostitutes, under the approval of the Ethics in Research Committee (Comite de Ética em Pesquisa – CEP) of the Western Parana State University – UNIOESTE, this research aims to analyze some Discursive Sequences (SD), according to the French Stream of Discourse Analysis. Thus, by verifying, in the discourse repetition, the discursive memory presence, that contributes to crystallize some meaning effects about prostitution activity, it was tried to understand which meanings echo over the selected SDs. The analysis chapters were organized following some general themes in which the discourses meet and repeat themselves. In the first, it is put under discussion the entrance door of that activity, evidencing in the linguistic materiality, the pointed causes that incited them to start prostituting themselves. Excuses are presented by the interviewees that direct the guilty of being “there” (doing that activity) to the “other”. Nonetheless, along the thread of the discourse, it is noticed that the justifications do not redeem them, because, if the explanations were enough, those women would not need to hide from family, children, and friends what they do to make a living, would not need to hide themselves in the “night” shadows. It is understood that those woman judge according to the same moral pattern whereby they are judged. Then, in the following parts of the work, the objective is to find and contemplate the statements (utterances, stretches of text) where they appear as moralists and followers of the established moral about what is “acceptable” and “right”. In order to conclude the analysis, it is dealt with the SDs which refer to the way out from the *Siren’s Harbour* (fictional name used to refer to the place where they work, the brothel), where the research was made. The alternatives pointed are shared between them: another profession, education, and marriage. They pursue exits that might redeem themselves from the way they live, making them subjects that are part of the social dynamics, with acts agreeing to what is taken as correct and expected of a woman. In the research, it is noticed that the crystallized discourse about prostitution still commands and it is reflected in the speech of the interviewees, showing a contradictory discourse of women living on the in-between: they are neither only on the margins (because they are also mothers, daughters, ex-wives), nor fully taking part of the social dynamics accepted as correct.

KEY-WORDS: Prostitution. Interviews. Discourse Analysis.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. METODOLOGIA: ESCOLHAS E CAMINHOS | 19 |
| 1.1 AS SEREIAS DO PORTO | 29 |
| 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS..... | 37 |
| 2.1. NEM LINGUÍSTICA, NEM SEMÂNTICA: UMA DISCIPLINA DO DISCURSO, UM LUGAR NO ENTREMEIO | 37 |
| 2.2 DISCURSO E PODER: FIOS QUE SE LIGAM, FUIROS QUE FALHAM | 48 |
| 2.3 TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO: CONCEITOS E DIRECIONAMENTOS | 55 |
| 3. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: A CULPA É DO MUNDO | 69 |
| 4. OLHO NO ESPELHO E SÓ VEJO O OUTRO: NO FIO DA NAVALHA | 106 |
| 5. SAÍDA DO PORTO DAS SEREIAS: EM BUSCA DO PORTO SEGURO..... | 131 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 152 |
| REFERÊNCIAS | 156 |
| ANEXOS | 160 |

APRESENTAÇÃO

Às vezes, não se escolhe o objeto a ser estudado; é ele, por vezes, que escolhe. Mas nem sempre se sabe por que. A prostituição sempre exerceu certo fascínio sobre mim, isso por conta do imaginário que existe sobre a imagem da prostituta. Ir a um bordel, ainda que sob a desculpa de fazer entrevistas, era conhecer um "mundo" de luxúria e prazer destinado somente aos homens. Eis um espaço restrito, inacessível, apagado, silenciado das reuniões de família e do convívio familiar. Não que se quer defender ou realçar a imagem de "boa" moça, mas a prostituição parece mesmo ser impedida de adentrar o âmbito familiar e se é falado sobre o assunto é sempre com aquele tom de estigma, condenando a prática acima de qualquer coisa.

O imaginário coletivo acerca das casas de prostituição constrói um cenário luxuoso, envolvente e fascinante. Era o que eu pensava antes de visitar o *Porto das Sereias*. Imaginava, a partir da memória discursiva, que as casas noturnas transbordavam cenários decorados com tons de vermelho, muitas luzes, muita alegria, pessoas animadas em todas as mesas e dançarinas no palco convidando os clientes a participarem da festa. O que se encontrou foi uma casa apagada, com luzes fracas e em meio a muita penumbra. De fato, é uma casa grande e bonita, mas exibia em sua arquitetura uma estrutura bem antiga, apagada pelo tempo. As entrevistas ocorreram pouco antes de a casa começar a funcionar, mas, mesmo assim, não se via muita "vida" por ali.

Além do ambiente, outros sentidos antes não pensados adentraram a pesquisa sem pedir licença e, quando dei por mim, estava observando um universo que, claramente, desconhecia. Primeiro, porque imaginava colher histórias diferentes, mas a Análise do Discurso mostrou se tratarem de ecos que vêm de bem, bem longe e que, ainda assim, reverberam-se até hoje. Saber que as garotas de programa vendem sexo porque precisam de dinheiro e porque devem sustentar os filhos é bem sabido, mas não se atentava para o fato de que, no fio do discurso, elas queriam justificar as escolhas, redimir-se e passar a imagem de "boa" moça, "organizando" um discurso contraditório que ora reafirma, ora se desfaz. O que não se imaginava era que elas, as

garotas de programa, são divididas entre o “certo” e o “errado”, não estão somente à margem, mas também não fazem parte da trama social plenamente. Elas vivem no entremeio e, de repente, viver na zona é mais do que viver numa casa de prostituição; viver na zona é estar no meio do caminho, no não-lugar ou na terceira margem do rio como quer Guimarães Rosa.

Não felicidade clandestina, mas sexo clandestino. Tal assunto, em outras épocas, quem sabe não percorreria os bancos das universidades com tanta facilidade, mas, se parece que avançamos, percebe-se que ainda há muito a descobrir e muito a ser descortinado sobre o tema (dito e repetido) mais antigo do mundo.

INTRODUÇÃO

DANI Pequena Sereia!! Loira Só 18 anos com 1.50 de Pura sensualidade e malícia! Confira e Apaixone-se! Privê Luxo. (31) 9644-8847.

(@prostitwittess¹)

Histórias que se repetem. Memória que se perpetua. Retratadas de inúmeras formas, por diversos escritores, em diferentes épocas, a Literatura e o cinema não se cansam de trazer fortes personagens femininos que mostram a difícil e estigmatizada vida de meretrizes. Literatura que conta, cinema que mostra, vida real que imita e se deixa imitar. Tratar da “profissão mais antiga do mundo” (frase dita e repetida pelo senso comum) é contar mais uma das muitas histórias sobre as mulheres que vendem o corpo por dinheiro; demasiadamente comum se não existissem sentidos que se repetem, ditos que ecoam por meio dos séculos.

Vende-se sexo no *Porto das Sereias*² e também se doam histórias. Quatro são as protagonistas desta pesquisa e a partir de seus enredos a análise é tecida. Lembranças de amor, sofrimentos, sacrifícios, renúncias, justificativas e, por vezes, alguns silenciamentos marcam a história dessas garotas. Embora pareçam relatos singulares, vê-se que se trata, na verdade, de uma memória (ins)(cons)tituída.

Mônica, Ana Paula, Carol e Duda são nomes fictícios que relatam histórias “reais”³. Tal quais as sereias, seres híbridos de mulher e peixe, caracterizadas pelo cantar sublime que fascina e envolve os navegantes, as garotas que vendem sexo no *Porto das Sereias* também esperam e enlaçam os marinheiros que ali desembarcam em busca de um *Porto* seguro e acalentador, desejosos e carentes, à procura da satisfação de seus desejos. São navegantes submetidos aos (en)cantos de mulheres divididas.

¹ Acesso em 05/12/2012: <https://twitter.com/prostitwittess/status/4448074544>

² *Porto das Sereias* é um nome criado nesta pesquisa remetendo a casa noturna em que as garotas entrevistadas se prostituem. As justificativas para a escolha do nome e o porquê da necessidade de usar um nome fictício se encontram no Capítulo Metodológico “Escolhas e Caminhos”.

³³ Utiliza-se a palavra “reais” para caracterizar que se trata, efetivamente, de relatos de mulheres de nosso cotidiano que vivem da venda de sexo, apesar de entender que as histórias relatadas se constituem por um imaginário ideológico e social, não podendo ser caracterizadas como “histórias reais”.

Formada por uma imagem híbrida, a sereia é, em sua completude, a soma da incompletude das partes de que é feita: metade mulher, metade peixe. Assim é a prostituta, dividida entre mulher idealizada e garota de programa (re)negada, em que cada metade experiencia um lugar diferenciado, mas cada lugar não pode ser ocupado em sua plenitude. Por viverem na contradição, elas se encontram no entremeio, na terceira margem do rio, no não lugar:

Mas nossos espaços nem sempre são marcados pela eternidade. Há também espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. **Assim, tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – como as regiões pobres ou de meretrício – fica num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes.** Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas **são sempre vistos como locais de transição: ‘zonas’, ‘brejos’, ‘mangues’ e ‘alagados’.** **Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo** (DAMATTA, 1997, p. 45 – grifos nossos).

Enquanto mães, filhas e ex-esposas, pertencem a casa, mas a condição de garota de programa, ofício exercido na rua, não permite que elas sejam por completo o que se espera socialmente de uma mãe ou uma dona de casa. Enquanto garotas de programa, não estão totalmente à margem, já que são também mães, (ex)(futuras)esposas e filhas. Elas transitam em lugares não só distintos, mas opostos: no imaginário social, a mulher enquanto “moça de família”, destinada ao casamento, “boa” mãe e filha seguidora dos “bons” costumes ensinados pelos pais, não poderia, segundo esse mesmo imaginário, ocupar a “devassidão”, a liberdade sexual e a promiscuidade. Mas, de um jeito ou de outro, ocupam ambos os espaços, como se pode ver nas Sequências Discursivas (doravante SD) abaixo:

(SD 01) Não, **eu sou uma coisa aqui dentro**. Fora daqui, onde eu moro, em qualquer lugar, se eu tivé numa balada, alguém vim falá comigo, falá alguma coisa, eu sou capaz de batê (Ana Paula – grifos nossos)⁴.

(SD 02) **O que nós como aqui é aqui. Saiu do portão pra fora você tem que ser quem você é lá fora**. Agora aqui dentro você até esquece quem você é... (Carol – grifos nossos).

⁴ Todas as SDs destacadas neste trabalho fazem parte de entrevistas realizadas nos dias 01 e 06 de agosto de 2012, cujo projeto de pesquisa recebeu autorização do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no dia 28 de junho de 2012.

Nas SDs destacadas acima, pode-se perceber os efeitos de divisão de espaços marcados pela conduta que elas precisam ter na rua e na casa. Entretanto, ressalta-se que a contradição vai além da diferenciação dos lugares ocupados por elas, relacionando-se com o choque que ocorre com essas posições (ser mãe e ser prostituta), justamente por se constituírem socialmente como extremos. A dualidade de suas vidas não faz com que apenas vivam lugares diferentes, mas, justamente por serem lugares opostos, ela as conduz, como afirmou Damatta (1997), para um espaço singular, em meio ao conflito.

No decorrer da pesquisa terá visibilidade a contradição em que vivem e as justificativas que apresentam para fugir do meio termo e buscarem a inserção nos moldes sociais. O tempo todo elas procuram desculpar-se por estarem na “vida”, justificando que foram “obrigadas”, direcionando a “culpa” para o outro. Além disso, as saídas possíveis que elencam para a vida que levam estão ligadas ao sonho de deixar o “limbo” e adentrar, de vez, um lugar pleno, em que consigam ser sujeitos reconhecidos (sem o teor do estigma) como pertencentes à trama social.

A imagem ambígua da sereia relaciona-se à da mulher sedutora, em certa medida tentadora, cujo diálogo com a figura da prostituta foi trabalhado por Moacyr Scliar em seu romance *“O ciclo das águas”* (2010), de 1975. Nessa obra, a personagem Esther é traficada da Polônia ao Brasil para servir nas casas de prostituição, mas sai de seu lar enganada com um casamento de fachada. A Pequena Sereia é a figura que acompanha a vida de Esther e está relacionada ao florescimento de sua sexualidade: aos 13 anos, quando um capitão polonês convida a garota para conhecer sua casa, senta-a sedutoramente em seus joelhos e conta-lhe a história da Pequena Sereia; após o casamento, quando ela é levada a Paris, onde perde a virgindade e é iniciada nas artes sexuais, encontra a segunda referência da pequena sereia, uma estatueta em um abajur que Esther carregará até os últimos dias de sua vida, como uma espécie de amuleto. Esther abre uma casa de prostituição chamada “Casa das Sereias”, relacionando a figura mitológica da sereia não só a si mesma, mas também às garotas que moram na boate.

Se a sereia é marcada pela contradição e pela divisão, Esther também é. A personagem de “O ciclo das águas” (2010) é dividida entre a cultura religiosa judaica, com a qual cresceu e pela qual constituiu seu modo de ver a vida, e entre a prostituição. Se, de um lado, Esther sabe que seu pai nunca a perdoará por ter confrontado os ensinamentos religiosos do judaísmo, de outro, ela também sabe que a venda de sexo lhe trouxe liberdade, uma forma de prover os seus gastos e os de seu filho. Assim, tanto Esther (personagem literária) como as entrevistadas (personagens reais) vivem no entrelugar, buscando constantemente se encaixar onde não há encaixe. Se permanecerem sereias, serão divididas. Mas, como se verá, as garotas do *Porto das Sereias* afirmam que desejam deixar a prostituição e ocupar lugares reconhecidos pela moral social. Desejam, como a Pequena Sereia, personagem do conto de igual nome de Hans Christian Andersen, tornarem-se “humanas” por completo, deixar a ambiguidade da vida que levam, e adentrar o espaço social sem o estigma de pertencer ao “submundo” (marinho).

A partir da Análise do Discurso de orientação francesa, esta pesquisa se propõe a estudar a prostituição sob a perspectiva de quem a vivencia na pele. Ao entrevistar quatro garotas de programa, pretende-se ver, na materialidade linguística, que sentidos ecoam sobre a prática de prostituir-se e como o interdiscurso e a memória social estão presentes nos enunciados, dado que se inscrevem nas práticas e nos discursos cotidianos.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, recebendo o parecer positivo no dia 28 de junho de 2012. No Capítulo metodológico “Escolhas e Caminhos”, será contextualizada a importância e os passos dados para que a pesquisa seguisse os preceitos éticos, buscando a integridade dos sujeitos envolvidos e a qualidade da coleta do material. O nome do local em que a pesquisa foi realizada não aparece neste trabalho, justamente por seguir as diretrizes fornecidas pelo Comitê. Dessa forma, a casa noturna é chamada durante a dissertação de *Porto das Sereias*, sendo apresentadas justificativas para a escolha do nome. Nesse capítulo, explicitar-se-ão também os métodos científicos usados para o

desenvolvimento da pesquisa, tendo como fio condutor de todo o trabalho a Análise do Discurso de orientação francesa.

No Capítulo “Pressupostos teóricos”, buscou-se: a) delinear um panorama sobre a teoria: se é a Análise do Discurso que preenche toda esta pesquisa, procurou-se na seção “Nem Linguística, nem Semântica: uma disciplina do discurso, um lugar no entremeio” comentar a importância da disciplina, seu surgimento e a proposta de unir Linguística, Marxismo e Psicanálise. A intenção não é recontar a história da Análise do Discurso, mas mostrar o que a disciplina propõe, o que ela nega, mostrando as questões de embate entre sentido e Linguística e como unir esses pontos numa análise materialista e filosófica da linguagem; b) abordar na seção “Discurso e poder: fios que se ligam, furos que falham” como a linguagem e o discurso são vistos pela Análise do Discurso, mostrando o poder existente na língua e c) apresentar na seção “Uma teoria materialista do discurso: conceitos e direcionamentos” os fundamentos da teoria, conceitos que são a base e servem como direcionamento aos analistas que se aventuram nessa empreitada discursiva. Os principais conceitos abordados serão condições de produção, interdiscurso, intradiscurso, memória discursiva, formações discursivas e ideológicas, esquecimentos 1 e 2, relações imaginárias, discurso e sujeito.

O capítulo “Os fins justificam os meios: a culpa é do mundo” apresentará SDs que apontam como a prostituição passou a fazer parte da vida das entrevistadas. Trabalha-se, assim, com as justificativas apresentadas por elas para a entrada para a prostituição e o que se verá é que as entrevistadas buscam no outro a “culpa” por estarem no meretrício. Dentre os responsáveis apontados, estão: divórcio, sustento dos filhos, falta de dinheiro, falta de emprego, influência de amigas e o próprio destino. O que se questiona é se essas justificativas realmente as redimem, pois, apesar de serem plausíveis para as entrevistadas, ainda assim, elas precisam se esconder, negar que são garotas de programa e silenciar aos amigos e familiares o que fazem.

Marcadas ideologicamente pelos preceitos morais vigentes, as entrevistadas julgam os “errados” e buscam, ainda que sob os esquecimentos 1 e 2, enaltecer que, apesar de serem garotas de programa e estarem à margem, são “boas” mulheres. No capítulo “Olho no espelho e só vejo o outro: no fio da navalha” é possível observar, nas SDs destacadas, que as garotas julgam a partir da mesma moral que são julgadas, ou

seja, elas estão fora, à margem, mas ainda assim estão dentro dos valores morais ao se valerem deles para delinear o “certo” e o “errado”, repetindo os dizeres cristalizados sobre a venda do corpo.

Se há justificativas para a entrada, há planos para a saída também. No capítulo “Saída do Porto das Sereias: em busca do porto seguro” foram selecionadas as SDs que apontam o caminho para deixar a prostituição: outro emprego, a educação ou o casamento. Buscar-se-á perceber os sentidos que são produzidos a partir das saídas elencadas pelas garotas, em que medida as opções para deixar o que fazem são realmente saídas ou talvez formas de redimi-las do que já fizeram. Assim, encontrar outro emprego, sendo este considerado digno e aceito pela sociedade, buscar na educação uma maneira louvável de dedicação e superação ou ainda casar e firmar o matrimônio diante das Leis (jurídicas e divinas) são possibilidades que poderiam apagar o passado e fariam com que voltassem a integrar-se na dinâmica social sem serem estigmatizadas. Apesar de seguirem por um caminho “tortuoso”, elas desejam trilhar (novamente) pelos tijolos amarelos, ainda que essas alternativas elencadas por elas pareçam ser mais uma desculpa para continuarem na vida que levam por mais tempo.

Casar-se efetiva uma mudança no lugar ocupado na trama social. As garotas do *Porto das Sereias* podem ser, novamente, comparadas também à personagem do conto “A Pequena Sereia” (2002), escrito entre 1836 e 1837 por Hans Christian Andersen, a qual busca a concretização amorosa no casamento, mas, para isso, ela deve deixar o “fundo do mar” e tornar-se “mulher”, vir para o mundo dos seres humanos, ou, no caso das entrevistadas, deixar as sombras da noite e adentrar a posição “digna” de esposa.

Uma vez conquistado o amor do “príncipe” e efetivado o enlace matrimonial, a pequena sereia (e as garotas de programa) alçará o posto de ser socialmente aceita entre a comunidade, e não poderá regressar ao seu local de origem, dado que, na condição de mulher e esposa, o fundo do mar (ou o espaço estigmatizado da boate) não mais lhe pertence. Tanto para a pequena sereia como para as entrevistadas é a condição contraditória e a busca por efetivar-se num lugar desejado que as fazem procurar no enlace matrimonial a plenitude. As garotas de programa e a pequena sereia vivem, então, no entremeio marcado pelo anseio do matrimônio (como medida de

transcenderem sua condição marginal) e a impossibilidade que marca suas configurações ambíguas.

Para finalizar, as “Considerações Finais”, que buscam não por um fim no trabalho ou apresentar conclusões, mas sim amarrar os capítulos, elucidando um ponto ou outro da análise. Longe de fornecer resultados, objetiva-se *abrir campos de questões* como quer/deseja Pêcheux com a Análise do Discurso.

Incompletude das sereias, de Esther, das garotas de programa. Incompletude da linguagem: o que se quer com esta dissertação é justamente discutir o que está à margem, o que não se encaixa, o ambíguo, aquilo que não é nem uma coisa nem outra; o que está na zona, no entremeio, no não-lugar. É analisar o que é a prostituição sob a ótica de quem a vivencia e também buscar que efeitos de sentidos ecoam no implícito, o que está apagado. Outras Esther virão e, sob o apagamento discursivo, dirão ser únicas; mas se sabe que, assim como a água jorra em ciclo, a memória e o interdiscurso existentes a prática tendem a ecoar: continuamente. É o ciclo das águas, em que o fim é o recomeço.

1. METODOLOGIA: ESCOLHAS E CAMINHOS

*Joga pedra na Geni/ Joga pedra na Geni/ Ela é feita para apanhar/ Ela é boa de cuspir/ Ela dá pra qualquer um/ Maldita Geni.
(Chico Buarque de Hollanda – Geni e o Zepelim)*

Histórias de mulheres que encontram na venda de sexo um jeito (fácil ou não) de ganhar dinheiro. Cada uma com suas peculiaridades, mas, de uma forma ou de outra, seus caminhos acabam se cruzando no entrelaçar de memórias discursivas que se repetem. Em seus enunciados, percebe-se o ecoar de outras vozes, ditas antes, em outro lugar, que delineiam quem são as garotas de programa, suas justificativas e desculpas, seus sonhos e desejos de deixar a vida que levam. Nos depoimentos colhidos, nota-se a materialização da repetição de um discurso que precede os sujeitos, que, entretanto, por si só, não definem inteiramente seus dizeres, dado que o sujeito é histórico e imprime sentidos a partir das suas condições de produção. Há, portanto, nessa confluência de sentidos, vozes já ditas que se misturam com o aqui e o agora, o interdiscurso no intradiscurso, e este naquele.

Neste trabalho, garotas de programa são as protagonistas da pesquisa. A partir de suas histórias, analisa-se que efeitos de sentidos ecoam sobre a milenar venda do corpo e se seus enunciados reforçam os dizeres cristalizados sobre essa prática. Os capítulos de análise se dividem segundo aspectos macro, como a legitimação de seus discursos por meio das justificativas apontadas para o ingresso na prostituição, o moralismo e como elas partem da moral estabelecida para julgarem assim como são julgadas e as saídas elencadas para deixar a venda de sexo. A partir dessa divisão, busca-se evidenciar, por meio dos recortes enunciativos, como os discursos das garotas entrevistadas se parafraseiam, se encontram e se repetem.

O fio condutor para o desenvolvimento desta pesquisa é a Análise do Discurso Pechêutiana que movimenta as análises discursivas por meio da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico. É a partir da e na linguagem que o sujeito se constitui, dentro de um contínuo processo ideológico e, assim, é por meio da

materialidade linguística que é possível observar o funcionamento da língua, indissociada da história e da ideologia: “A linguagem configura as pistas para que possamos chegar um pouco mais perto do sujeito, e a Análise do Discurso possibilita que o conhecimento constitua-se além do 'achar' de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido” (LAGAZZI, 1988, p. 51). Para que a análise proposta neste trabalho seja possível, interessa ao analista a materialidade discursiva, na qual se inscrevem possibilidades de reconhecimento dos efeitos de sentido presentes nos enunciados, assumindo, acima de tudo, a não transparência da linguagem. O papel do analista nesse processo é buscar perceber os efeitos de sentidos que permeiam o discurso, não se reportando a regras, “mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si, mas o seu funcionamento no discurso” (ORLANDI, 2001 a, p. 64-65).

A Análise do Discurso se relaciona com análises qualitativas, que não visam o esgotamento ou uma verdade absoluta sobre um fato. O analista

Também não procura um sentido verdadeiro através de uma ‘chave’ de interpretação. Não há esta chave, **há método, há construção de um dispositivo teórico**. Não há uma verdade oculta atrás do texto. **Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender** (ORLANDI, 2001 a, p. 26 – grifos nossos).

Ao utilizar a análise qualitativa não se poderia pressupor resultados únicos e objetivos, primeiro, porque a língua é opaca e, segundo, porque, mesmo utilizando o mesmo objeto e a mesma teoria de pesquisa, ainda assim não se obteriam resultados tão precisos, pois analistas diferentes poderiam usar conceitos distintos, chegando a análises diferenciadas. Segundo Orlandi (2001 a), o dispositivo teórico é o mesmo, mas o analítico não. O fato é que a objetividade e transparência do discurso científico são relacionais; até mesmo as menores seleções feitas pelo pesquisador poderão definir o resultado do trabalho científico, como a escolha do *corpus* e o modo como ele é coletado, como assevera Carvalho (1994):

Queremos salientar que o método, enquanto processo lógico e técnico, efetivamente conduz a um resultado que pode ser considerado dentro dos parâmetros do ‘científico’, **mas toda a pesquisa envolve pressupostos**

teóricos, valorativos e éticos, os quais, por si, já determinam a escolha do ‘objeto’ a ser pesquisado e o próprio direcionamento, em termos de coleta de dados, que ‘marcará’ a pesquisa com a ‘visão de mundo’ do pesquisador (CARVALHO, 1994, p. 153 – grifos nossos).

Na análise do discurso, o pesquisador pode movimentar disciplinas que dialoguem com a análise, como a Linguística, a Política, a Antropologia, entre outras: “Daí deriva, penso eu, a riqueza da Análise de Discurso ao permitir explorar de muitas maneiras essa relação trabalhada com o simbólico, sem apagar as diferenças, significando-as teoricamente” (ORLANDI, 2001 a, p. 29). O que se busca movimentar nesta pesquisa é a memória existente sobre a prostituição, trazendo para o texto saberes sociológicos e históricos, que visam a contribuir para a análise proposta. É como um piscar de olhos: abre-se para outras disciplinas, para a memória, para a história e fecha-se novamente, voltando-se para a materialidade linguística e as suas condições de produção.

Diante do aporte teórico escolhido e dentro dos preceitos metodológicos de pesquisa, este trabalho está pautado na abordagem dita dialética, que se calca em preceitos do materialismo histórico, método que tem como princípio a luta de classes e a ideologia constituída na e pela sociedade. Como assevera Gil (1999, p. 32): “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc”. A análise interpretativa é um dos métodos do qual o trabalho se utiliza, buscando ultrapassar o nível descritivo:

A interpretação dos dados se dá ‘em contexto’, ou seja, mediante o desvendamento das condições objetivas da existência social, a qual, diferenciando os homens, concomitantemente, **os homogeniza como seres históricos** (FAZENDA, TRINDADE e LINHARES, 2001, p. 219 – grifos nossos).

O trabalho se fundamenta, portanto, na análise qualitativa e interpretativa, utilizando as pesquisas exploratória e explicativa. Parte-se da coleta de dados para materializar o *corpus* estudado, por meio de entrevistas semi-estruturadas ou despadronizadas, como definem Lakatos e Marconi (2011), sendo elas um tipo de pesquisa em que o pesquisador possui mais liberdade para realizar questionamentos

ao entrevistado, sem que estes estejam presos tão somente a um roteiro de perguntas pré-estabelecidas. Essa, segundo as autoras, é uma forma de explorar mais amplamente a questão estudada. Utilizar questionários assim é uma das características das pesquisas qualitativas, pois

O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. A entrevista permite o tratamento de assunto de caráter pessoal (LAKATOS e MARCONI, 2011, p. 278 – grifos nossos).

O propósito deste trabalho era entrevistar, no mínimo, quatro garotas de programa de casa noturna, para que se pudesse trabalhar com depoimentos, analisando quem elas dizem ser e que sentidos (re)produzem sobre a própria prática. Sendo assim, como havia o envolvimento do pesquisador com seres humanos, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade, que visa fornecer diretrizes para o desenvolvimento do trabalho, buscando zelar pela integridade dos sujeitos envolvidos, dos pesquisadores e da universidade. O CEP da Universidade Estadual do Oeste do Paraná está vinculado à Comissão Nacional Ética em Pesquisa (Conep) e ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), criado pela Resolução CNS 196/96, de 10/10/96, documento jurídico que apresenta as normas regulamentadoras de pesquisas que envolvem seres humanos.

O projeto de pesquisa, intitulado num primeiro momento “O discurso de profissionais do sexo”, foi encaminhado ao Comitê por meio da Plataforma Brasil, base nacional unificada de registros de pesquisas e obteve o parecer positivo no dia 28 de junho de 2012. Após a aprovação do CEP, as entrevistas foram realizadas nos dias 01 e 06 de agosto de 2012, em uma boate da cidade de Cascavel. O local da pesquisa foi selecionado por meio de uma amostragem não probabilística por acessibilidade, já que, também, trata-se de um trabalho qualitativo. Foram necessários dois dias para a coleta de dados, pois no primeiro dia (01/08) apenas uma das garotas concordou em realizar a pesquisa e no segundo dia (06/08) outras três aceitaram ceder seus depoimentos. Durante a transcrição das entrevistas, procurou-se evitar interferência do pesquisador, retratando de modo exato a forma como elas falaram, sem correções ortográficas, gramaticais ou inserção livre de complementos.

Apesar de haver pouco envolvimento do pesquisador na transcrição dos dados, vale ressaltar que uma pesquisa de campo, principalmente a que utiliza entrevistas, conta com a interferência do pesquisador durante o processo de definição e seleção e, principalmente, durante a coleta, já que o sujeito-pesquisador não escapa aos olhos dos entrevistados. É impossível apagar o lugar que o entrevistador ocupa no momento da entrevista e a imagem que se tem do papel que ele exerce; entretanto tais “interferências” fazem parte da pesquisa, não sendo este um problema metodológico. Como defende Flick (2009), o pesquisador passa a ser parte da constituição dos sentidos que se obterá com o trabalho:

De modo diferente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. **A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa.** As reflexões dos pesquisadores sobre suas próprias atitudes e observações em campo, suas impressões, irritações, sentimentos, etc., tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação e são, portanto, documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto (FLICK, 2009, p. 25 – grifos nossos).

Considera-se, também, que as entrevistadas realizam durante o processo enunciativo uma série de projeções imaginárias de si mesmas, enquanto sujeitos discursivos, assim como do pesquisador. Tais jogos imaginários são imprescindíveis para a constituição do discurso, pois, em um movimento contínuo, como um jogo de espelhos, ocorrerá entre interlocutores uma sucessão de imagens: “aquele que obedece faz uma imagem de si mesmo, do lugar que ocupa na relação com o outro, desse outro que exerce o poder, do lugar ocupado por este, e assim sucessivamente (LAGAZZI, 1988, p. 38-39)”. Nesse sentido, o interlocutor realizará as mesmas projeções imaginárias. Diante de tais relações, o sujeito acredita poder obter o controle de seu discurso, achando-se dono de si:

Segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que as suas palavras produzem. **Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir no seu ouvinte** (ORLANDI, 2001 a, p. 39 – grifos nossos).

Porém, sabe-se que o sujeito não domina seu dizer. Ele pode, eventualmente, realizar substituições a fim de usar a língua a seu favor, mas não consegue permanecer no controle o tempo todo e nem mesmo controlar os efeitos de sentido que seu enunciado pode suscitar. As entrevistadas não realizam essas projeções e nem mesmo buscam obter o controle de seus discursos somente diante do pesquisador e, exclusivamente, quando exercem o papel de objetos de pesquisa, mas realizam esse jogo de imagens diante de qualquer outra situação enunciativa e diante de qualquer outro sujeito (dependendo das condições de produção e de quem é o interlocutor poderá haver uma tentativa maior ou menor de controle, mas as relações imaginárias ocorrerão de um jeito ou de outro, pois o mecanismo imaginário é parte constitutiva do processo enunciativo). Dessa forma, encobrimentos e tentativas de esconder certos efeitos podem ser realizados em quaisquer outras condições de produção, de forma mais ou menos consciente.

Em uma das SD destacadas da entrevista, analisada no capítulo: “Olho-me no espelho e só vejo o outro: moralismo”, por exemplo, a entrevistada busca produzir uma imagem de “boa” garota, com princípios morais firmes, de acordo com o que é aceito e defendido socialmente:

(SD 03) Ah, ele era muito assíduo, **queria até casa comigo.**

Pesquisador: E você não quis?

Ah não, porque eu penso assim, igual que eu dizia pra ele, esse cliente era... nossa ele gastava horrores na noite comigo, aí quando chegou o momento em que **ele falou assim: Olha Duda, eu quero que tu saia da noite**, eu vou dá uma quantidade em dinheiro pra você e você fica em casa ou você monta um negócio pra você mesmo, **aí a gente vai mora junto. Ai eu sei que ele era casado** e tudo, né? **Dai eu falei, mas eu não quero a minha felicidade na tristeza de outra pessoa. O dinheiro é importante nas nossas vidas? É, mas às vezes querê dinheiro, o meu bem-estar nas costas de outra pessoa, vendo outra pessoa sofre, eu acho que também já não é justo** (Duda – grifos nossos).

Dentre outros tantos efeitos de sentidos que serão evidenciados nos demais capítulos, nessa SD é possível perceber uma tentativa de apresentar ao interlocutor uma “boa” imagem, “justa” e de “boa índole”. Assim, a entrevistada parte do discurso religioso e do familiar para reafirmar que não se pode separar “o que Deus uniu” (frase dita e repetida pela Igreja). O efeito construído em seu discurso é o de “boa” moça,

comprometida com a ética cristã, apesar de que, na condição de prostituta, contraditoriamente, ela acaba servindo tanto para a manutenção da existência familiar, como também para a desestruturação dessa instituição na medida em que exerce também o papel da “outra”, da “amante”, prática não aceita pelos valores familiares. Consciente ou não, a tentativa de mostrar-se como uma mulher “correta” não se efetiva durante muito tempo. Inconsciente ou não, outros sentidos aparecem: Duda afirma que ganhou um carro desse mesmo cliente casado; mas ela não viu problema algum e nada que configurasse uma ofensa aos bons costumes:

(SD 04) **Já ganhei um carro na noite.** Ganhei de presente de aniversário. [...] (Duda – grifos nossos).

O fato de o cliente ser assíduo fez de Duda amante, prática não aceita pela relação familiar, pela Constituição e também pelos valores cristãos. Duda não poderia ter o controle de seu dizer, mas, em alguns momentos, talvez, diante das condições de produção desse discurso, ela procura adequar-se ao “politicamente correto”, justamente por ser um discurso aceito socialmente. Nota-se esse efeito principalmente quando ela afirma que não poderia ser feliz a partir da infelicidade do próximo, quando logo na sequência da entrevista diz ser presenteada com um carro por um homem casado. Se houve uma tentativa de “encobrir” algo ou mesmo de mostrar uma imagem idealizada como “boa”, a língua falha e outros sentidos aparecem, logo, não há o controle do dizer.

Tendo em vista o cumprimento dos princípios éticos de pesquisa, para firmá-los como verdade e ceder aos pesquisadores os direitos sobre os depoimentos fornecidos, foi solicitado às fontes a assinatura do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (TCLE), como prevê o CEP. O termo visa à proteção dos entrevistados, ao pormenorizar seus direitos e os riscos que eventualmente podem ocorrer (como o constrangimento com algum dos questionamentos), bem como o esclarecimento do intuito do trabalho. Para os pesquisadores, o termo é importante por formalizar e assegurar que as entrevistas prestadas são consentidas livremente: “A idéia, porém, é a de que o participante de pesquisa só assine o termo de consentimento depois de dar seu *consentimento livre e esclarecido*, isto é, com pleno entendimento do processo e sem qualquer tipo de coerção” (VIEIRA e HASSNE, 2001, p. 22 – grifos dos autores).

Botelho (2003, p. 15) comenta sobre a importância de utilizar o termo de consentimento na prática de entrevistas, respeitando, dessa forma, os direitos do sujeito entrevistado: “Assim, resgatando histórias de vida, poderemos nos aproximar do complexo da problemática, sem ferirmos preceitos éticos e jurídicos”. Outro cuidado é esclarecer aos entrevistados os objetivos da pesquisa, para que suas respostas estejam de acordo com o propósito delineado e possam contribuir para o desenvolvimento do trabalho: “O pesquisador, antes da entrevista, deve informar ao entrevistado sobre o interesse, a utilidade, o objetivo, as condições da mesma e o compromisso do anonimato” (LAKATOS e MARCONI, 2011, p. 278).

Sobre a questão do anonimato, salienta-se que as entrevistadas não serão identificadas com seus verdadeiros nomes, respeitando a decisão das fontes e também o acordo com os preceitos éticos estabelecidos pelo CEP. Também não será divulgado o nome do estabelecimento em que elas se encontravam na noite da entrevista. Os nomes das garotas de programa utilizados neste trabalho foram sugeridos por elas mesmas e a boate será chamada *Porto das Sereias*, nome fictício, criado para substituir o nome original, quando for necessário.

A palavra “porto”, segundo Houaiss (2004, p. 2.267), tem o efeito de “área marítima, fluvial ou lacustre, abrigada, junto ao litoral ou à margem, que dispõe de instalações para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, e armazenamento destas últimas” e também, segundo o mesmo dicionário, “local onde alguém pode descansar e se sentir seguro; refúgio, guarida, proteção”. A associação proposta por esta pesquisa trabalha com as duas definições. A casa de prostituição, nesse sentido, poderia ser comparada a um porto sem mar, no qual os passageiros, clientes e garotas de programa, permanecem por pouco tempo. Elas vivem em constante movimento, entre uma casa de prostituição e outra; estão sempre indo e vindo. Como uma delas descreve:

(SD 05) **Somos turistas nas nossas próprias vidas, fazemos turismo na vida de outras pessoas** e outras pessoas fazem turismo nas nossas vidas e, com isso, ainda **ganha um dinheirinho extra**, aí (Duda – grifos nossos).

É um porto de passagem também para os clientes, que desembarcam, permanecem algumas horas e regressam. As garotas desembarcam no “porto” para

vender e os clientes para pagar por sexo. Para as mulheres, a casa é o local de refúgio, guarida e proteção; é onde elas se sentem seguras para exercerem sua atividade, sem grandes riscos:

(SD 06) A casa sempre avisa: qualquer problema você liga. **Se acontece alguma coisa, você liga e eles tomam providência**, sempre assim (Mônica – grifos nossos).

A boate é também o local onde vivem; mesmo sendo por um período curto, a casa passa a ser sua morada: é onde dormem, fazem refeições, passam o tempo livre e trabalham. Para os homens e mulheres que frequentam o local enquanto clientes, o porto também é associado a descanso, pois é procurado como um lugar que oferece lazer e diversão. O porto é lugar de passagem, já que não há permanência, é a marca de um espaço de transição entre um lugar e outro, um local em que se cruzam caminhos e vidas diferentes.

Já “Sereia”, dentre outros efeitos, remete à figura mitológica grega, que, inicialmente, era formada por tronco e cabeça de mulher e o restante do corpo igual ao de um pássaro; lendas posteriores passaram a descrevê-las como metade mulher e metade peixe. As sereias seduziam os homens com seu canto, como está descrito no Dicionário de Mitologia Grega e Romana (1999):

As Sereias, que além de cantar também tocavam a lira e a flauta, viviam numa ilha do Mediterrâneo (talvez em frente à península de Sorrento), **e atraíam com seu canto maravilhoso os nautas que passavam pelas proximidades**; elas provocavam a destruição das naus contra os rochedos, e em seguida devoravam os naufragos (KURY, 1999, p. 354 – grifos nossos).

As sereias também são associadas à sensualidade: “Elas seduziam os navegadores pela beleza de seu rosto e pela melodia de seu canto para, em seguida, arrastá-los para o mar e devorá-los” (CHEVALIER, 2001, p. 814). O efeito de sedução como uma característica das sereias é hoje uma definição (re)afirmada, constituindo a memória discursiva social: “os imitadores encontrarão aí matéria para exprimir a própria sensibilidade e dar ao mito novas formas: uma feminilização crescente das Sereias – de fato uma sexualização do mito” (BRUNEL, 1998, p. 831), fato que Chevalier (2001, p. 814) também expressa: “Na imaginação tradicional, o que prevaleceu foi o simbolismo

da sedução mortal”. O próprio Dicionário Houaiss traz essa definição no sentido figurado da palavra: “*Sereia* s.f. 3 fig. Mulher atraente, sedutora” (HOUAISS, 2004, p. 2. 553). Ser híbrido, a sereia é metade peixe e metade mulher, evidenciando a ambiguidade de sua figura, destinada às profundidades dos oceanos, não pode adentrar a terra firme, embora seja da cintura para cima humana.

Assim como para a sereia, há vários sentidos, construídos na e pela sociedade, na e pela ideologia, sobre a figura feminina, mas os pontos de encontro entre as duas são: a sedução e o poder que exercem ao utilizá-lo.

A sedução e o poder que dela deriva foram historicamente (e ideologicamente) constituídos como características indissociadas das mulheres. Há várias interpretações bíblicas para o que aconteceu com Adão e Eva; um desses sentidos aponta para a sedução feminina e seu poder de persuasão e, conseqüentemente, de subversão da ordem estabelecida. Assim, uma das interpretações afirma que Eva convenceu Adão a experimentar o fruto proibido, a maçã, também relacionada à sexualidade: “o pecado original, a culpa máxima, na Bíblia, é colocado no ato sexual (é assim que, desde milênios, popularmente se interpreta a transgressão dos primeiros humanos)” (MURARO, 2000, p. 65). Esta interpretação viria a contribuir para a caracterização da mulher como detentora de poder e sensualidade, e, portanto, portadora de tentação e pecado. No século XX, tem-se o delineamento da mulher fatal, mas não mais relacionado ao pecado original:

A mulher que surgiu no século XX, segundo ainda Lipovetsky, permaneceu ligada à sedução. No entanto, as *pin-ups* e as estrelas como Marilyn Monroe, Sophia Loren e Brigitte Bardot não tinham mais almas diabólicas. Exalavam uma sexualidade lúdica, quase infantilizada, **sem qualquer ligação própria com o Pecado Original** (RAMOS, 2006, p. 104 – grifos nossos).

Sendo assim, a associação que se faz entre as sereias e as mulheres encontra como ponto de diálogo a sedução. As sereias são sedutoras, porque as mulheres o são e essa característica parece reverberar pela história de longa duração. Já as garotas de programa relacionam-se com as sereias por se constituírem num lugar de ambiguidade, de se encontrarem no limiar de espaços opostos: a sereia, dividida entre peixe e humana, e a prostituta dividida entre o “certo” e o “errado” constituído socialmente.

Dessa forma, *Porto das Sereias* simboliza o lugar onde as garotas passam alguns dias, vêm e vão, retornam e voltam a sair, “seduzindo” tantos homens que nem se poderia contar: “Se compararmos a vida a uma viagem, as sereias aparecem como emboscadas oriundas dos desejos e das paixões” (CHEVALIER, 2001, p. 814). Se as sereias são vistas como seres que conduzem, por meio do despertar de desejos, a emboscadas, essa associação pode ser relacionada pelo imaginário às prostitutas, consideradas más, destruidoras de lares (embora também se tenha acreditado na prostituição como um mal necessário que evitaria problemas maiores como a homossexualidade e o desrespeito a jovens donzelas, moças de família).

1.1 AS SEREIAS DO PORTO

Distante do perímetro urbano, mas propositalmente bem localizado para quem entra e sai da cidade e propositalmente bem localizado para quem deseja sexo clandestino, localiza-se o *Porto das Sereias*. Como em vários lugares e em diferentes épocas, as casas de prostituição precisaram esquivar-se do movimentado centro-cidadino e passaram a erguer seus quartos em bairros afastados ou mesmo no espaço que compreende o entorno da cidade, como contextualiza Roberts (1998, p. 94):

Inicialmente, as autoridades tentaram desencorajar a prostituição, recusando-se a deixar as prostitutas trabalhar na cidade; **as mulheres simplesmente estabeleceram suas casas e bordéis à beira dos portões da cidade – bastante próximos para os clientes urbanos que desejassem ‘saciar sua sede’ sem ter de sair muito do seu caminho** (Grifos nossos).

Muda-se de lugar, mas não de hábitos. Mesmo precisando afastar-se das ruas movimentadas pelas quais caminhavam senhoras, senhoritas e senhores tidos como “respeitáveis”, e justamente pela necessária “limpeza” cidadina, a venda do corpo não deixa de existir, como descreve Pereira (2004, p. 117):

À medida que os papéis sexuais iam sendo reformulados e as mulheres da elite (ainda dentro do permitido e determinado pelas regras morais criadas pelos homens) iam ganhando as ruas, **tornou-se mais complicado a presença das prostitutas nestas mesmas vias**; principalmente a partir do momento em que os setores públicos passaram a empenhar-se mais em realizar um maior esquadramento geográfico-social das ruas, **para que ‘damas’ e ‘vagabundas’ não se misturassem** (Grifos nossos).

Ainda assim, as casas de prostituição se tornaram peças constitutivas de qualquer lugar, de todo ambiente urbano, sendo quase elementos constituintes do espaço e da atmosfera urbana, mesmo que por vezes, paradoxalmente, fora de seu espaço físico; assim fazem parte do imaginário citadino, mesmo quando sua localização física encontra-se afastada: “Na geografia das cidades, o bordel é tão indispensável quanto a igreja, o cemitério, a cadeia e a escola, integrando-se à paisagem, ainda que significativamente localizado na *fronteira* da cidade, quase seu exterior” (CHAUÍ, 1984, p. 80). As casas de prostituição funcionavam, em outras épocas, com mais força e intensidade, como válvula de escape da sociedade, pois, como disserta Richards (1993), a prostituição foi um meio prático de permitir que os jovens rapazes se iniciassem e reafirmassem sua masculinidade, que homens aliviassem suas necessidades sexuais e que, ao mesmo tempo, fosse possível evitar que eles se aproximassem das esposas e filhas respeitadas, o que contribuía para a manutenção da instituição familiar.

Assim como outras boates que se ergueram fora dos muros citadinos, o *Porto das Sereias*, que iniciou suas atividades em 1983, permanece até hoje no mesmo endereço: às margens da cidade de Cascavel, no Paraná. Outras casas com o mesmo nome foram abertas em outras cidades, com intervalos de um ano a partir de 83: em Francisco Beltrão, manteve suas atividades, mas complementou a oferta de serviços com um motel; em Xaxim, em funcionamento até hoje; e em Foz do Iguaçu, encerrou as atividades, mas foi transformada em uma danceteria. Hoje, o *Porto das Sereias* de Cascavel é administrado por dois sócios, mas foi fundado por cinco pessoas. Investir no empreendimento na época, segundo um dos sócios, era receber “retorno monetário mais rápido”. Diante desse depoimento, dinheiro “fácil” não se restringe, portanto, somente às garotas que vendem sexo, mas também a quem está nos bastidores e se vale delas.

Depois de 1989, começou a oscilação no movimento da casa. Hoje, a circulação de clientes e garotas aumenta quando há grandes eventos na cidade, quando aparecem pessoas de fora. O período de “safra” do *Porto das Sereias* ocorre quando acontece o “Show Rural”, principal evento de agronegócio de Cascavel e

região, que recebe quase 200 mil visitantes. Nessa época, a casa fica cheia: cerca de 40 meninas passam a viver no *Porto das Sereias*. Antigamente, a casa funcionava de segunda a sábado, pois, segundo um dos sócios, não havia tantas opções de entretenimento na cidade à noite. Hoje, a casa abre de segunda a sexta e aos sábados esporadicamente, quando há *swing*⁵.

O *Porto das Sereias* é uma casa de dois andares, grande, antiga, decoração simples e envelhecida pelo tempo. Quase todo o ambiente fica na penumbra, uma luz fraca e amarelada ilumina os cômodos. Além dos quartos das garotas, há os ambientes comuns: a cozinha, destinada somente a elas, lugar em que fazem as refeições durante o período que se “hospedam” na boate; o rol de entrada, aberto a todos os clientes, local onde há o bar e onde ocorrem as apresentações de *striptease*; uma segunda sala, local onde os clientes buscam ficar mais a vontade; e o segundo andar, próximo à piscina, lugar mais reservado para conversas mais íntimas.

Quatro entrevistadas são as protagonistas desta pesquisa e o enredo é construído por elas, pelas formações discursivas e ideológicas que as determinam e pelas condições de produção em que a história foi escrita. Quatro diferentes histórias que, de certa forma, se encontram. Apesar de cada uma passar por situações diversas até se tornarem garotas de programa, de possuírem ex-relações conjugais distintas, de terem relações familiares diferentes, os laços de suas vidas se cruzam em nós comuns, constituem os pontos de encontro de histórias que se repetem sobre a venda do corpo.

Antes de começar as atividades da noite no *Porto das Sereias*, no dia primeiro de agosto de 2012, Mônica se preparava para iniciar sua atividade. Já passava das 23h e ela, gentilmente, concedeu a entrevista, desde que fosse rápido. Três filhos, 29 anos, divorciada recentemente e desempregada. Esses foram os motivos que impulsionaram a entrada de Mônica para a prostituição:

(SD 07) Olha, **na verdade eu não tenho muita experiência assim com Boate assim não.** É... eu tenho andado um pouco, porque eu fiquei desempregada lá na minha cidade, né? **E acabei sendo obrigada a vir pra cá,** porque tenho umas conta pendente pra pagar, tenho filho, aí não é fácil. Então, a gente tem

⁵ “Prática sexual conjunta de dois ou mais casais” (HOUAISS, 2004).

tipo que se virá, né? **Não que é certo tá aqui, mas não tem muita opção também não** (Mônica – grifos nossos).

Por ver a prostituição como uma prática “errada”, o discurso de Mônica é composto por várias justificativas, mostrando ao pesquisador, ou quem quer que seja o interlocutor, que ela seria vítima das circunstâncias. Quando ela inicia o enunciado com “na verdade”, supõe-se que o discurso do interlocutor sofreu alguma correção ou mesmo que ela apresenta a sua verdade sobre a história, reafirmando a sua perspectiva. Ela afirma que não tem “tanta experiência assim com Boate”, pois faz pouquíssimo tempo que passou a se prostituir e foi vítima de circunstâncias adversas, buscando, com isso, amenizar o fato de vender o corpo por dinheiro. A separação, apesar de não aparecer nesse enunciado, também é um dos fatores elencados por ela como propulsores para sua entrada nesse “mundo”, mais o fato de ter de prover o sustento dos filhos, somando-se às dificuldades financeiras, são as razões que “obrigaram” Mônica a frequentar boates. Ou seja, não foi uma escolha; foi, segundo ela, uma imposição da vida. Em uma sociedade que condena a prostituição, não se poderia afirmar que se vende sexo por escolha própria sem arcar com as consequências, mesmo quando se diz isso pautado em memórias de uma vida que já passou, como faz Bruna Surfistinha em seus livros. Não se anunciam “pecados”, escondem-se vícios, evidenciam-se virtudes.

A “defesa” continua quando Mônica afirma já ter exercido outras profissões, estas reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e tidas como dignas pela sociedade: secretária, vendedora, empregada doméstica. Dentre as várias profissões, Mônica se tornou garota de programa após perder o emprego e se separar do marido. Filha adotiva, ela relata que, quando era pequena, a mãe e o pai cuidavam de uma boate, mas, segundo Mônica, isso não influenciou na sua decisão de se prostituir. De Naviraí (MS) para Cascavel e de Cascavel para várias outras cidades, Mônica, assim como as demais entrevistadas, constantemente troca de boate. Apenas o local em que mora e a cidade da mãe é que ficam fora do roteiro:

(SD 08) Não, **ninguém da minha família sabe, meus amigos não sabem.** Tipo, geralmente **as meninas que vêm pra esses lugares elas nunca fala na cidade**, né? Onde tá, o que tá fazendo, sempre menti (Mônica – grifos nossos).

A prostituição está relacionada com as sombras, com o anonimato, tanto que popularmente elas também são chamadas de “meninas da noite”; ou se fala em “trabalhar na noite”, como a entrevistada mesmo afirma em outra passagem: “Que eu tô na noite, que eu sou isso, que eu sou aquilo”. A noite perfaz uma cadeia de sentidos que se relacionam com o escondido, com o obscuro e, indo mais longe, também com o “mal”; então, tem-se “Meninas más” como sinônimo de garotas de programa, evidenciando também aquelas que não seguem as regras, que desobedecem as leis. Essas associações remetem à memória de a prostituição não ser aceita e o que é “errado” é preciso esconder.

Para o futuro, Mônica afirma que pretende deixar a prostituição, estudar, fazer um curso técnico em enfermagem e casar novamente com uma pessoa “legal”. Mônica, assim como as demais, acredita que o casamento pode ser sua salvação, o que se coaduna uma visão romântica sobre o matrimônio.

Ana Paula e Carol aceitaram ser entrevistadas desde que fossem juntas. A entrevista ocorreu por volta das 21h, no dia 06 de agosto de 2012, em um dos ambientes principais da casa, o salão no qual ocorrem as apresentações de *striptease*. Amigas há 20 anos, Ana Paula e Carol moram em Toledo e costumam vir a Cascavel, no *Porto das Sereias*. Elas também frequentam outras casas noturnas da região.

Ana Paula tem 27 anos e um filho de 7. Sua trajetória na prostituição iniciou aos 11 anos (ou aos 13; ela confunde a idade), quando um homem pagou R\$ 1.000,00 só para vê-la nua. Ana Paula trabalhou em diversas outras funções: doméstica, diarista, babá, frentista de posto, garçonete, cozinheira, até que decidiu frequentar casas de prostituição:

(SD 09) É, aí depois sai, arrumei serviço e tal. **Aí eu vi que não tava dando, falei assim: ah não, vou pra noite.** Aí quando eu tinha lá meus 16, 17 anos que daí eu fazia alguma coisa por fora e quando eu tinha 19 nós viemos pra cá (Ana Paula – grifos nossos).

Ela já foi casada duas vezes e afirma que durante o casamento não se prostituía. Carol tem 28 anos e três filhas: com 12, 10 e 7 anos. Começou a fazer programa mais ou menos na mesma época em que Ana Paula.

(SD 10) É... E daí onde você vem e começa a **ganha dinheiro mais fácil**, porque **consegui trabalho não é fácil, oportunidade não é fácil, trabalho não é fácil, se não tiver uma pessoa pra ajudá, não consegue. Não é falta de tentá, não!** E foi onde que foi ficando, ficando, ficando, **que acho que até costumei** (Carol – grifos nossos).

A justificativa do “dinheiro fácil” é a razão financeira que impulsiona e o que faz elas permanecerem na prostituição. Carol foi casada por seis anos com o pai da primeira filha. O segundo casamento durou dois meses e foi quando ela engravidou da última filha.

As famílias delas sempre souberam que elas se prostituem. No começo, tiveram que lidar com a rejeição e com o abandono dos pais; hoje as famílias convivem com a decisão das duas, embora ainda não concordem. Já os amigos não sabem da jornada de ambas:

(SD 11) Não tem como sabê, **eles vão tê vergonha de saí com a gente** (Carol – grifos nossos).

As duas pensam em deixar a prostituição e dizem que já estão procurando outro emprego, isso em virtude da idade, pois, após os 30 anos, algumas casas de prostituição começam a barrar a estadia das garotas, como elas afirmam. Outro sonho de ambas é casar novamente.

A última entrevistada é conhecida pelos clientes por Duda Brusquioli. Com 32 anos, Duda confessa que sempre esconde a verdadeira idade das casas de prostituição e dos clientes. Isso porque as casas, de uma maneira geral, interditam a entrada de mulheres mais velhas, pois, segundo a lógica da prostituição e do capitalismo, são pouco procuradas e, conseqüentemente, geram pouco lucro aos donos de boates.

O casal de filhos são para Duda os principais motivos para a venda do corpo:

(SD 12) Minha filha tem 14 anos, né? E meu filho tem 12. E... **é o meu foco**, na verdade, né? **Meu e de todas daqui**. Assim, **trabalho assim nessa vida pra dar o melhor pros meus filhos** (Duda – grifos nossos).

Os pais e uma irmã residem em Santa Catarina e sabem o que ela faz para viver. Aos 23 anos, depois de separada, com poucos recursos financeiros para cuidar dos filhos, Duda decidiu deixar as crianças com o pai e tentar uma mudança em sua

vida. Mas, de fato, a forma como encontrou a prostituição como uma alternativa foi um tanto quanto inusitada, um anúncio de jornal chamou a sua atenção:

(SD 13) **Aí, tava um jornal assim ó “Acompanhante Executivo”, [...] e como eu fiz secretariado eu li ali acompanhante executivo, pensei assim: Ah, deve ser pra viaja com o chefe, porque, né?** (Duda – grifos nossos).

Duda ligou para o local e foi quando descobriu que se tratava de uma casa de prostituição. Dias depois, fez as malas e revolveu então ir até o bordel ver como funcionava e acabou adotando esta como uma nova maneira de ganhar a vida.

Os amigos nada sabem sobre a vida de Duda; apenas uma vez um de seus amigos descobriu e terminou a relação de amizade. Segundo Duda, ainda existe muito preconceito.

Duda não pretende continuar na prostituição. Ela afirma estar fazendo cursos para se preparar profissionalmente e também realiza outras atividades para ganhar dinheiro; ou seja, ela não depende exclusivamente da prostituição: “Eu saio por aqui, mas faço as vendas dos meus negócios também, pra dá uma renda a mais”. Para complementar o orçamento, Duda faz shows de *striptease* e é ela quem inventa a própria coreografia. Além disso, ela é noiva há dois anos:

(SD 14) **E graças a Deus eu até tenho um japonês** aí, que **ele nem sabe do que eu faço**, mas ele é uma pessoa, assim, que me ensina e eu posso dizer, assim, que **eu tenho um porto seguro**, e é ele. **É meu namorado**, mora em Foz do Iguaçu, **qué casa comigo** (Duda – grifos nossos).

Por meio dessas entrevistas, tem-se nos pontos de encontro dos discursos o direcionamento para a constituição de capítulos de análise do trabalho. Os discursos são comuns quanto aos fatores que impulsionam a entrada para a prostituição: filhos, separação, desemprego, dificuldades financeiras, influência de amigos e o destino, sendo eles apresentados como justificativas que as levaram a “fazer o que fazem” ou a “levar a vida que levam”, a culpa, para elas, está sempre no outro.

O que também as aproxima é como se autodefinem frente ao papel que ocupam e como definem a “profissão” que exercem, partindo sempre do julgamento moral acerca da prática. Repetem-se em suas vozes dizeres que falam antes e em

outro lugar; dizeres que (re)afirmam ser a venda de sexo algo condenável, ruim e errado, como Mônica deixa claro:

(SD 15) Não, eu não considero assim uma profissão. Claro que não é uma coisa boa, também não é uma coisa certa. É uma coisa errada, mas eu acho melhor vim pra, tipo assim, uma boate, do que matá, roubá, esse tipo de coisa, né? Porque se não tá fazendo mal nenhum, apenas se tá tipo usando seu corpo pra ganhar dinheiro, não é uma coisa certa, mas é melhor do que outra coisa, né? (Mônica - grifos nossos).

Buscar-se-á no interdiscurso a fundamentação para relacionar a memória e o intradiscurso, considerando as condições de produção em que esse discurso foi produzido. Há nas SD a imagem romântica e idealizada do casamento. Apesar de todas as entrevistadas já terem tido más experiências com a união matrimonial, ainda assim o objetivo delas é a busca por um “homem legal” e por uma relação estável, que permita trocar o sexo clandestino e ilegal pela comodidade do sexo civil. O casamento, portanto, é uma das alternativas para “sair” da prostituição.

A continuidade na “vida fácil” não é aceita e muito menos é tida como um objetivo por elas. As quatro desejam deixar a prostituição e algumas, inclusive, afirmam que já estão procurando outras formas de ganhar dinheiro ou dar sequência na vida. A prostituição é vista como uma prática passageira, que de fato não as constituem; mas elas acabam transitando de boate para boate por quase toda a vida: “E foi onde que foi ficando, ficando, ficando, que acho que até costumei”, relata Ana Paula.

Os capítulos de análise são divididos em temas, numa tentativa de ver como esses pontos (e outros tantos) convergem e se encontram, como eles se materializam ao longo de sequências discursivas das quatro entrevistas e quais matrizes de efeitos de sentidos se podem depreender desses enunciados.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam - estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse.
FOUCAULT, 2008

2.1. NEM LINGUÍSTICA, NEM SEMÂNTICA: UMA DISCIPLINA DO DISCURSO, UM LUGAR NO ENTREMEIO

No livro “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1997)”, obra em que são definidos os preceitos mais caros da Análise do Discurso de linha francesa, o filósofo Michel Pêcheux afirma que não propõe, apenas, uma reflexão filosófica, mas que tem interesse em trabalhar com as questões ideológicas e políticas e mesclá-las com os interesses da cientificidade da disciplina linguística, em defesa do proletariado. Ele acrescenta que seu trabalho não é uma reflexão filosófica sobre a Linguística, mas que a utiliza como “trampolim” para uma reflexão genuinamente filosófica; e nem tampouco ele se utiliza da filosofia como “muleta” para tratar da Linguística. A Filosofia entra em cena por se encontrar no âmago das questões linguísticas levantadas por Pêcheux. Assim, nem tanto filosófico, nem tanto linguístico, o seu é um trabalho que busca nos entremeios o seu lugar. Dessa forma, a discussão é destinada àqueles que se deparam com questões da linguagem e do sentido, intrincadas nas problemáticas filosóficas, como a “teoria do conhecimento”, e com as questões políticas.

A Análise do Discurso pechêutiana apresenta uma discussão que busca em outras ciências um lugar para discutir língua, história, sujeito e ideologia, sob o signo da articulação entre a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise: "A Análise do discurso propôs aos linguistas um modo de abordagem da relação entre a língua e a história; ela fez os marxistas saírem do discurso especulativo da filosofia da linguagem".

(MALDIDIÉ, 2011, p. 46-47). Sendo assim, a base teórica da Análise de Discurso se organiza na conjunção de três regiões do conhecimento, que constituem três modos de opacidade: o Marxismo, que afirma a não-transparência da história; a Psicanálise, que afirma a não-transparência do sujeito; e a Linguística, que se constitui na não-transparência da língua:

Longe de fornecer resultados, essa intervenção consiste, sobretudo, em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à Linguística em seu próprio domínio e sobre seus 'objetos', por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais (PÊCHEUX, 1997, p. 90 – grifos do autor).

Dessa forma, os princípios teóricos da Análise do Discurso se pautam nos vãos dessas disciplinas e é nesse entremeio que a AD trabalha, visando compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da história. Para isso, Pêcheux prima pela (des)construção e pela compreensão do discurso (PÊCHEUX, 2008) e para instaurar, então, uma análise materialista, é necessário antes desconstruir verdades cristalizadas e, por vezes indiscutíveis, sobre a Semântica, a Linguística e a Filosofia.

Ainda em “*Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*” (1997), numa reação contra o idealismo, Pêcheux critica duramente duas correntes amplamente sacramentadas na época: o realismo metafísico e o empirismo lógico. Os ideais do realismo metafísico são criticados por considerar-se que a apropriação do conhecimento está em um plano transcendental, no mundo das essências, no qual seria possível delinear uma teoria universal das ideias, independentemente do contexto. Dentro dessa concepção, as ideias e o conhecimento estariam situados em um plano inatingível, em que o homem não poderia se apropriar do conhecimento de maneira plena. O realismo metafísico é descrito por Pêcheux como uma corrente que subordina o contingente, “acessório e acidental ao necessário”, podendo ser aplicado a qualquer estudo científico por meio da lógica do pensamento. Já o empirismo lógico é criticado por inverter a relação de subordinação entre teorias, pois, dentro dessa ótica, o conhecimento passa a ser subordinado à retórica, sendo o objetivo subordinado ao subjetivo. Assim, para o empirismo lógico, é possível conhecer a realidade objetiva e a

ciência se sustentaria em comprovações e procedimentos lógicos. Diria Pêcheux que esta é uma retórica lógico-matemática, dedutiva e classificatória.

Embora diferentes, as duas correntes têm por semelhança o esquecimento das disciplinas historicamente constituídas. O que Pêcheux expõe é que as correntes em jogo enfatizam a distinção entre ciência e não-ciência, entre teoria do conhecimento e retórica, entre conceito e noção, por crerem que o idealismo pode levar à verdade absoluta.

Após apresentar os ideais das duas correntes, o autor as contrapõe com sua posição sobre o Materialismo Histórico. Pêcheux (1997, p. 74) considera que a ideologia está subordinada às forças materiais, apontando três conceitos chaves para a sua teoria sobre o materialismo:

- a) o mundo 'exterior' material existe;
- b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas;
- c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito.

Esses três conceitos norteiam o que o Pêcheux chama de “fio vermelho” de sua pesquisa, chegando à conclusão de um processo sem sujeito, o que indica a inexistência de um sujeito dono de seu discurso; um assujeitamento inevitável. Na crítica realizada ao Idealismo, Pêcheux assume que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, que ele é assujeitado e que o discurso provém do encaixe/pré-construído e da articulação/retorno do saber. A interpelação ocorreria por meio de uma ilusão de autonomia constitutiva, que encobre o recalque do inconsciente e o assujeitamento ideológico, obtidos a partir do processo circular do Significante, como afirma Pêcheux (1997, p. 133):

O esboço (incerto e incompleto) de uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de 'imposição/dissimulação' que constituem o sujeito, 'situando-o' (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa 'situação' (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito 'funcione por si mesmo', segundo a expressão de L. Althusser que, em *Aparelhos Ideológicos de Estado, apresentou os fundamentos reais* de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção: a relação entre *inconsciente* (no sentido freudiano) e *ideologia* (no sentido marxista), que inevitavelmente ficaria misteriosa na pseudo-solução estruturalista do texto de th. Herbert, *começa*, assim a ser

esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* (Grifos do autor).

Na materialidade Linguística é possível observar a interpelação ideológica e o quão bem ela funciona por meio da ilusão da autonomia, encobrendo o recalque do inconsciente e do assujeitamento ideológico. O processo de “imposição/dissimulação” constituem o sujeito de tal modo que ele reafirma o que é dito e o que ele deve ser. Trabalhando com essa perspectiva sobre o *corpus*, por exemplo, na SD 16 descrita abaixo, Mônica assume o discurso oficial sobre a prostituição ao falar sobre as colegas, repetindo o que é dito sobre elas:

(SD 16) Olha, eu acredito assim, que... tipo assim, **tem mulheres que vêm pra vida porque não tenta nada e porque é um dinheiro que ganha fácil**, mas não tem prazo de validade não. O prazo de validade é a pessoa colocar na cabeça **que não vai vim mais e que quer um futuro, casar, quer arrumar uma pessoa**. Mas é, têm mulheres que passa a vida inteira na vida. Eu conheci mulheres que tipo, até aqui mesmo na casa, que já são assim bem de idade, e tão ali ainda. **Então, eu acho assim que são pessoas que não dão oportunidade pra si mesma, que não querem tenta outra coisa, que querem viver daquilo ali o resto da vida** (Mônica – grifos nossos).

O discurso cristalizado sobre as garotas de programa aparece na própria fala de quem exerce o meretrício. Mônica (re)afirma que as mulheres vão para a vida, porque não tentam “nada”, porque ganham dinheiro “fácil”, que “não dão oportunidade para si mesma” e que “querem viver daquilo ali o resto da vida”. Tem-se que, interpelados pela ideologia, os sujeitos se dizem a partir do que é dito sobre eles. Mônica pode até estar falando de outras garotas, mas faz parte desse discurso, tanto que em outros momentos ela diz ser a prostituição uma prática ruim, apesar de exercê-la, evidenciado o poder ideológico sobre seu discurso.

A Linguística é a materialidade que permite perceber o funcionamento da ideologia e o assujeitamento ideológico, mas para chegar nessa constatação Pêcheux, ao expor seus argumentos, conduz o leitor a um processo argumentativo teórico entorno da Linguística e o sentido. Pêcheux, então, apresenta fortes críticas à Linguística, mas isso não significa que o teórico a descarte, pelo contrário, como se pode ver, a relação entre a AD e a Linguística é de dependência e, ao mesmo tempo, de ruptura: a materialidade linguística é a base para a análise discursiva que Pêcheux

propõe, mas, simultaneamente, ele questiona a Linguística por esta crer que os sentidos estão submersos no texto, desconsiderando o exterior fundamental para os efeitos de sentidos.

É importante ressaltar que a Linguística se constituiu enquanto ciência em meio a um constante debate sobre a questão do sentido, pois, ora ele aparece como parte constitutiva da Linguística, ora é deixado de lado, descartado. É esse ponto o principal alvo de ataque de Pêcheux, apresentando a “possibilidade e a necessidade de desordenar-reconfigurar a problemática que se designa ainda hoje pelo termo 'semântica', permitindo que os conceitos do materialismo histórico e as categorias do materialismo dialético 'tomem posição' junto a essa problemática" (PÊCHEUX, 1997, p. 244). Pautada na lógica, a Semântica se constitui por divisões binárias, sendo criticada por afirmar o óbvio e esquecer-se das relações históricas, sociais e ideológicas.

Sendo assim, durante o percurso para chegar a uma teoria materialista do discurso, Pêcheux rejeita a Semântica (enquanto trabalho binário que não dá conta de explicar o sentido), rompe com a Pragmática, por entender que o sentido não pode ser explicado com base apenas na situação imediata de sua produção e na intenção do sujeito/produtor, e ainda critica as dicotomias significante/significado e língua/fala de Saussure, rompendo com o pensamento estruturalista saussureano.

Apesar de Saussure inaugurar a Linguística enquanto Ciência e a importância que isso representou ao revolucionar o pensamento sobre a linguagem, sua teoria é atacada por deixar de lado a “fala” e levar em consideração apenas as regularidades da língua enquanto sistema. Destaca-se que Pêcheux (2001) tenciona apresentar uma teoria que ocupe a lacuna deixada por Saussure, levando em conta o social, a história e a ideologia. Durante o estruturalismo, o sentido é deixado de lado, entretanto ele sempre é “chamado” para dentro dos estudos linguísticos, pois nunca se está “quite” com essa questão:

Assim, a linguística exclui de seu campo as questões do sentido, da expressão das significações contidas nos textos. Ora essas questões, que continuam a não ser colocadas nesse domínio (atualmente, são sobretudo as diversas 'ciências sociais', citadas acima que se encarregam direta ou indiretamente de fazê-lo), insistem ante a linguística para serem resolvidas com os meios teóricos dos quais esta última dispõe; e a maneira pela qual a linguística resiste ou cede a essa demanda se traduz definitivamente na relação que essa ciência estabelece com seu exterior específico e que ela

exprime por si mesma pela oposição 'língua/fala' (PÊCHEUX, 2001, p. 69 - grifos nossos).

Pêcheux (1997, p. 88 – grifos do autor) diz que “A Linguística é *solicitada constantemente para fora de seu domínio* e ela não seria afetada por exigências em direção à ‘Semântica’ se já não tivesse se encontrado, de algum modo, com essas questões... no seu interior”. A Filosofia da Linguagem, o trabalho com a questão própria do sentido, que é exterior à língua, estão presentes na Linguística. Nesse sentido, constitui-se a Análise do Discurso, cuja intenção é pensar na Linguística, na Filosofia, no Marxismo e na Psicanálise como uma junção salutar de conceitos.

Entretanto, vale também lembrar que a AD não pode ser vista como um complemento à Linguística, até porque, de certo modo, ela rompe com as concepções de linguagem anteriores. Para a AD, a língua não pode ser encarada como um sistema do qual o sujeito se utiliza para se comunicar ou como expressão do pensamento. Dentro dessa perspectiva, a concepção adotada pela Análise do Discurso se baseia nos processos discursivos-ideológicos, como assevera Malidier (2011):

As críticas de Michel Pêcheux desenham uma concepção da língua que não a confunde absolutamente com uma superestrutura, mas **que a compreende como a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos-ideológicos**, como o sistema que resiste tanto às investidas da lógica quanto da pragmática (p. 48-49 – grifos nossos).

Assim, ao invés de ser considerada um sistema imutável, a língua é condição própria para a manifestação da ideologia, é a possibilidade do discurso. O sentido não se constitui somente na ordem da língua, nas suas regras próprias de fonologia, morfologia e sintaxe, mas é compreendido a partir das formações discursivas e ideológicas, fundamentado na história. Foi com as contribuições de Harris que Pêcheux chegou à noção “efeito de sentido”, considerando que a formação do sentido se estabelece “além da unidade que um sujeito dá a seu texto, na própria derrota da discursividade”. (MALDIDIER, 2003, p. 24).

No período em que nasce a Análise do Discurso, final da década de 60 e início da década de 70, vigorava na França a prática escolar de compreensão de textos, baseada na análise semântica e sintática, a qual buscava desvendar os sentidos existentes em seu interior. Dessa forma, dentro dessa concepção, os sentidos estariam

única e exclusivamente amarrados no interior do texto, em que, nas marcas textuais, podiam-se encontrar as intenções do autor. “Nessa perspectiva, fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social” (BRANDÃO, 2004, p. 10); era esse enfoque que Pêcheux propunha com uma teoria do entremeio, que considera a exterioridade do texto e o texto mesmo.

Ainda nesse período, imperava a crença no sujeito individual, a concepção de fala subjetiva e a defesa da sistematicidade da língua como fato objetivo. Para Pêcheux, era necessário desconstruir a valorização do indivíduo enquanto ser consciente e dono de seu dizer:

Em seu princípio, essa mudança de terreno consiste em **se desembaraçar da problemática subjetivista centrada no indivíduo**, fonte dos gestos e das falas, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo, e em compreender que o tipo de concreto com o qual lidamos e sobre o qual pensamos é precisamente o que o materialismo histórico designa pelo termo de relações sociais, que resultam de relações de classe características de uma dada formação social [...] (PÊCHEUX, 2011, p. 72 – grifos nossos).

Nesse processo estruturalista, ignoravam-se as condições de produção, que, segundo Pêcheux (2011), são essenciais para a compreensão do(s) enunciado(s):

Com efeito, **a relação que associa as 'significações' de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é absolutamente secundária, mas constitutiva das próprias significações**: conforme justamente observamos, falar é algo totalmente diferente de produzir um exemplo de gramática (PÊCHEUX, 2011, p. 68 – grifos nossos).

A importância das condições de produção está em compreender que o discurso é determinado por um exterior, evocando tudo o que, de fora da linguagem, constitui o discurso: os fios históricos, ideológicos e sociais. Além disso, elas aparecem como um norte, um verdadeiro filtro para o analista, em que se podem identificar as formações discursivas e ideológicas que fazem os dizeres ser o que são:

O texto, cuja unidade remete à de um sujeito ou instituição, é pulverizado. ‘É impossível, afirma Michel Pêcheux, *analisar um discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um*

estado definido das condições de produção (MALDIDIER, 2003, p. 23 – grifos nossos).

Dessa forma, Pêcheux desenvolve uma teoria que procura o entremeio, uma disciplina do discurso que considera os processos discursivos e as condições de produção. Rompe com a questão de o sentido estar preso à língua, levando a uma leitura abrangente da situação e do contexto imediato, além de considerar que o sujeito/produtor não é provido de intenções, capaz de ter controle total sobre os efeitos de seus dizeres. É durante o processo de leitura do discurso que se busca compreender os processos de significação presentes no texto, procurando desvendar os sentidos que ali, na materialidade linguística, repousam e se acham indiciados.

O filósofo traz como parte constitutiva de seu aporte teórico o conceito de discurso, desconstruindo o esquema objetivo, linear e transparente da comunicação entre emissor e receptor. Pêcheux (1997) afirma que o discurso é entendido como o efeito de sentido existente entre interlocutores, entrando em jogo uma série de representações (imaginárias), de relações históricas (e ideológicas) e de características das condições em que o discurso é produzido. Sob essa perspectiva, a língua não pode ser concebida como um sistema pronto e fechado de comunicação, em que o eu e o outro não interagem; ela é forma de persuasão, pois materializa nos enunciados valores, crenças, posições e ideologias, como se pode observar na SD 17:

(SD 17) **Meu pai me colocou na rua**, eu fiquei na rua. Na época, essa aqui [Ana Paula] fico comigo. Eu fiquei na rua (Carol – grifos nossos).

Na Língua, não há a objetividade desejada pelo estruturalismo, pois, no discurso, materializam-se preceitos morais, evidenciando a memória discursiva e o interdiscurso dessa formação. Se o pai de Carol a expulsou de casa ao descobrir que esta se prostituía, isso não só significa que o pai repudiou a atitude da filha, mas que ele, enquanto sujeito, fruto da ideologia reinante, reproduz os valores considerados inaceitáveis para uma filha e que ele, na posição ocupada de autoridade do lar (guardião, portanto, em tese, dos valores em torno do núcleo familiar), não poderia aceitar que a filha prostituta vivesse sob o mesmo teto que ele, pois, se isso acontecesse, segundo essa mesma memória, a dignidade da família estaria

corrompida. Os familiares precisam zelar pelos seus entes, principalmente a figura paterna que, historicamente construída, tem o poder sobre o lar. Esses e outros efeitos de sentido não estão no texto; eles fazem parte do discurso, se encontram além do linguístico.

O discurso, então, concebido por Pêcheux, é uma teia repleta de fios ideológicos, os quais comportam uma pluralidade de vozes que coexistem, dado o caráter dialógico do discurso. Assim, o sistema de transmissão de comunicação proposto por Jakobson é substituído por uma forma de interação mais ampla, em que se tem a linguagem como produção e agente de reprodução e transformação das questões sociais.

Segundo Malidier (2003), é na *Análise Automática do Discurso*, publicada em 1969, que se ligam, pela primeira vez, os fios constitutivos do discurso: “*Análise Automática do Discurso* é um livro original que chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido” (MALDIDIER, 2003, p. 19). A obra representa, para muitos estudiosos, a fundação da teoria enquanto disciplina.

Na introdução da obra “*A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux Hoje*”, de Denise Malidier, Eni Orlandi acrescenta que o ponto alto da construção teórica de Pêcheux é

ter discutido o modo mesmo como se define e como funciona a ideologia, **colocando o discurso como o lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua.** [...] Inverte-se o pólo de observação: não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos (ORLANDI *apud* MALDIDIER, 2003, p. 12 – grifos nossos).

Tem-se que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua. É por meio do discurso que se pode observar a relação entre língua e ideologia, percebendo como a língua produz sentido para e por sujeitos (ORLANDI, 2001 a). Para Malidier (2003), o discurso constitui-se como uma reformulação do conceito de “fala” de Saussure, mas sem levar em conta suas implicações subjetivas. O discurso é, então, definido como “o ponto de encontro da *língua*, tomada na pura acepção saussuriana de sistema, e de coerções irredutíveis à ordem linguística e ao sujeito psicológico” (MALDIDIER, 2003, p. 22).

Para Foucault (2008, p. 8), a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” com o intuito de perpassar seus poderes, dominar, esquivar-se, num eterno jogo de poder. O discurso, segundo Foucault, também tem o poder de atuar sobre as coisas. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10). O discurso é, assim, como afirma Malidier (2003), um verdadeiro nó, pois é onde se encontram a língua, a história e o sujeito.

Pensar numa teoria que faça referência à História intrincada nas questões linguísticas só se justifica, segundo Pêcheux (1997), se tal relação estiver mergulhada em uma análise materialista que leve em conta os efeitos das relações de classes, inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos. Entretanto, para “ficar quite” com o materialismo histórico, não basta realizar a referência às condições de produção sócio-históricas do discurso; é necessário considerar todo o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas e ideológicas em uma situação discursiva dada:

Com essa condição, **torna-se possível explicar o que se passa hoje no 'estudo da linguagem' e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tornando-as como os efeitos derivados da luta de classes** hoje em um 'país ocidental', sob a dominação da ideologia burguesa (PÊCHEUX, 1997, p. 24 – grifos nossos).

Os aparelhos ideológicos do Estado constituem o lugar e as condições ideológicas para a transformação das relações de produção (Pêcheux, 1997); são o lugar e o meio de realização da ideologia e não podem ser vistos como a expressão da ideologia dominante. Partindo desse princípio, não se pode atribuir a cada classe a sua ideologia, pois isso seria colocar a ideologia como algo anterior à luta de classes, fruto de um pensamento preexistente, com suas próprias condições de existência.

Todo processo discursivo se inscreve numa luta ideológica de classes, sendo que a língua, nesse sentido, serve tanto para comunicar quanto para não-comunicar. Dessa forma, os discursos ora contribuem para a manutenção/reprodução das relações de classe, ora para a transformação dessas relações. Vale ressaltar que a relação reprodução/transformação não ocorre de maneira alternada (ou um ou outro), mas

concomitantemente, movimentando o processo dialético dessas relações. Além disso, dentro desse processo, abrem-se regiões heterogêneas, como a religião, a política, a economia, a educação, etc., que, embora distintas, situam-se dentro do mesmo sistema complexo disposto a serviço das posições de classe. Entretanto, tais relações parecem homogêneas ao sujeito, dissimuladas como evidências naturais.

Assim, Pêcheux recusa a interpretação formalista dos mecanismos linguísticos, onde o sujeito é considerado a fonte de seu dizer e propõe, em sua reflexão, uma teoria materialista dos processos discursivos

na articulação de três noções: o da discursividade, o da subjetividade e o da descontinuidade ciência/ideologia, **propondo uma teoria não subjetivista da subjetividade, uma teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos de significação e a prática política**, como uma prática de produção de conhecimento que reflita sobre as diferentes formas pelas quais a 'necessidade cega' se torna necessidade pensada e modelada como necessidade (ORLANDI, 2001 b, p. 105 – grifos nossos).

Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que possuem caráter regional e comportam posições de classe. Na luta ideológica, não há posições de classe que existam de modo abstrato e que sejam aplicados a diferentes objetos de situações concretas. É nesse sentido que o vínculo contraditório entre reprodução e transformação se relaciona com o nível ideológico, na medida em que não são objetos tomados um a um, mas sim o próprio desmembramento em regiões (Deus, Lei, Família) e as relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a luta de classes.

A Análise do Discurso se situa no entremeio: no contato histórico com o linguístico, constituindo a materialidade específica do discurso. A AD, enquanto dispositivo de análise que instaura “novos” gestos de leitura, leva em conta o confronto e a contradição e propõe uma reflexão sobre a linguagem que não aceita se acomodar com as evidências e o já-feito. Considera o homem mergulhado na história, leva em conta a relação entre língua e sujeitos que falam e as situações em que são proferidos seus dizeres.

2.2 DISCURSO E PODER: FIOS QUE SE LIGAM, FUROS QUE FALHAM

Sendo o discurso o encontro entre a língua, a história e a ideologia, há, nesse entremeio, retomadas, permanências, resistências e apagamentos. Os fios do discurso conduzem de maneira contínua e ininterrupta sempre a outros sentidos, a outros dizeres, que se cruzam nos nós do simbólico e do histórico. Olhar para o *corpus* é ver materializado na Língua o encontro entre ideologia e história, em que os sentidos estão em outro lugar, mas que são recuperados continuamente pelos sujeitos do discurso:

(SD 18) **Nossa, foi horrível.** Eu fui pra uma cidade chamada Porto Montinha, **primeira vez eu só chorava, chorava, queria ir embora**, não me acostumava. E as pessoas, **os homens se aproximavam de mim e eu odiava**. Assim, **ter que vende meu corpo pra ganha dinheiro**. Aí não consegui fazer nada. Depois fui pra uma outra cidade em Dourados, lá eu consegui fazer um programa, e aí eu **comprei minha passagem pra ir embora, depois não voltei. E agora eu me senti obrigada a voltá de novo** (Mônica – grifos nossos).

É marcado na SD 18 o descontentamento de Mônica com a prática que exerce, mas não é o indivíduo Mônica que diz isso, é o sujeito que recupera no intradiscurso dizeres que vêm do interdiscurso, reafirmando o estigma que existe sobre a prostituição. O que se percebe, com a Análise do Discurso, é que esta é a repetição de um discurso cristalizado sobre a venda do corpo, tão marcado ideologicamente que o sujeito não percebe (e nem poderia, isso por causa dos esquecimentos) que condena e nega uma prática vivenciada por ele diariamente. Inclusive, por saber por meio da memória discursiva que existe um estigma sobre a prostituição, Mônica busca sua “defesa”, afirmando que está ali por que foi obrigada, dissimulando que talvez tenha feito uma opção.

O discurso é repetição, mas há deslocamentos. Tão essenciais quanto os fios do discurso são os furos, em que o sujeito encontra a efêmera possibilidade com que pode jogar com o poder. São eles que permitem que a falha atravesse. Se não houvesse furos, haveria a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem. Sendo assim, a linguagem é incompletude, pois não há ponto absoluto de início e nem ponto final: um sistema organizado, mas não fechado. Ou seja, a língua não é estática nem constituída por um sistema absoluto, isso por ser

afetada pelo social, pela história e, fundamentalmente, pelo ideológico; ela está sujeita a falhas e a equívocos:

Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. **É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa** (ORLANDI, 2001 a, p. 37 – grifos nossos).

Nem os sujeitos nem os sentidos estão completos, já-feitos. Pode-se dizer que o discurso se relaciona com outros e que os sentidos se constituem de relações. O discurso se move e nunca está só; sempre está atravessado por vozes que o antecederam, com os quais dialoga. É por isso que o sentido do discurso não é dado a priori, pois a unidade é construída pela interação verbal, que é histórica e que mantém relação com a ideologia. Somente nesse espaço o discurso consegue esconder sua polissemia, um dizer tem relação com outros dizeres, como afirma Orlandi (2001):

Não há discurso que não se relacione com outros. **Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros.** Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. [...] Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2001 a, p. 39).

O discurso é entendido como efeito de sentido entre locutores, constituído na articulação de processos linguísticos e discursivos. Na língua, existe uma relação indissociável entre a estrutura, a regra e a estabilização, de um lado, e, de outro, o jogo, o movimento e os sentidos em que os sujeitos experimentam o mundo da linguagem, “repelem, se deslocam, permanecem e rompem limites” (ORLANDI, 2001 b, p. 103). Como dito, a Análise do Discurso não nega as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua, pois estas são as condições materiais de base por meio das quais ocorrem os processos discursivos. Entretanto, tais sistematicidades são recobertas por acréscimos, recobrimentos e apagamentos parciais, o que significa dizer que a semântica é exterior à teoria linguística e que ela não pode ser concebida como uma teoria de sistematicidade lógica e homogênea:

Daí a necessidade de uma 'semântica discursiva', determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes a uma formação

social dada. Em última instância, a Análise do Discurso visa, através de uma análise não subjetiva, explicar o funcionamento discursivo (LAGAZZI, 1988, p. 53 – grifos nossos).

Não há a menor possibilidade de conceber o homem isolado da linguagem. Esta é a condição primeira e necessária para a constituição do sujeito; por isso, a necessidade de estar assujeitado e depender inteiramente dela para significar e significar-se. O sujeito tem a impressão de que tudo pode ser dito, entretanto, o que se esconde em meio à determinação da linguagem é que dependemos exclusivamente dela para dizer, para pensar, assujeitando-se à suas regras. É o que afirma Lagazzi, citando Barthes:

'esse objeto em que se inscreve o poder desde toda eternidade humana, é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. [...]. Pela linguagem, somos obrigados a nos dizer, a nos identificar. A obrigação de falar é muito forte e só temos o direito de calar quando a palavra nos é recusada ou retirada' (BARTHES, *apud* LAGAZZI, 1988, p. 23).

O sujeito não é livre, mas submisso, pois pode tudo dizer, desde que se submeta à língua para isso. O falante constitui-se a partir da língua e da história; logo, não tem domínio sobre o dizer, não é “dono” do discurso. Ele é afetado por um sentido instituído historicamente e reflexo das condições de produção em que está inserido:

o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. **Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas.** Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2001 a, p. 49 – grifos nossos).

O sujeito, segundo Orlandi (2001 a), significa em condições determinadas, movido pela língua, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. Assim, o discurso é formulado em condições de produção dadas, sendo sustentado por uma posição previamente dada.

(SD 19) Eu? Trabalho em loja, sou vendedora, **vendo roupa... Roupa? Sem roupa eu fico** (risos) (Carol – grifos nossos).

Para os filhos, Carol esconde a verdadeira atividade exercida e afirma ser vendedora. Ao fazer parte da posição de mãe e diante das condições de produção desse discurso, no imaginário sobre o comportamento materno, ecoará a proteção que deve ser dada ao filho, inclusive para que esse não sofra com o estigma do “filho da puta”. São as condições de produção e a formação discursiva que regem o que pode e deve ser dito; não é por acaso que Carol esconde e afirma para o filho que ocupa outro lugar social.

A língua não é neutra, ela é lugar de poder, em que sentidos e ideologia estão mergulhados. Para Foucault (2008), o discurso é lugar de poder e desejo, usado, muitas vezes, como forma de exclusão. Lagazzi (1988) dirá que a língua, e consecutivamente o poder por detrás dela, obriga o homem a confirmar, a ser assertivo. Essa asserção é a forma mais segura de poder, de expressão de autoridade, pois é onde não existe espaço para mudança. A língua não privilegia o poder da dúvida e da negação; por isso Barthes (*apud* LAGAZZI, 1988) afirma que é preciso desconfiar de tudo que pareça evidente, do senso comum, do que está institucionalizado, do que está cristalizado. Aí entra o papel dos estudiosos da linguagem, principalmente dos analistas do discurso, com a função de desvelar a língua, segundo Barthes, por um processo de *desconstrução*. Como cita Lagazzi (1988), “Ainda que o poder ‘se estenda como água que escorre por toda parte’ (Barthes), é preciso continuar a estranhá-lo e a procurar, na linguagem, as formas com que se joga com esse poder (p. 34)”. Dessa forma, este trabalho pauta-se na Análise de Discurso de orientação francesa porque ela fornece subsídios para desvendar os efeitos de sentido dos enunciados, procurando por elementos extralinguísticos que podem esclarecer as lacunas que aparecem no intradiscurso, num jogo constante entre implícitos e explícitos.

Assim, com base nos preceitos da Análise do Discurso, é possível jogar com a língua, pois a teoria possibilita um trabalho de compreensão dos enunciados, em que entra em jogo a materialidade linguística, somada à sua exterioridade constitutiva; juntas, elas instauram os sentidos de uma realidade. A AD rompe com a ideia de um sentido único preso ao texto e coloca em evidência o efeito de sentido do enunciado,

isso por ser construído a partir de uma relação entre formações discursivas inscritas na história, que sustentam o dizer.

A tensão e o conflito são aspectos constitutivos da linguagem, sendo estes historicamente determinados. Entretanto, a linguagem oferece recursos para jogar com esse poder amarrado na língua, pois o poder procura eliminar as possibilidades que a linguagem oferece para lutar contra essa coerção; por isso, a incessante procura por uma língua perfeita, transparente e a busca por “eliminar a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, o lugar 'possível', do desejo” (LAGAZZI, 1988, p. 26), restando espaços cada vez menores para que o sujeito possa resistir. Por meio do método discursivo instaurado pela Análise do Discurso, há a possibilidade de apreender os processos da linguagem, verificar as marcas linguísticas, atravessando a evidência do observável, procurando instrumentos que tornem visíveis, por meio da materialidade linguística, os processos da linguagem afetados pela ideologia, pela história, pelo inconsciente e pela ilusão de subjetividade.

Devido à articulação entre Linguística e Psicanálise, junção esta calcada no Materialismo Histórico, fomentada por Michel Pêcheux, tem-se que a língua, o sujeito, a história e os sentidos são concebidos no seio das relações sociais, onde saberes preexistentes e poderes inerentes à própria língua não se dissociam do processo discursivo. A ordem simbólica também contribui para a consolidação do poder, por meio dos símbolos socialmente aceitos: “as crenças, as palavras, as próprias relações interpessoais, significam pela ordem simbólica”. (LAGAZZI, 1988, p. 38). Tem-se que o discurso é a ligação entre duas ordens: o imaginário e o simbólico juntos. Entretanto, vale lembrar que a linguagem não é só lugar de poder, em que fios se encontram produzindo sentidos nos e para os sujeitos. Ela é também lugar do possível, da ambiguidade, do equívoco e do polissêmico; é onde o sujeito pode lutar, utilizando a língua a seu favor.

Tomando o discurso como seu objeto, a Análise do Discurso busca *desconstruir* a relação intrínseca entre o linguístico e o ideológico, entre o imaginário e o simbólico, buscando atingir não o real da linguagem de maneira ampla, mas apenas o real de uma (ou outra) formação ideológica, até onde é possível atingi-lo (Pêcheux, 1997). Assim, a

AD vai procurar compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, constitutivo do homem e da história.

Para a AD, ao contrário das teorias de comunicação, a linguagem não é entendida como um sistema fechado de transmissão de informação, como explicitado anteriormente, em que se tem o emissor e o receptor prontos a emitir e a decodificar apenas uma mensagem, dispondo de uma linearidade nos acontecimentos, sem perdas, nem falhas. A linguagem é movimento; ela é o produto da ação de sujeitos:

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2001 a, p. 15-16).

A língua não é, apenas, um código a ser decifrado, seu funcionamento põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela história e pela ideologia: "As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores" (ORLANDI, 2001 a, p. 21). Mas o discurso não pertencerá a nenhum dos interlocutores; ele é produzido, enquanto efeito, na interação de ambos. Por isso, o foco do estudo não está no Eu ou no Tu, mas no espaço discursivo criado por eles, pois, "numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro" (BRANDÃO, 2004, p. 55). Compete ao analista estudar como se dão as relações existentes na sociedade, estabelecidas por esse sujeito assujeitado ideologicamente e afetado pelo inconsciente.

Assim, os dizeres não são e não podem ser encarados como mensagens a serem decodificadas, pois eles são efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas. Há nesses dizeres vestígios da história e da ideologia, sendo estas pistas que o analista deve apreender e compreender, trazendo, para a análise, a relação com a exterioridade e as condições de produção.

A língua é relacionada com a sua exterioridade, com a história e com a ideologia. Estudam-se os sentidos (históricos/sociais) que a língua traz consigo; estuda-se a língua produzindo sentido. Portanto, não se poderia entender a língua como um

sistema abstrato nem neutro, pois a AD considera para o estudo, a língua em movimento, a língua no mundo carregada de sentidos. Tais sentidos estão relacionados com o que é dito agora, mas também com o que já foi pronunciado em outros lugares e se liga também ao que não foi dito, ao que está escondido, silenciado, apagado. As margens do dizer também significam.

Há, portanto, uma relação polifônica inerente a todo sujeito, que é feito por vários “eus”. Não há centro em seu ser, pois o seu interior está saturado por várias vozes, de modo que, quando fala, o seu dizer não mais lhe pertence.

Não existe discurso sem sujeito, da mesma forma de que não há sujeito sem ideologia. Aparentemente, é difícil pensar na possibilidade de o sujeito ser interpelado pela ideologia, pois ele não percebe esse assujeitamento inerente. O sujeito não se dá conta de que o interdiscurso e a memória discursiva (arquivo) falam por ele. As palavras estão carregadas por sentidos Outros, sendo o sujeito constituído por várias formações discursivas. Não se percebe, em absoluto, o assujeitamento, pois segundo Pêcheux, devido aos dois esquecimentos (como será aprofundado posteriormente): o esquecimento número 2, que diz respeito à ilusão de poder escolher e dominar o discurso, e o esquecimento número 1, que se refere à ilusão de o sujeito ser a origem do que diz, quando, na verdade, retomam-se sentidos preexistentes.

Apesar de trazer a ideia de defeitos, esses esquecimentos, na verdade, são necessários para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos: "Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são 'defeitos', são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos" (ORLANDI, 2001 a, p. 36).

O dizer é constituído pelo mesmo, pelo retorno do saber (processos parafrásticos), e pelo diferente (processos polissêmicos). É nesse jogo que os sentidos se constituem, a incompletude é a condição da linguagem. Em todo dizer, há, sempre, algo que se mantém, que está estabilizado; ocorre, sempre, um retorno, produzindo vários dizeres sobre o mesmo dizer sedimentado. Mas, como forma de jogar com esse poder da língua, há, na polissemia, a possibilidade de deslocamento desses dizeres instituídos, rupturas com os processos de significação, podendo jogar, assim, com o

equivoco da língua. O discurso está sempre se (re)fazendo, num trabalho contínuo, movimentando constantemente o simbólico e a história; assim, sujeitos e sentidos se constituem na relação entre o novo e o diferente, entre a tensa relação da paráfrase e da polissemia.

Isso significa que a determinação história dos sujeitos e dos sentidos não está nem fixada e nem poderia ser qualquer uma. Ela muda, porque é natural e se mantém, porque é histórico. É nesse entremeio entre o possível e o historicamente determinado que a análise do discurso trabalha; é nesse espaço que a interpretação intervém.

2.3 TEORIA MATERIALISTA DO DISCURSO: CONCEITOS E DIRECIONAMENTOS

Diante da contextualização exposta acima sobre a Análise do Discurso, tem-se que o papel do analista é compreender os efeitos de sentido que os enunciados produzem, levando em conta as condições de produção em meio às quais o discurso é produzido, as formações discursivas a que os interlocutores estão assujeitados, a memória, a história e o interdiscurso. Interessa ao analista a materialidade linguística, forma pela qual se pode perceber os efeitos de sentidos que o discurso suscita; nela se inscrevem múltiplas possibilidades de leitura, em que se joga com implícitos, não-ditos ou mesmo sentidos silenciados. Entretanto, para realizar essa “leitura”, não se deve buscar regras (ORLANDI, 2001 a), mas os conceitos da teoria que delineiam e direcionam os analistas, pois o que interessa é compreender o funcionamento do discurso. Não se busca com a análise encontrar uma verdade, mas se busca, por meio do gesto de interpretação do analista, desvendar o nó da história e da ideologia amarrado na língua.

Apesar de a Análise do Discurso se constituir enquanto uma disciplina, sabe-se que não é possível encontrar um discurso científico puro, isento ideologicamente, dado que todo discurso é de um sujeito e todo sujeito é ideológico (Pêcheux, 1997), sendo a produção histórica de um conhecimento científico um efeito de um processo histórico determinado. Mas, o que se pode fazer é trabalhar com o método de análise, podendo procurar na cientificidade da teoria, na sua sistematicidade, uma ordem de análise que

possibilite uma interpretação plausível e possível. Como forma de nortear a pesquisa em Análise do Discurso, esta seção visa explicitar os fundamentos da teoria, conceitos que são a base e servem como direcionamento aos analistas que se aventuram nessa empreitada materialista do discurso.

Dentro desse propósito, inicia-se a discussão com a noção de sujeito, um dos conceitos basilares da teoria. Para a Análise do Discurso, os indivíduos são transformados em sujeitos, ela os compreende como o resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia. Como afirma Orlandi (2001 b),

Em um primeiro momento temos a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. Essa é a forma de assujeitamento que, em qualquer época, mesmo que modulada de maneiras diferentes, é o passo para que o indivíduo (que chamaremos indivíduo em primeiro grau-I1), afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive (ORLANDI, 2001 b, p. 105 - grifos nossos).

A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos e há duas proposições intermediárias para comprovar a afirmação anterior: 1) “só há prática através de e sob uma ideologia; 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1997, p. 149). As categorias de ideologia e de inconsciente têm o caráter comum de dissimular a própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, “produzindo um tecido de *evidências subjetivas*”, entendendo como subjetivas não as que afetam o sujeito, mas as quais constituem sujeito.

Entra em jogo a interpelação, caracterizada por Pêcheux (1997) (com base em Althusser), como a submissão a uma forma de exposição particular. Pêcheux constata a evidência da existência espontânea do sujeito, que se entende como origem de si. O mérito da interpelação também demonstra o vínculo do teatro da consciência, observado dos bastidores onde se pode verificar que se fala do sujeito antes mesmo que esse possa dizer: “eu falo”.

Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual, o sujeito, sendo sempre-já sujeito, coloca-se na origem do que diz. M. Pêcheux vai tratar disso no 'pequeno teatro teórico' da interpelação, pelo qual **evita-se o paradoxo de se dizer 'o sujeito é interpelado (em sujeito) pela ideologia'**. **Evita-se a pressuposição da existência do sujeito sobre a qual se faria a interpelação** (ORLANDI, 2001 b, p. 100 – grifos nossos).

Como apontou Orlandi (2001 b), outro mérito da interpelação está no paradoxo de como o sujeito é chamado à existência. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia; sendo assim, não se pode dizer que o **sujeito** é interpelado pela ideologia e sim que é o **não-sujeito** (indivíduo) que é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Isto evita a interpretação de um *efeito retroativo*, o qual faria pensar que todo o indivíduo é 'sempre-já-sujeito' (Pêcheux, 1997), como também reafirma Orlandi (2001 a, p. 46): "Por sua vez, a evidência do sujeito - a de que somos sempre já sujeitos - apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia".

Apaga-se o fato de o sujeito ser resultado de um processo ideológico, apagamento este necessário para que o sujeito se veja como causa de si, sendo esta uma consequência designada por Pêcheux como *fantasias metafísicas*. A esse efeito *fantástico*, segundo o qual o indivíduo é interpelado em sujeito, é atribuído o nome *efeito Münchhausen*, metáfora utilizada pelo filósofo a qual remete ao personagem Barão de Münchhausen, que "*se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*" (PÊCHEUX, 1997, p. 157 - grifos do autor).

Portanto, a partir desse apagamento (e dos esquecimentos que serão retratados) os indivíduos, enquanto sujeito-falantes, recebem como evidente o sentido do que ouvem, dizem, lêem, escrevem, colocando, assim, o sujeito como origem do discurso. O sujeito pensa ser dono de suas palavras, como assevera Lagazzi (1988, p. 40): "É um sujeito que *pensa* ser dono de sua vontade, que *pensa* ser livre, que se apoia na ilusão de ter o controle sobre si, mas que se encontra imerso nas relações de poder do modo de produção capitalista". Dentro da análise teórica, a única forma de evitar repetir o *efeito Münchhausen* (o qual coloca o sujeito como origem do sujeito) é, justamente, perceber de que modo os indivíduos percebem como evidente o fato de serem donos de seus dizeres e de terem o controle sobre os efeitos de sentidos que os produzem.

A partir da evidência de que "eu sou realmente eu", ocorre o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar vazio ("aquele que"), imposto pelas relações sociais jurídico-ideológicas. Sendo assim, todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor e responsável por seus atos (por suas

'condutas' e por suas 'palavras') em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações discursivas no qual ele é interpelado em 'sujeito-responsável'. Essa subordinação-assujeitamento ocorre *sob a forma da autonomia*: "é assim que podemos dizer que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. [...] a necessária ilusão do sujeito de ser mestre de si e de sua fala, fonte de seu dizer" (ORLANDI, 2001 b, p. 213).

Não existe prática sem sujeito, dado que os indivíduos agentes agem na forma de sujeitos sempre já-sujeitos. Todo sujeito é colocado como autor e responsável em cada prática que se inscreve, correspondendo à FI da qual faz parte, interpelado como sujeito-responsável. A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva com a qual comunga. Sendo assim, o sentido é produzido como uma evidência para o sujeito: "Os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhe são correspondentes" (PÊCHEUX, 1997, p. 214). No que diz respeito ao nosso *corpus* de pesquisa, nas SD 20 e 21, percebe-se a injunção da formação discursiva da prostituição, em que se reafirma o que pode e deve ser feito:

(SD 20) Tem umas que chegou nos 30 a casa não aceita mais, **porque a casa precisa de mulher bonita, menina nova, homem não gosta de mulher velha, se gostasse ele ficava em casa com as deles** (Carol – grifos nossos).

(SD 21) **Eu tenho 32, mas eu sempre falo que tenho menos**, né? (Duda – grifos nossos).

Para partilhar a prática da venda do corpo, é exposto na SD 20 que a mulher deve ser bonita e nova, injunção que faz com que Duda na SD 21 omita a verdadeira idade para continuar a fazer parte dessa dinâmica.

A forma-sujeito, como sujeito do discurso, constitui-se pelos esquecimentos que o determinam, pela interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso e pela identificação com a formação discursiva que o domina, reinscritos no próprio discurso do sujeito. Como afirma Orlandi (2001 a, p. 50), o sujeito é livre e, ao mesmo tempo, submisso: "ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que

chamamos assujeitamento". Segundo Lagazzi (1988), a forma-sujeito é dialética, pois não se pode dizer que o sujeito é totalmente manipulado, dentro de uma reprodução homogênea e pré-determinada. Sabe-se que a formação discursiva é, sim, lugar de reprodução, mas é também onde ocorre a transformação. Além disso, dentro de uma mesma formação discursiva, há embates, pois ela não é homogênea e nem mesmo isenta de contradições e isso acaba refletindo na identificação/constituição do sujeito com as formações discursivas.

Sabe-se que toda prática discursiva se inscreve no completo-contraditório-desigual das formações discursivas que designa a instância ideológica em condições de produção dadas. A(s) formação(ões) discursiva(s) permite(m) compreender de que forma se dá a produção de sentidos e a sua relação com a ideologia.

A formação discursiva representa o lugar em que ocorre a identificação do sujeito e a constituição do sentido, como exemplifica Pêcheux (1997):

Chamaremos, então, *formação discursiva* àquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (p. 160 – grifos do autor).

É dentro da formação discursiva que o sujeito adquire identidade e o sentido unidade, distinguindo tais especificidades de outras formações discursivas. É também na formação discursiva que o sentido é melhor localizado pelo analista:

Como sabemos, **a formação discursiva** - lugar provisório da metáfora - **representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito**. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação (ORLANDI, 2001 b, p. 103 – grifos nossos).

Como descrito anteriormente, o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva e, nesse processo, ele realiza simultaneamente relações com a formação discursiva dominante e com as outras que se entrecruzam, sendo que essas relações não pré-existem; elas são próprias da história de cada sujeito. Além disso, como já mencionado, o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. Pode-se

afirmar que a interpelação do indivíduo em sujeito se efetua também pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina.

O sentido não existe em si mesmo, sendo ele determinado pelas posições ideológicas inseridas num processo sócio-histórico. Assim, as palavras e expressões mudam de sentido a partir da posição daqueles que as empregam, adquirem sentido a partir das formações ideológicas daqueles que as utiliza, direcionando *o que pode e deve ser dito*. Palavras iguais podem ter sentidos diferentes por se inscreverem em formações discursivas diferentes. Por isso, identificar a formação discursiva é fundamental para compreender o funcionamento discursivo:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. **Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem** (ORLANDI, 2001 a, p. 43 – grifos nossos).

Dessa forma, os sentidos não poderiam ser predeterminados por propriedades da língua, pois são constituídos nas e pelas formações discursivas. Ressalta-se que elas não são homogêneas e não funcionam automaticamente. As formações discursivas se constituem pela contradição. São heterogêneas em sua essência e estão em constante configuração, reconfigurando-se continuamente durante suas relações discursivas. Elas determinam, data a posição que o sujeito ocupa, quais enunciados podem ser reproduzidos a partir de determinado lugar social.

As formações discursivas representam no discurso as Formações Ideológicas, sendo os sentidos determinados ideologicamente. Tudo o que se diz possui um traço ideológico, mas a ideologia não está nas palavras em si; está na discursividade. As formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas, as quais se encontram interligadas. Elas são atravessadas por elementos externos, reforçando o primado do interdiscurso sobre o discurso. Uma formação discursiva “é constantemente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais – por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). É o interdiscurso que disponibiliza os dizeres, por meio do já-dito, que constitui uma formação discursiva em relação à outra.

P. Henry (*apud* Pêcheux, 1997), ao pensar naquilo que é pensado antes, em outro lugar, independentemente, propõe o termo “pré-construído”, designando assim ao que remete a uma construção anterior e exterior: "Diremos, então, que o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas')" e que a articulação “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido ou aquilo que determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 1997, p. 164 - grifos do autor). O enunciado “Aquele que salvou o mundo morrendo na Cruz nunca existiu” é utilizado por Pêcheux (1997) para comprovar essa ideia, reafirmando que o efeito discursivo se liga ao encaixe sintático. O pré-construído é “*um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Linguística*”. (Grifos do autor).

Pêcheux (1997, p. 166) fala em discurso transverso, designando-o como uma metonímia, “enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc”, por estar relacionado ao objeto citado; e usa o termo intradiscurso como a forma pela qual o interdiscurso aparece: o funcionamento do discurso com relação a si mesmo. O efeito de determinação do discurso-transverso sobre o sujeito induz neste a relação com o Sujeito (universal) da ideologia e o *interdiscurso enquanto discurso transverso* parte do *interdiscurso enquanto pré-construído*, (PÊCHEUX, 1997, p. 167 - Grifos do autor) fornecendo a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito-falante, a partir da Formação Discursiva que o assujeita.

O discurso-transverso está em relação direta com o que Pêcheux (1997, p. 166) também chama de articulação, “uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência 'explicativa' que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscorso*”.

O efeito de sustentação se constitui como o retorno do saber no pensamento.

Daremos a essa relação o nome *efeito de sustentação*, destacando que é ela que realiza a *articulação* entre as proposições constituintes. O fato de que a supressão da explicativa não destrói em nada o sentido da proposição da base (aqui: 'o gelo... flutua sobre a água') marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir

de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base (PÊCHEUX, 1997, p. 110 – grifos do autor).

Outros conceitos fundamentais para compreender o porquê de o sujeito responder e agir de determinada maneira são a memória discursiva e o interdiscurso.

A memória é vista como o saber discursivo já existente e que é possível retomar no momento do intradiscurso. Vale ressaltar que não se trata de uma memória psicologista individual, mas sim de uma memória social inscrita e materializada em práticas e discursos cotidianos. A memória discursiva age como o retorno do passado no presente, como afirma Gregolin:

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidade, **possibilitam o retorno de temas e figuras do passado**, os colocam insistentemente na atualidade, **provocando sua emergência na memória do presente**. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (GREGOLIN, 2001, p. 71 - grifos nossos).

De forma não-linear, a memória discursiva não pode ser concebida como uma esfera plena, havendo como conteúdo um sentido homogêneo, como se fosse um reservatório. Na memória discursiva, há encontros e embates: ela “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Para Pêcheux (1999), há sempre um jogo de força na memória, no qual o acontecimento ora se mantêm, é absorvido pela memória, ora a rede de implícitos é perturbada. É necessário também considerar que a memória se constitui em meio a esquecimentos e silenciamentos, onde o não-dito tem muito a dizer.

O interdiscurso afeta a memória, na medida em que esse fala em outro lugar, afetando o modo de significação dos sujeitos. O interdiscurso é considerado por Orlandi (2001 a) como um conjunto de formulações feitas e esquecidas que acabam determinando todo o dizer. Para que esse processo ocorra, é necessário que os dizeres ditos anteriormente por um sujeito sejam “esquecidos”, apaguem-se da memória, para que façam sentido no momento da enunciação; é como se uma “voz sem nome” estivesse sempre presente, repetindo-se continuamente:

Como dissemos, o interdiscurso - a memória discursiva - sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. **É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem**, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando (ORLANDI, 2001 a, p. 54 – grifos nossos).

Dessa forma, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que diz. Esse apagamento do interdiscurso é necessário para que o sujeito estabeleça um lugar possível de movimentar dizeres, pois os sentidos não retornam apenas, mas constituem, por vezes, outras possibilidades de os sujeitos se subjetivarem.

O interdiscurso faz parte e se constitui no domínio de uma Formação Discursiva, funcionando como uma forma de aceitabilidade discursiva, ao determinar o *que pode e deve ser dito*, excluindo o não-formulável. Os elementos do pré-construído, produzidos exteriormente à FD, são incorporados pelo interdiscurso, mas como se já estivessem sempre-já-lá.

É importante dizer que a linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos (o já-dito, a memória) e os processos polissêmicos (o que há a ser dito) que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. E é por meio disso que os sujeitos e os sentidos se movimentam e significam. A incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, estão prontos e acabados.

Ocorre assim uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo. No intradiscurso, ocorre a constituição dos sentidos e a formulação. Para Courtine (*apud* ORLANDI, 2001 a), a constituição do interdiscurso é representada pelo eixo vertical onde se encontram os dizeres que já foram ditos e esquecidos e pelo eixo horizontal, onde haveria o intradiscurso, que seria a formulação, o que é produzido naquele momento sob condições específicas. Só é possível “formular”, se o sujeito se colocar no eixo da “constituição”, como comenta Orlandi:

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). **Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação)**. E é desse jogo que tiram seus sentidos (ORLANDI, 2001 a, p. 33 – grifos nossos).

É no intradiscurso que ocorre a constituição do fio discursivo, que, segundo Pêcheux (1997, p. 167), é designado como “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'”. O sujeito absorve e esquece o interdiscurso no intradiscurso, fazendo que o interdiscurso apareça como puro já-dito do intradiscurso.

A formulação relaciona-se com o intradiscurso de determinada formação discursiva, assim, dentro da rede de possibilidades que a formação discursiva possibilita é que o sujeito vai relacionar interdiscurso e intradiscurso.

Além de entender esse sujeito como assujeitado e dotado de significância dentro de sua historicidade, de considerar sua sujeição à(s) formação(ões) discursiva(s) e de perceber sua relação com o interdiscurso, leva-se em conta também as condições de produção, o ‘lugar’ ou o papel social que os sujeitos ocupam na sociedade. Se não considerar as condições de produção durante a análise, segundo Lagazzi (1988), não é possível explicar como se dá o funcionamento discursivo. Isso apontaria para um discurso sem memória, apagando as contradições entre as formações discursivas.

As condições de produção determinam o discurso e revelam quem diz, por que, para quem e a partir de onde diz, por isso a sua importância. Por isso, quem fala (a partir de determinada posição) influencia determinantemente os sentidos construídos. Em um jogo de *determinações de forças*, o lugar e a posição social emitem efeitos de sentidos próprios. Nesse sentido,

a contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de ‘organismos humanos individuais’, mas a **representação de ‘lugares determinados na estrutura de uma formação social**, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito na sociologia’. Assim, no interior de uma instituição escolar há ‘o lugar’ do diretor, do professor, do aluno, cada um marcado por propriedades diferenciais (BRANDÃO, 2004, p. 36 – grifos nossos).

Pêcheux (1997) afirma que o discurso é entendido como o “efeito de sentidos existentes entre interlocutores”, pois entram em jogo representações (imaginárias), relações históricas e ideológicas e características das condições em que o discurso é produzido, que contribuem, de forma decisiva, para a construção dos efeitos de sentidos. O chamado mecanismo imaginário faz parte das condições de produção. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos e das posições que estes ocupam,

dentro de uma conjuntura sócio-histórica determinada. Não são os sujeitos físicos e nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas suas projeções, suas imagens:

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) **mas também da posição sujeito interlocutor** (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2001 a, p. 40 – grifos nossos).

Como afirma Lagazzi (1988, p. 39), as relações imaginárias são “um movimento que se prolonga numa sucessão de imagens, como num jogo de espelhos”. Dentro desse mecanismo de antecipação, o sujeito pensa que regula sua argumentação ao realizar essas relações imaginárias. Ele dirá, segundo o efeito que pensa produzir para o ouvinte. Pêcheux (1997) descreve que ocorre uma espécie de *cumplicidade* entre locutor e aquele a quem ele se dirige, a qual supõe uma *identificação do locutor* frente à possibilidade de ele pensar o que o outro pensa em seu lugar.

Todas essas projeções imaginárias contribuem para a constituição das condições de produção e, conseqüentemente, para o processo de significação, dado que, para a Análise do Discurso, o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem, tanto que esse imaginário é constituído nas relações sociais inscritas na história, mergulhadas em relações de poder.

Há também a noção de relações de forças, para a qual o sujeito fala a partir do lugar que ocupa. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras irão significar de modo diferente caso o mesmo enunciado fosse proferido por um aluno. O mesmo ocorre com o discurso religioso, onde o lugar que o Padre ocupa fala por ele, fazendo com que seu lugar tenha autoridade perante os fieis e que suas palavras sejam consideradas a “fala de Deus”.

Dizer que a linguagem não é transparente significa dizer que a ideologia está amarrada à língua, sem que os sujeitos percebam ou tenham controle sobre isso, como é explicado pela *noção de esquecimento*. Distinguidos entre *enunciativo* e *ideológico*, a *noção de esquecimento* é nomeada por Pêcheux (1997) de 2 e 1, respectivamente. O

esquecimento número 2 (ordem enunciativa) refere-se à ilusão de que se domina o dizer. Apaga-se a maneira pela qual as palavras se inscrevem no interior das formações discursivas (Lagazzi, 1988); apaga-se o modo como se *seleciona* certas palavras e não outras. Como assevera Pêcheux (1997),

Concordamos em chamar '*esquecimento n°2*' ao 'esquecimento' pelo qual todo sujeito-falante '*seleciona*' no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase - *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 1997, p. 173 – grifos do autor).

Já o esquecimento número 1 (ordem ideológica) relaciona-se com a ilusão de o sujeito ser a fonte do que diz, a fonte do sentido, apesar de, na verdade, retomar sentidos preexistentes. O esquecimento número 1 relaciona-se, como descrevem Pêcheux (1997) e Orlandi (2001 a), com o inconsciente, resultando na maneira pela qual se é afetado pela ideologia: “Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade” (ORLANDI, 2001 a, p. 35). Esse esquecimento também está relacionado com a ideia de que o sujeito-falante não pode “se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997). Vale ressaltar que esses esquecimentos não são um defeito, pelo contrário, são necessários, pois é partir deles que a língua funciona.

Neste sentido, o discurso constitui um meio eficaz de veiculação de ideologias e de consolidação ou de instauração de identidades, uma vez que retoma discursos pré-construídos, ou seja, discursos já existentes, “já-ditos”, que circularam em outro lugar e momento e que retornam pelo interdiscurso ou memória discursiva, os quais são passíveis de serem observados no intradiscurso, no eixo da formulação do discurso na atualidade, por meio de processos parafrásticos e polissêmicos. Assim, os discursos funcionam na tensão entre esses dois processos. Conforme a autora, “é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2001 a, p. 36). O discurso é o lugar de acesso e observação da relação existente entre

a materialidade da ideologia e da língua: “A partir daí a ideologia deixa de ser concebida como o era na filosofia ou nas ciências sociais para adquirir um novo sentido: o que se estabelece quando pensamos a própria produção dos sujeitos e dos sentidos” (MALDIDIER, 2003, p.12).

Considera-se, portanto, que “a Análise do Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2001 a, p. 26), dentro desse verdadeiro nó (MALDIDIER, 2003) que é a linguagem, em que se cruzam história e ideologia. A partir desses conceitos, pretende-se entender como sujeitos produzem sentidos e como estão revestidos de significância. Busca-se entender, a partir dos conceitos que delineiam a teoria materialista do discurso, os efeitos de sentidos que emergem no *corpus* discursivo selecionado, de que maneira esses sentidos circulam na sociedade, considerando sua articulação necessária com a história. “Em meio às relações sociais de acordo e de disputa das condições de produção, é a ordem do discurso que controla o dizer e produz o sentido, ao engendrar as paráfrases que estabelecem limites para a interpretação diante da constitutiva polissemia da linguagem”. (PIOVEZANI e SARGENTINI, 2011, p.15).

Como já exposto, há na língua cadeias de paráfrases que trabalham continuamente o dizer, que regem sua manutenção e estabilização. Tenciona-se verificar, nessa força normalizadora e coercitiva do dizer e da ideologia, de que forma o “senso comum” rege a vida cotidiana e as relações interpessoais, dado que o senso comum está mergulhado nas opiniões, crenças, usos e costumes dos sujeitos, tentando afastar o novo e o diferente. Segundo Lagazzi (1988), a ilusão do sujeito ser o centro e dono de si camufla a força coercitiva do senso comum e sustenta as relações de poder existentes entre os sujeitos. Brandão (2004) afirma que, para a AD, não há o dizer particular, pois o que se fala traz significação por meio da história e da língua. É essa memória social que aparece na voz do senso comum.

Os pressupostos teóricos assinalados servirão para o desenvolvimento das análises do *corpus*, que ora serão exemplificados no corpo do texto, ora aparecerão nas reflexões desenvolvidas. Cada SD mobilizará determinado pressuposto para que a análise se efetive, mas, de uma maneira geral, as SDs deste trabalho utilizarão,

principalmente, como fio condutor para tecer as reflexões analíticas as noções de sujeito, discurso, condições de produção, interdiscurso, intradiscurso, memória discursiva, esquecimentos 1 e 2, relações imaginárias, formações discursivas e ideológicas.

3. OS FINS JUSTIFICAM OS MEIOS: A CULPA É DO MUNDO

Mulher da vida. Minha irmã. De todos os tempos. De todos os povos. Ela vem do fundo imemorial das idades e carrega a carga pesada dos mais torpes apelidos e ápodos: Mulher da zona. Mulher de rua. Mulher perdida. Mulher à toa. (Cora Coralina)

A história (re)conta que o comércio sexual existiu em várias sociedades, sob diferentes formas e em diversas épocas. O sexo livre e a sua venda foram aceitos, incentivados, repudiados, proibidos e considerados pecado. Por outro lado, nem sempre o sexo civil, entendido como a relação sexual entre esposa e marido, foi incentivado, nem sempre foi regra social, nem sempre foi diretriz religiosa. O que, de fato, há na história são idas e vindas de uma profusão de discursos que foram (são) ora aceitos, ora negados, ora apagados, ora ressignificados.

Resquícios de outras épocas que vêm à tona por meio do interdiscurso e da memória e que são delineados a partir da sobredeterminação das condições de produção, que afetam o intradiscurso, convergem num misto do mesmo e do “diferente”⁶. Ou seja, o discurso é ele mesmo já dito em outro lugar, mas repetido de acordo com as condições de produção de quem o enuncia. O mesmo é dito de outra forma, já que a “condição de existência dos sujeitos e dos sentidos” é “constituída na relação tensa entre paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 2001 a, p. 37). Pelo retorno da memória e do interdiscurso, é possível ver, na história, o movimento discursivo, as idas e vindas de um discurso dito em outro lugar, tendo a repetição, o conflito e a tensão (mas, sobretudo, a paráfrase) como aspecto constitutivo da linguagem. Como afirma Lagazzi, (1988, p. 09) “faz-se necessário, contudo, explicitar essa tensão, mostrar que ela é *historicamente determinada*”. Na história da prostituição, por exemplo, há um percurso que evidencia esse movimento de sentidos.

⁶ O diferente utilizando aqui se refere à ressignificação e não ao novo, dado que os sentidos se movem, mas não nascem completamente outros.

A venda de serviços sexuais vem de longa data. Há teorias (ROBERTS, 1998) que relatam a existência de ritos sexuais já no período Paleolítico e que prenunciam o prelúdio da prostituição. Era o caso de mulheres que realizavam sexo livre, cujos rituais eram tomados como culto à fertilidade e como forma ritualística de adoração à Grande Deusa. Mais tarde, ainda em nome da divindade, as sacerdotisas saem dos templos e praticam sexo em troca de oferendas: “É aqui que começa a verdadeira história da prostituição; com as sacerdotisas do templo, que eram ao mesmo tempo mulheres sagradas e prostitutas, as primeiras prostitutas da história” (ROBERTS, 1998, p. 22). E os trajetos de sentido não param aí. O sexo sagrado foi, com o decorrer do tempo, perdendo forças, dando espaço a novas formas de encarar a prostituição.

Na Grécia e em Roma, por exemplo, as prostitutas tinham *status* considerado elevado, eram livres e podiam seguir caminho artístico, como a dança e o teatro, numa via diferente das esposas, que não podiam sair de casa sem seus maridos e viviam às sombras do cônjuge, pais e irmãos:

Para as mulheres, **sair da sombra de seus maridos significava serem publicamente identificadas como prostitutas. Mesmo as mulheres ‘respeitáveis’ que negociavam no mercado eram assim rotuladas;** a escritora Julia O’Faolain cita o caso de uma mulher livre ateniense que, ao enviuvar, tentou se sustentar vendendo rendas. Ela foi acusada de ser prostituta, a evidência contra ela consistindo apenas no fato de ela ter tido a audácia de tentar negociar no mercado, onde nenhuma mulher “boa” sequer sonharia em pôr os pés (ROBERTS, 1998, p. 39 – grifos nossos).

Rago (2008) também descreve como a rua se tornou obrigatoriamente local onde somente os homens e as prostitutas podiam transitar, restando à dona de casa a clausura de seu lar:

O homem no espaço público foi sempre percebido positivamente, através da imagem do trabalhador e do político. A mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública” (RAGO, 2008, p. 44 – grifos nossos).

Ou seja, as mulheres que desejavam ser livres, cuidar de suas próprias vidas, sem depender das rédeas do pai ou do marido (e isso incluía tanto as de classe elevada como as mais pobres), tinham como única escolha a prostituição. Muitas se declaravam voluntariamente prostitutas, mesmo não exercendo a profissão, pois, com isso, podiam desobedecer as exigentes regras matrimoniais e angariar a independência.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, o cristianismo reagiu com força contra a “falta de moral”, opondo-se à liberdade sexual dos homens e das meretrizes. “A paranóia sexual tornou-se um alvo básico da Igreja, principalmente como consequência da reação da nova religião à vida moral e sensual do Império Romano decadente” (ROBERTS, 1998, p. 81). As prostitutas passaram a ser encaradas como um mal e como ameaça de corrupção da sociedade, mas, ao mesmo tempo, sabia-se, davam o equilíbrio necessário aos “bons costumes”. Segundo Chauí (1984, p. 79), a prostituição é tolerada, e até mesmo estimulada, por funcionar como uma válvula de escape, pois resolve “as frustrações sexuais dos jovens solteiros e dos homens que se consideram mal casados ou que foram educados para jamais confundirem suas honestas esposas com amantes voluptuosas e desavergonhadas”; além disso, acreditava-se que as garotas de programa contribuíam(em) para manter a honra de moças de família e para estimular o recato e a virgindade feminina.

É no entremeio desse emaranhado de interdiscursos que a memória sobre a prostituição se constitui, numa teia complexa de efeitos de sentido que ecoam e significam continuamente. Não há, dessa forma, um único discurso responsável pela definição discursiva de prostituta; há vários, pertencentes a formações discursivas diversas, que se entrelaçam, se misturam, se hibridizam, se esvaem e que constituem quem foram e quem são as garotas de programa.

A partir do *corpus* de dados e das condições de produção em que ele foi coletado, percebe-se que, nas SD analisadas, uma matriz de efeitos de sentidos negativos é mostrada sobre a prostituição e acaba sendo, de uma forma ou de outra, (re)produzida, representando a prostituição como uma prática marginalizada e estigmatizada. Percebe-se, pois, que, neste caso, a memória se parafraseia e constitui um movimento de refluxo.

O sexo como objeto de comércio, assim como as relações sexuais fora do casamento, como afirma Chauí (1984), são condenados por contrariarem a função procriadora da mulher difundida pela Igreja. Esta suposta função, que é aceita e repetida pela instituição familiar, também leva a reprovar a prática da venda do corpo, por entrar em conflito com o modelo idílico de família. A mesma censura é abraçada pela sociedade, que, apesar de, às vezes, perceber que a prostituição e as relações extraconjugais constituem hábitos inseparáveis da dinâmica social, dado que contribuem para a manutenção de outras práticas aceitas e incentivadas, como o casamento, por exemplo, posiciona-se contra elas, ao reproduzir e impor os discursos delineados como “corretos” sobre o sexo. Como mostra a história, a prostituição é, ao mesmo tempo, aceita e negada, fazendo com que a prática coexista a partir da segregação e da integração; tal qual afirma Chauí (1984, p. 80): “Em suma, a sociedade elabora procedimentos de segregação visível e de integração invisível, fazendo da prostituta peça fundamental da lógica social”.

As instituições sociais, de modo geral, reforçam o padrão da “boa moça” ou da “menina de família” (termo usado por uma das entrevistadas), delineando o que seria uma mulher “direita”, destinada ao casamento e à família; o desvio desse padrão é, por oposição, tido por “errado” e precisa ser, no mínimo, justificado:

A sacralização do papel social da mãe passava, portanto, pela construção do seu avesso: **a mulher mundana, lasciva e luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer.** As mulheres que viviam em ambiguidade esses dois papéis foram sistematicamente perseguidas, pois **o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da Igreja e do Estado** de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador (PRIORE, 1995, p. 83 - grifos nossos).

Goffman (1988)⁷ afirma que, ao estigmatizar alguém, confirma-se, pelo contraste, a normalidade do outro, restabelecendo o padrão exemplar. Tem-se, na esposa e na prostituta, dois lados de uma mesma moeda que, embora distintos, são indissociáveis. Por meio dessa construção binária, a mulher é classificada em dois polos diversos, que, ao mesmo tempo, atraem-se, por uma existir a partir da existência

⁷ Utiliza-se nesta pesquisa somente o conceito de **Estigma** de Erving Goffman, pautando-se na obra: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada** (1988).

da outra: a esposa fiel, digna e honrada só pode ser afirmada diante da depravada, devassa e vergonhosa. Dentre tantos e variados fatores, o sexo é, possivelmente, um dos motivadores da segregação.

Do ponto de vista moral, serão negadas, mesmo pelas próprias entrevistadas, as práticas que não atendem ao que é considerado “normal”. Elas não negam que estão à margem, isso porque não se encaixam no modelo concebido como “ideal” para a mulher (ou seja: manter relações sexuais com um parceiro fixo e lhe ser fiel); não lhes seria permitido refutar o arquétipo⁸ de mulher ideal; elas não poderiam afirmar que é “normal” vender sexo. Tem-se, assim, que as entrevistadas inserem-se em uma formação discursiva que vê a venda de sexo como uma prática “errada”, pois repetem e aceitam o já dito e dizem-se a partir do que é dito sobre elas:

(SD 15) Não, eu **não considero assim uma profissão**. Claro que **não é uma coisa boa**, também **não é uma coisa certa**. **É uma coisa errada [...]** (Mônica - grifos nossos).

Em face da posição que ocupam e dos discursos que “sabem” que são correntes socialmente sobre a prostituição, as garotas se justificam, afirmando que concordam com o que é dito sobre elas: confirmam que estão “errando”, que sua prática “não é certa”, que a atividade que exercem “não é uma profissão”, que “não é bom” fazer o que fazem. A lógica seria, pois, que abandonassem o que estão fazendo, entretanto, permanecem no “erro”, mas buscam respaldo num conjunto de justificativas que, no mínimo, busca amenizar a situação e, talvez, até isentá-las da culpa e inocentá-las; elas se mostram dignas de pena. Para elas, os fins justificam os meios, na medida em que consideram o “meio” como conseguem dinheiro aceitável diante dos nobres fins a que se destina.

Os discursos são definidos pelas formações ideológicas e discursivas, que determinam o que deve ser pensado e dito, pois o “discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não

⁸ A noção de arquétipo aqui utilizada baseia-se livremente na forma como K.G. Jung compreendia esse conceito, ou seja, esquemas estruturais, pressupostos estruturais de imagens, expressão concentrada de energia que se atualiza em objeto. Segue-se portanto, a ideia de que “[...] os arquétipos junguianos, em primeiro lugar, são antes imagens, personagens, papéis a serem desempenhados e, apenas em medida muito menor, temas” (MELETÍNSKI, 2002, p. 22).

outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2001 a, p. 43). Sendo assim, em face da formação discursiva a que pertencem, as entrevistadas não poderiam dizer que gostam de sexo ou que fazem o que fazem porque querem ou sentem prazer; elas (re)afirmam o que é dito sobre elas, colaborando, sem que o desejem ou o saibam, para que esse discurso se cristalice. Nesse sentido, a ordem discursiva da moral entra em choque com a ordem do inconsciente, já que os desejos são reprimidos pelas coerções sociais que não permitem que elas afirmem que também estão ali em busca da manifestação do desejo. Assim, gostar de sexo e expressar isso vale somente para as outras, como se pode observar nas SDs 22 e 23; nenhuma afirma que se prostitui por prazer:

(SD 22) **Têm mulheres que gostam do que fazem sim.** Porque é igual eu te falei, **ninguém é obrigado, então as pessoas podem tentar outras coisas,** entendeu? **Mas têm meninas que gostam e têm prazer de tá ali na vida** e ficá com homem e ganhar dinheiro, acostuma naquilo ali e não quer sair mais, porque é um dinheiro que vem fácil, né? (Mônica – grifos nossos).

(SD 23) Aqui teve um caso de uma menina, que **trabalhava no pedágio, ela tinha carro, tinha tudo, fazia faculdade na FAG** e o pai dela um dia veio busca ela aqui dentro. E todas as menina que tavam aqui dentro choro de vê a dor do pai. Foi desesperador pra ele, porque ele dizia: **Eu dô tudo pra ela, ela tem tudo. Ela dizia: Mas eu gosto, eu quero.** Aí foi onde que nós, né? se mata aqui dentro, todo mundo choro. E ela sumiu, nunca mais... **o pai dela tirou tudo dela, tiro estudo, tiro tudo, tudo, tudo, tudo. Hoje ela tá se fudendo na vida porque perdeu a oportunidade. E nós já não têm essa oportunidade. Se nós tivesse, meu Deus... se eu tivesse oportunidade, não taria aqui nunca** (Carol – grifos nossos).

Se “ninguém é obrigado” e se as “pessoas podem tentar outras coisas”, por que Mônica é profissional do sexo e permanece nessa atividade, mesmo existindo várias opções como ela menciona? Optar por vender o corpo não é algo considerado digno pela sociedade, por isso as entrevistadas buscam justificar seus atos com razões tidas como plausíveis por elas, buscando comprovar que ser garota de programa não foi uma escolha, mas uma “imposição” da vida. Mônica fala das meninas que se acostumam com o “dinheiro fácil”, como se não fizesse parte da atividade; ela não se inclui, pois não afirma ser prostituta, apesar de viver da venda do sexo e de sustentar os filhos com a prática. O “erro” está sempre no outro. Na SD 23, Carol e Ana Paula (lembrando que a entrevista ocorreu com as duas ao mesmo tempo, como explicado no capítulo metodológico) se mostram horrorizadas pelo fato de a garota estar ali, no bordel,

porque gostava; inclusive porque ela tinha “tudo”: emprego, carro, acesso ao ensino superior e o pai que nada lhe deixava faltar. Se elas tivessem “tudo”, “nunca” estariam ali. Ou seja: para elas, a prostituição não é escolha, mas “falta de oportunidade”. Gostar de prostituir-se não é tolerado pelas entrevistadas, porque, como elas descrevem, a garota “rebelde” teve o “castigo” que merecia: o pai lhe tirou “tudo” e ela está se “fudendo” por gostar de algo “não aceito”, “proibido”.

De fato o prazer e o desejo não aparecem enquanto manifestação da ordem do consciente em nenhum momento da entrevista, não se fala do corpo ou do sexo em si, talvez porque elas não querem ser reconhecidas nesse lugar. Somente na voz do outro há, então, a evidência de o sexo ser um dos motivos que as trazem a boate. Tal confirmação causa espanto nas entrevistadas justamente por ser o desejo algo cerceado moralmente. Se há, além das justificativas apresentadas, razões da ordem do inconsciente que as fazem frequentar boates, não é algo posto, não é dito (ou assumido) pelas entrevistadas.

Regras, limites e valores são constituídos discursivamente e quem se desvia do que é aceito, estimulado e imposto sofre sanções, sejam elas visíveis ou não. Os “diferentes” são colocados à margem, por não terem um comportamento “comum”, “esperado” e “desejável”; eis a razão para as garotas entrevistadas precisarem provar que são inocentes e que não estão à margem por escolha, mas por culpa do outro.

Quando se aborda a sexualidade ou, mais especificamente, as práticas sexuais marginalizadas, o assunto se torna ainda mais complexo; como assevera Foucault (2008, p. 9): “Em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política”. De acordo com Chauí (1984, p. 118), visto pelo ângulo da moral, o sexo pode ser vício, se não se adequar ao padrão, ou virtude, se não estiver alinhado com os preceitos socialmente aceitos. Segundo a autora, quando se pratica o sexo não aceito, algumas formas de coerção são instauradas:

A direção que a repressão sexual tomará, do ponto de vista moral: será pedagógica (para corrigir hábitos e criar os hábitos sexuais virtuosos ou morais), será punição (para fazer o desvio deliberado regressar aos trilhos), será vigilância (para captar os momentos de risco de desvio e depravação) e **sobretudo será estigmatização (o vício ‘por natureza’ e a corrupção-depravação sedimentada ou irreversível, devem ser apontados,**

condenados publicamente e sinalizados, isto é, marcados para que os demais membros da sociedade possam dispor de instrumentos para identificar os viciosos 'naturais', corruptos e depravados) (CHAUÍ, 1984, p. 119 – grifos nossos).

A coerção social ou a repressão da sexualidade, nesse caso, age com o respaldo da proteção coletiva, sob a desculpa de “livrar” a sociedade do vício e os viciosos: “Costuma-se falar de repressão sexual tendo-se como referência conjuntos de regras proibidoras que são explícitas e conscientemente conhecidas por todos os membros de uma sociedade” (CHAUÍ, 1984, p. 76). Desviar do que é aceito e imposto acarreta em ter de sofrer as consequências.

Com base nos pontos elencados por Chauí (1984), tem-se que a prostituição é estigmatizada, pois se culpa e condena quem vende sexo. Segundo Goffman (1988), existem os estigmatizados *informados*, como é o caso das prostitutas, que somente acionam a “capa” de proteção, quando sabem que seus interlocutores conhecem sua prática; caso contrário, o sujeito “não precisa se envergonhar nem se autocontrolar, porque sabe que será considerado como uma pessoa comum” (GOFFMAN, 1988, p. 37). Assim, as prostitutas vivem na escuridão e escondidas, já que isto as auxilia a não revelar seu segredo. No entanto, quando se sabe quem são os marginalizados, existem “sanções”, ainda que veladas:

(SD 24) Se alguém lá fora souber, assim, que somos garotas de programa, o cabelo que vão fazê é mais caro, a unha é mais cara, o táxi é mais caro, tudo é mais caro (Duda – grifos nossos).

A SD 24 e a SD 25 (exemplificada abaixo), embora não se encaixem de fato no fio temático abordado neste capítulo, são usadas para evidenciar que tais estigmas existem e que, por isso, é necessário que elas tenham defesas contra a própria prática, livrando-se da “culpa” por se prostituírem. A partir do estigma que existe sobre a prostituição e sobre o discurso que circula sobre ela, formas de “punir” ou “marcar” as garotas que vendem sexo são instauradas. No recorte retirado do discurso da entrevistada, ao saber-se que se trata de uma prostituta, o valor dos serviços prestados a elas aumenta, por existir o pré-construído de que a prostituição rende muito dinheiro e de que, por isso, elas teriam condições de pagar mais, o que não deixa de ser uma forma de segregação. Ou ainda, o aumento do preço pode ser uma forma de “reprimir”

e “inibir” a mulher prostituta de utilizar-se do serviço, certa forma de punição por ela ser o que é, porque quem presta o serviço não gostaria de fazê-lo para tais mulheres e busca formas de barrar isso ou compensar estarem atendendo uma garota de programa.

Em outro recorte, uma das entrevistadas declara:

(SD 25) Morreu uma mulher matada lá na BR, **era puta**. Ninguém não foi nem lá vê o corpo dela (Carol – grifos nossos).

Pode-se afirmar que o descaso apontado também é fruto de uma memória estigmatizadora, pois, se a mulher fosse “moça de família”, possivelmente, o primado do interdiscurso não provocaria a indiferença ocorrida. Tratamentos diferentes são instaurados a posições sociais diferentes. Observa-se o tom pejorativo adotado pela entrevistada, ao referir-se à prostituta morta como “puta”. Inclusive, há uma separação entre “garota de programa” e “puta”, sendo a última avaliada por meio de uma escala depreciativa mais baixa, associada a uma classe social inferior. Em nenhum momento da entrevista, ela se autodomina “puta”; inclusive afirma que:

(SD 26) Eu sempre digo assim, oh: **Eu não sou puta, eu sou menina de família com pobremas financeiros: SPC, Procon, Serasa** (Carol – grifos nossos).

“Putas” são as outras; ela, não. É por meio da reprodução de sentidos outros, que falam antes e em outro lugar, ou seja, da formação discursiva a que pertence, que ela não pode dizer o contrário. Chama-se a atenção para a afirmação de que elas não são x (“puta”), mas y (“menina de família”); esta é outra forma de inocentá-las, amenizar a sua situação de “transgressoras”, como são tidas, ou de deslocar os sentidos para outro lugar social. Em vários recortes das entrevistas, há esse deslize: a prostituta não é x, mas outra coisa, sendo traduzida metaforicamente por outro termo ou efeito de sentido. Segundo Pêcheux (1997), metáfora se refere à possibilidade contextual de substituição de uma palavra por outra, já que a palavra, proposição ou expressão não têm um sentido que lhes seria próprio, preso à literalidade, nem são deriváveis de uma literalidade por meio de uma combinação lógico-linguística que cessaria sua ambiguidade:

O sentido não poderia ser a 'propriedade' da literalidade significante (que, nesse caso, seria invencivelmente reduzida ao signo); ele é o efeito de uma relação no elemento do Significante, relação que J. Lacan designou como *metáfora*, dizendo: 'uma palavra por outra, essa é a fórmula da metáfora' e acrescentando a seguinte nota, excepcionalmente esclarecedora para nosso propósito: 'A metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*' (PÉCHEUX, 1997, p. 262 – grifos do autor).

Sendo assim, o sentido é uma relação de troca de palavra por outra palavra, ou de uma expressão por outra expressão, sendo sempre determinados por uma relação imposta por uma formação discursiva, pois as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos a partir da formação discursiva à qual pertencem; por isso, ao trocar "puta" por "moça de família", percorre-se outro trajeto de sentido e se produz o deslocamento de uma formação discursiva para outra, o que atende à necessidade de justificar a escolha de ocupar um lugar tido como inadequado socialmente.

As garotas entrevistadas sempre se mostram como desejosas de estar fora da prostituição, como a querer impor a conclusão que não estão ali por que querem ou por que sejam maus sujeitos ou mesmo devido à ordem do desejo; a rigor, elas dizem exatamente o que prevê o discurso naturalizado sobre a prostituição e buscam esquivar-se de tal prática; elas sempre gostariam de ser mães, moças de família, esposas, etc., mas não "putas".

Movidas pela injunção do interdiscurso, da memória e da formação discursiva "consensual" existente sobre a prostituição e por todo o estigma que há sobre a venda do corpo, as garotas de programa precisam justificar por que fazem o que fazem, imputando a responsabilidade ao outro. "A criatura estigmatizada usará, provavelmente, o seu estigma para 'ganhos secundários', como desculpa pelo fracasso a que chegou por outras razões". (GOFFMAN, 1988, p. 20). Como se observa nos enunciados, elas usam os filhos, a separação e a falta de emprego como "escudo" para se desculpar e amenizar o estigma de sua condição.

Dessa forma, as garotas de programa entrevistadas apresentam várias "justificativas" com a intenção, seja ela consciente ou não, de se defender das acusações (nem tão) implícitas que existem socialmente contra elas. Em todas as entrevistas há uma matriz de sentido organizadora que pode ser reunida sob a tutela de: "faço algo errado e devo me justificar e apresentar boas razões para estar fazendo

isso, senão, posso ser julgada de forma equivocada”. Em todas as entrevistas, são apresentadas “boas” razões (mas não boas o suficiente, já que não rompem com o imaginário reinante e não rompem com a moral posta) que buscam explicar o porquê de elas terem feito a escolha que fizeram, visando a convencer o interlocutor de que, apesar de se prostituir ser considerado “errado”, como elas mesmas afirmam, ainda assim é justificável.

O questionamento a ser feito, portanto, é por que elas se colocam na obrigação de justificar a escolha que fizeram: dito de outro modo, se elas fossem mães, donas de casa, esposas, não precisariam fazê-lo. E eis que, assim, surgem os culpados pela venda do corpo: ou a necessidade de suprir os filhos, ou o marido que as abandonou, ou o desemprego gerador de carências financeiras, ou a influência de amigas, ou a baixa renda de alguns trabalhos, ou, ainda, o destino. A culpa está sempre no outro, seja ele um motivo mais ou menos nobre: nunca elas mesmas são as “culpadas”. Como se vê, elas se submetem, sem falhas, à condição de ter que justificar para si mesmas e para o outro que existe sim justificativas: tentativa (vã) de se tornar aceitável. As razões apontadas resolvem-se pela ordem da lógica, do consciente, já que são argumentos relacionados à sobrevivência delas e dos filhos, mas o que não está posto é a ordem do desejo: dizer que estão na “noite” porque gostam, porque sentem prazer não poderia ser aceito como uma justificativa para a ordem da moral, embora, talvez, para o inconsciente isso funcione muito bem.

Falar sobre si mesmo ou sobre a prática trabalhista exercida não impõe, comumente, que se apresentem justificativas. Um professor, por exemplo, ao ser entrevistado, não apontaria as razões por ter escolhido a docência, a menos que fosse questionado e a título de curiosidade. Não se inquire o que é regido pelo acordo convencional, que é, inclusive, louvável. Questiona-se o que foge à regra e à convenção; interroga-se o que não condiz com o esperado de uma mãe, mulher, esposa com o efeito de sentido de um objeto discursivo já ideologizado, como é o caso das entrevistadas. Indaga-se o “errado” e não o “certo” e o convencional.

Para a sua “defesa”, elas mostram que ocupam outros lugares na trama social e se apoiam neles como mudança de foco discursivo. Segundo Pêcheux (1997), os protagonistas do discurso não são indivíduos; eles passam pelo crivo da injunção que

impõe a forma de vida de lugares estabelecidos na trama social. Com essas imagens, tem-se a projeção de posições pré-estabelecidas, podendo o sujeito ocupar uma ou mais e ainda transitar entre tais posições, ora usando o discurso de uma formação discursiva, ora inserindo-se em outra, mas sempre sofrendo as suas injunções. No caso em estudo, percebe-se que as formações discursivas não são fechadas: são permeadas por outros discursos, num constante embate e absorção de sentidos. As entrevistadas confirmam ser profissionais do sexo, mas, por tratar-se de uma atividade condenada, apoiam-se em outros “papéis”⁹, buscando justificar suas escolhas. As entrevistadas são x (garotas de programa), mas porque são, antes de tudo, y: **mães**, mulheres abandonadas, pessoas de baixa renda, dentre outros.

Segundo Roberts (1998), a maternidade é um dos principais motivos que impulsiona a entrada para a prostituição:

As prostitutas não pensam apenas nelas próprias quando trabalham na indústria do sexo – a maioria delas também é mãe. **Ganhar dinheiro suficiente para criar os filhos independentemente dos homens** é um tema que surge continuamente nas motivações das prostitutas (ROBERTS, 1998, p. 384 - grifos nossos).

Dessa forma, considerando que, antes de elas serem x (garotas de programa), elas afirmam que são y (mãe, ou...), percebe-se que as garotas entrevistadas preferem mostrar, realçar ou ressaltar o papel materno que desempenham e que o sustento dos filhos justifica a atividade que exercem, buscando, por meio da autocolocação nessa posição social, uma forma de justificarem porque são x (garotas de programa).

(SD 12) Minha filha tem 14 anos, né? E meu filho tem 12. E... **é o meu foco**, na verdade, né? **Meu e de todas aqui**. Assim, **trabalho assim nessa vida pra dar o melhor pros meus filhos** (Duda – grifos nossos).

Considerando a SD 12, os filhos são o “foco” das entrevistadas: de “todas”. Elas trabalham “na vida” para darem “o melhor” para os filhos. Mas, afinal, que mãe não busca dar o melhor para os filhos? O discurso materno passa não só a ser usado como justificativa, mas também tem a meta de comover o interlocutor e de redirecionar o foco

⁹ O termo “**papéis**” é usado neste trabalho não no sentido de *representação*, mas como forma de dizer que elas se apoiam em outros lugares, outras posições.

discursivo. Apaga-se o fato de que elas também se beneficiariam com a prostituição, pois, na SD 12, é afirmado que o melhor é somente e exclusivamente direcionado aos filhos. Silencia-se que elas se prostituem para e por elas, e não só pelos filhos. Além disso, pode-se afirmar que o uso do pronome possessivo “meu” e “minha”, de certa maneira, apontam para uma contradição entre elas afirmarem que se prostituem pelos filhos, mas, ao mesmo tempo, estarem ali a serviço de si mesmas; talvez até por terem prazer ao realizar a atividade e isso, como dito anteriormente, estaria associado a um desejo não expresso, a um possível prazer da ordem do inconsciente. Tal qual ato falho, os pronomes revelam a serviço de quem estão ali: “meus”, “minhas”, isto é, elas mesmas.

Além disso, também pode ser que exista a satisfação de verem a si próprias como pessoas que se encaixam, ainda que em partes, na imagem idealizada da mãe, da progenitora que, em tese, doar-se-ia para a sua descendência, quando, de fato, o estar pelos filhos seria estar por si própria, uma vez que eles seriam a continuidade de si.

O discurso materno que vê nos filhos o bem maior passa a ser uma das justificativas utilizadas para isentá-las da culpa da venda do sexo, já que esta atividade é realizada como “sacrifício”, em prol do outro. De certo modo, doa-se a vida pelo outro, o que as assemelha a Cristo, que aceitou a crucificação pelo próximo. Doar-se pelo outro parece ter como objetivo isentá-las ou redimi-las do julgamento social e ser mãe lhes fornecendo o respaldo necessário. Vale salientar que há uma contradição entre serem garotas de programa e mães que fazem “tudo” pelos filhos: se eles são o motivo para que elas ingressem na prostituição, se são eles que as “empurram” para a venda de sexo, por meio dessa lógica, eles deixam de ser o bem maior para se tornarem o mal¹⁰, já que elas mesmas afirmam que a prostituição é “ruim”, que estar ali é “errado”.

Ainda na SD 12, quando Duda afirma que deseja dar o “melhor” para os filhos, pode-se associar o termo a melhores condições financeiras, pois o melhor, na maioria das vezes, relaciona-se com o mais caro financeiramente: melhores escolas, roupas, calçados, etc. Na formação capitalista, dar essas condições aos filhos só seria possível

¹⁰ A associação de que os filhos seriam, então, o mal, já que são eles que impulsionam as entrevistadas para uma prática que elas mesmas consideram “ruim”, é feita no sentido de evidenciar o funcionamento do discursivo.

com um trabalho que oferecesse uma remuneração mais elevada, sendo a prostituição o caminho mais curto para se alcançar isso, como elas (re)afirmam.

Elas transitam em dois lugares diversos: ser mãe, dentro do modelo sagrado de amor eterno, dedicação e abdicção, e ser prostituta, a nefasta que vende sexo por dinheiro, contrapondo-se ao modelo idílico familiar. Note-se que, no caso das entrevistadas, o lugar discursivo materno prepondera sobre o segundo. Elas circulam entre as duas posições, mas para justificar o “erro” utilizam como respaldo o lugar materno, idealizado e defendido socialmente, como contextualiza Giddens (1995, p. 53):

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da ‘esposa mãe’ reforçou um modelo de ‘dois sexos’ das atividades e dos sentimentos (grifos nossos).

O amor materno consolida o amor romântico e a idealização do formato burguês de família, em que se tem na mulher a responsável pelo funcionamento do lar, é ela quem cuida dos filhos, da casa e do marido.

As quatro entrevistadas são divorciadas e todas detêm a guarda dos filhos, com exceção de Duda, que entregou as crianças ao marido:

(SD 27) Então quando eu vi que, assim, eu tava sozinha mesmo, meus filhos pediam as coisas [...]. Então, o que aconteceu, aí quando eu vi assim, que eu não queria deixa meus filhos com pessoas, entrei em um acordo com meu ex-marido pra ele cuidá deles pra mim, enquanto eu faço o meu trabalho, que pra ele eu... eu trabalho com a minha família, que na verdade eu até trabalho mesmo. Eu saio por aqui, mas faço as vendas dos meus negócios também, pra dá uma renda a mais (Duda – grifos nossos).

A separação e abandono do marido, somados à falta de condição financeira de sustentar as crianças e ao medo de deixar os filhos “com outras pessoas”, fizeram com que ela entregasse as crianças ao ex-marido. Poderia ser pensado que, como uma mãe exemplar que diz ser, Duda não poderia deixar os filhos passarem necessidade e, por isso, mesmo “longe” das crianças, ela optou por entregar a guarda ao ex-marido, evidenciando o quão preocupada e zelosa ela é. Duda busca a comprovação de que é uma mãe dedicada quando diz na SD 12 que está na prostituição pelos filhos, que são o seu “foco”, e que busca o “melhor” para “eles”, exclusivamente. Ela, assim, apresenta-

se como uma mãe digna, que se encaixa no que é estabelecido socialmente para o papel materno. Para o ex-marido, amigos e alguns familiares, Duda trabalha com a família e cuida de outros negócios; é essa “desculpa” que ela também tenta repassar ao interlocutor no momento da entrevista quando diz “que na verdade eu até trabalho mesmo. Eu saio por aqui, mas faço as vendas dos meus negócios também”. Ela até pode ser x (garota de programa), mas também é y (trabalha com a família, possui outros negócios) e é atrás desse y que ela se esconde socialmente, perante aos filhos, ex-marido e demais conhecidos. Mais uma vez, percebe-se que as justificativas funcionam, mas não as redime, pois caso redimisse ela não precisaria usar y para negar ou esconder sua condição de x.

Hoje é comum ver casos de pais que, sozinhos ou com outra esposa, são responsáveis pela guarda dos menores. Entretanto, há uma memória que diz ser mais “conveniente” que a mulher cuide das crianças, que o lar é o seu lugar e que ela é destinada ao casamento e ao cuidado doméstico. O que se quer dizer é que essa memória age no sentido de impor que essas mulheres (como as outras) sejam as responsáveis pela educação das crianças; e pelo seu sustento, na ausência do pai. Como mães exemplares que assumem a responsabilidade de cuidar dos filhos, o que lhes foi imputado socialmente, elas precisam criá-los de “uma forma” ou “de outra”.

Pode-se citar um fato que pode ter contribuído para ratificar essa memória. Segundo o Código Civil de 1916, utilizado até 2001 em paralelo com a Constituição de 1988, quando o casal realiza o divórcio, a guarda é prioritária ao cônjuge inocente, Art. 326: “Sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente. (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)” (BRASIL, 1916)¹¹. Segundo o Artigo 326, § 1º, “Se ambos os cônjuges forem culpados ficarão em poder da mãe os filhos menores, salvo se o juiz verificar que de tal solução possa advir prejuízo de ordem moral para eles. (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)” (BRASIL, 1916)¹². À mãe é destinada a responsabilidade sobre os filhos. Como se percebe, as leis são apenas a formalidade legal de discursos socialmente aceitos e praticados; sendo assim, o papel da mãe como a guarda dos filhos é, no imaginário social, algo fortemente

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm#art1806 acesso em: 13/11/2012.

¹² Idem.

marcado e essa memória é ratificada por instituições que mantêm determinados valores, como a religiosa, a familiar e a jurídica, já mostrada anteriormente.

Já o novo Código Civil de 2002 diz que “Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada. (Redação dada pela Lei nº 11.698, de 2008)” (BRASIL, 2002)¹³, substituindo os artigos anteriores. Quando ocorre uma mudança na lei significa que o sentido já está em circulação na sociedade e possui poder, entretanto, mesmo que outros sentidos sobre a guarda de menores circule e se efetive pela mudança na legislação, ainda assim ela não rompe com a “eficácia material” de um “imaginário” (PÊCHEUX, 1997) que ainda se perpetua. Dessa forma, tem-se que o imaginário relativo ao papel materno e ao cuidado dos filhos vigora; desse modo, elas se julgam culpadas pelo que fazem, por contrariarem o discurso delineado para a mãe, mas também se apoiam nesse mesmo discurso materno e protetor para se justificarem.

Assim, mesmo com a mudança legal recente, ainda há uma memória substancial do papel destinado à mulher e à imagem de mãe ideal, como aquela que deve ser a responsável pelo bem-estar dos filhos, com tudo o que pode advir como consequência. Considera-se que, assim como o discurso jurídico, há outros que contribuem para tornar alguns efeitos de sentido evidentes, como o patriarcal que atribui à mulher a condição de esposa que deveria dar a vida em prol do bem familiar, dedicando sua vida aos filhos e ao marido:

Ela deveria fazer o trabalho de base de todo o edifício familiar: caber-lhe-ia educar cristamente a prole, ensinar-lhes as primeiras letras e as primeiras atividades, cuidar de seu sustento e saúde física e espiritual, obedecer e ajudar ao marido (PRIORE, 1995, p. 38 - grifos nossos).

Afetadas pelo interdiscurso, elas se “apropriam” do que ele dita sobre ser mãe e o “utilizam” (no mais das vezes, inconscientemente) para justificar o trabalho escolhido. Interpeladas pela memória que lhes atribui o dever de cuidar dos filhos, as SDs revelam que elas buscam cumprir seu “dever” e não fogem da responsabilidade a elas imputada, nem que para isso precisem trilhar caminhos “tortuosos”: elas escrevem o futuro dos filhos da maneira “certa”. O fato de que elas até poderiam ter escolhido outros caminhos, outras formas de “ganhar a vida” para sustentar os filhos, que não

¹³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm acesso em: 25/10/2012.

fosse por meio de programas, não é tematizado por elas e, quando é, é para ser negado, seja porque não há oportunidade ou não há vagas ou ninguém ajuda ou mesmo porque o salário oferecido no mercado é inferior, como é exposto na SD 27.

Ao se valer da posição de mãe como justificativa para o que fazem, um conjunto de pré-construídos retornam: ser mãe é um dom divino, sacrifício, privação, dedicação e amor incondicional; “ser mãe é padecer no paraíso” como repetido pelo senso comum. A tarefa árdua e, ao mesmo tempo, sublime de se sacrificar pelos filhos redime as prostitutas de seus atos, pois elas fazem o que fazem em prol de um bem maior e “natural”. Ou seja, ser mãe é sacrificar-se; é esse pré-construído que as torna mulheres “santas” e não “profanas” e as coloca sob o posicionamento do discurso cristão sobre a mulher, representada por Maria: “Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher. Doravante, ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o salvador do mundo” (PRIORE, 2006, p. 52). É o amor puro que as motiva a fazer o possível e o impossível pelos filhos; inclusive se prostituir.

Porém, não basta apenas ser mãe e se sacrificar pelos filhos; as garotas revelam ser necessário também afirmar que são boas mães e que, apesar de contrariar o modelo idealizado familiar, por ser o oposto da esposa prevista pelo imaginário social, encaixam-se no modelo familiar e se colocam nessa posição de acordo com o previsto, seguindo o que pode e deve ser dito, desempenhando o papel de mãe zelosa, dedicada e responsável pelos filhos, ainda que se encontre numa maneira diferente de fazê-lo.

Sabe-se que é recorrente na sociedade pensar na prostituta – mãe – como um ser incapaz de cuidar dos filhos, como descreve Roberts (1998, p. 385): “As leis são usadas contra as prostitutas – considerando-as mães inadequadas e colocando seus filhos em instituições públicas – com a maior insensibilidade”. Movidas por fatos dessa natureza, sem que, aparentemente, tenham consciência disso, elas se “defendem”, afirmando que são boas mães:

(SD 28) Então, eles são alguma coisa pra pode alegre nós por dentro, **pior nós seria se nós tivesse abandonado nossos filhos, tivesse jogado na rua**, alguma coisa assim. **Não. Nós tamo aqui por eles. Por eles que nós tamo aqui. Então, ninguém tem que fala nada.** Só que é feio minha filha sabê, minha filha com 12 anos que eu to na zona (Carol – grifos nossos).

Ser mãe é desempenhar o papel que a formação discursiva familiar delimita, o que pode e deve ser dito, por isso é necessário se enquadrar no modelo de boa mãe. Na SD 28, a entrevistada diz que não “abandonou” os filhos e nem mesmo os “jogou na rua”, ela assumiu a responsabilidade que a FD exige, tanto que está ali, no *Porto das Sereias*, por eles. Não se pode esquecer que elas estão ali quando poderiam estar em outro lugar, como “doméstica, diarista, babá, trabalhei de frentista de posto, garçõete, é..., nossa, isso, mais um monte de coisa, cozinheira...” (Ana Paula) e o fato de estarem, então, em uma boate significa que fizeram uma escolha (justificada e ancorada, segundo elas, mas o “querer” e a vontade de estar ali não está posto na ordem do discurso).

Discursos paralelos e recentes, mas pautados num imaginário persistente que perdura pelos séculos, contribuem para a construção do discurso materno e da sua responsabilidade para com os filhos. Segundo o artigo 22 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais” (BRASIL, 1990)¹⁴. A SD 28 desconhece e silencia a instituição jurídica desse dever judicial e desse sujeito universal do direito de os pais serem responsáveis pela guarda e cuidado dos filhos menores e ratifica a posição da boa mãe como zelosa e dedicada, tanto que, para atendê-la, ela “até” se prostitui. Neste sentido, para a FD dominante, mães que não desempenham a contento seus papéis são comumente chamadas de “desnaturadas”, ou seja, o que não é natural e isto produz o efeito, por outro lado, de que ser mãe (assim como lhe é dada uma suposta essência) é natural e uma condição advinda de uma constituição meramente biológica.

Chama-se a atenção para o fato de que o homem (ou a falta dele) é silenciado. O cliente, o (ex)marido, o pai, o dono do bordel, todos são silenciados. Ao contrário do que se pensa, o silêncio não é a caracterização do vazio, ou, por extensão, do sem-sentido. O silêncio é indício de uma totalidade significativa. O que “nos leva à compreensão do vazio da linguagem como um horizonte e não como falta [...] mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acesso em: 25/10/2012.

ainda a dizer” (OLANDI, 2002, p. 71). Em outras palavras, o silêncio é mais do que a ausência do som; o silêncio é, por vezes, o mascaramento, o não dito, o que fica às escuras; são os dizeres que são calados e omitidos.

O dono do bordel é apagado nas SDs. Quem institui o funcionamento da casa, aceita ou rejeita a hospedagem das garotas, paga porcentagem pelas bebidas consumidas, recebe o aluguel dos quartos praticamente não existe na entrevista. Duda, citando sua primeira experiência em bordel, apenas menciona a figura do cafetão: “o dono da casa que foi me buscá, foi me avisando: olha, aqui tem fazendeiro, e assim, assim...” (Duda). E nada mais é dito sobre eles. Segundo os Art. 227, 228, 229 e 230 do Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940)¹⁵, é considerado crime com direito à punição incentivar ou se aproveitar dos serviços sexuais de outra pessoa; talvez por isso as garotas evitem falar sobre aquele que, perante a lei, é um criminoso. Ou ainda elas podem pensar (conscientemente ou não) que quem “erra” ao vender o corpo são elas e não o dono das boates, já que são elas que andam de casa em casa. Outra contradição permeia o discurso da prostituição: se é crime, porque o Estado não fecha os estabelecimentos? O sexo clandestino existiu e existe, como dito anteriormente, para equilibrar as relações sociais, sendo tão necessário quanto o casamento. Há leis para punir a atividade, mas não funcionam; é o que Chauí aponta: a segregação e a integração coexistem, fazendo da prostituição uma prática necessária.

Assim, apesar de “ser um criminoso” e de “corromper” (ao mesmo tempo, que contribui para a manutenção de) a sociedade (isso a partir da ótica moral estabelecida), o dono do bordel não é apontado como “culpado” pelas entrevistadas; apesar de sua existência ser essencial para que elas estejam ali, ele é apagado, silenciado. Por outro lado, sabe-se que, enquanto sujeito e a partir da posição que exerce, o dono da boate exerce o que a posição-sujeito deseja que ele exerça, sem que ele se sinta “culpado” ou que elas o apontem como “culpado”. A questão que se levanta é que ele poderia ser tido como o vilão da história, mas não é, justamente por ocupar um lugar ideológico, em que não se questiona o lugar que ocupa ou o lugar ocupado ideologicamente pelo outro.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm acesso em: 13/11/2012.

Para a sociedade, ainda, estão erradas elas que vendem sexo e não os clientes que compram. Os clientes não precisam se justificar porque estão ali ou porque traem suas esposas. Não é necessário dar desculpas para algo encarado como “natural”, já que os instintos sexuais masculinos são aceitos e incentivados, seja por casas noturnas, casas de massagem disfarçadas ou boates ou por meio da própria prostituição de rua. Por isso mesmo, a existência, a tolerância e a permanência desses lugares.

Há um silenciamento sobre os ex-maridos, pois o possível “abandono”, que poderia ser evidenciado na SD 35, com separação “dura” e “difícil”, ou a “traição” apontada por Mônica, são brevemente comentados, mas em nenhuma das SDs as entrevistadas falam sobre traição ou separação, culpando o ex-marido; eles não figuram como vilões da história. A separação é apontada como um dos fatores que contribuíram para a entrada delas para a prostituição, mas a culpabilidade tampouco é atribuída ao homem.

Quando se fala da responsabilidade da criação dos filhos, a responsabilidade paterna é apagada. Parece que o pai não possui a atribuição de cuidar dos filhos que as mães têm. Tanto que, na SD 28, Carol afirma estar orgulhosa de ser efetivamente uma “boa” mãe e de não abandonar os filhos. Por oposição, pode-se pensar, então, que o pai “os abandonou”, “os jogou na rua”, pois apenas ela assumiu a responsabilidade de cuidá-los. Se elas estão vendendo o corpo pelos filhos, em prol de um bem maior, o mesmo não ocorre com a figura paterna. Diferente da mãe, que seria considerado “normal” sacrificar-se pelos filhos, um pai não se prostituiria pelas crianças, pelo menos não há uma memória social sobre tal prática. (No caso do homem, poderia ser pensado em práticas criminosas, que de certo modo não ferissem sua “honra de macho” e, em certos casos, que ressaltassem sua suposta “esperteza” para “driblar” a lei e a moral). À mãe é destinada à responsabilidade (possível e impossível) de criar as crianças. No ECA, como mostrado anteriormente, a responsabilidade pelo cuidado e bem-estar das crianças menores é dever dos pais e não só da mãe ou só do pai, mas parece ser da mulher o encargo de criar e zelar pelos filhos, tanto que elas não falam sobre a responsabilidade do homem.

Por outro lado, a imagem da boa mãe sempre será enfatizada no discurso das entrevistadas: Carol reforça ser tão zelosa e dedicada com a educação das filhas que, inclusive, mesmo sendo prostituta (e talvez por sê-lo, vendo nisso uma forma de compensar a situação), a presteza com que cuida das filhas é superior à de quem é casado:

(SD 29) Meu Deus, **a educação que as minha filhas têm**, acho que... filho de pessoas que são casados, não conseguem dá a educação, tanto o dela também, **a educação, a disciplina, tudo pros nosso filho** (Carol – grifos nossos).

Na mescla de vozes que se ouve no enunciado, percebe-se, na SD 29, que a imagem que ela tem é a da família canônica, em que pai e mãe participam da educação dos filhos; por ser uma estrutura familiar ideal, somente esse modelo poderia ter êxito na educação das crianças. Mas, para Carol e Ana Paula, mesmo que elas vivam em contradição ao modelo familiar vigente, elas seriam ainda melhores, ressaltando a imagem e enaltecendo o fato de serem boas mães.

Vende-se sexo pelos filhos, mas, apesar da magnitude que isso possa ter e da benevolência com que a atividade aparece descrita, a prática é destinada às sombras, já que protegê-los acarreta também esconder que são “filhos da puta”. Não há como fugir do estigma moralizante: elas são a “puta que pariu” e os seus filhos são “filhos da puta”:

(SD 30) É, tipo assim, **eu não acho certo fazê isso na minha cidade**, pras pessoas não ficarem me apontando, né? Que eu tô na noite, que eu sou isso, que eu sou aquilo. E **mais pra preservar meus filhos também...** (Mônica – grifos nossos).

Se vender sexo pelos filhos é um ato nobre e se elas se consideram tão boas mães como afirmam, apesar de estarem na contramão do “ideal” (burguês, ocidental, católico) para a mulher (ser esposa, fiel e monogâmica), por que a prática é restrita à escuridão e o seu anonimato é tão essencial como elas mesmas demonstram ser? A justificativa de que se prostituem pelos filhos, apesar de ser um ato de amor, ainda assim não as redime frente à sociedade, pois, se fosse, não haveria necessidade de escondê-lo. A contradição está em que embora as desculpas apontadas de fato, na

ordem do consciente, justificam, mas não as absolve, são apenas tentativas vãs de justificar o “erro”, tanto para com elas mesmas como para com o outro. São talvez essas possíveis razões que apontam a entrada e a permanência na “vida” que escondem questões da ordem do inconsciente. E nenhum momento se fala de escolha, por exemplo, ou ainda não se comenta sobre o prazer ou mesmo o desejo, tais questões não estão postas nas SD selecionadas como justificativas para estarem ali. Somente se evidencia como justificativa aquilo que é considerado louvável.

Mônica, na SD 30, como toda boa mãe, ao fazer tudo pelos filhos, também esconde que é prostituta para “preservá-los” de serem marcados e reconhecidos como “filhos da puta”. O insulto, ainda mais quando comprovado, desqualifica quem recebe o nome e, mais do que isso, insulta e humilha a mãe. Chamar os filhos de “filho da puta” é afirmar não só que a mãe se vende por dinheiro, mas também que é promíscua, pois se relaciona sexualmente com vários homens, com “qualquer um”. Inclusive, por ter relações com muitos homens, faz parte do imaginário que filho de prostituta é filho sem pai reconhecido: um bastardo, o que nos casos em pauta não deixa de ser verdade (em outro sentido – pai ausente). Inclusive, a partir dessa memória, as mulheres que não são prostitutas, mas que também não sabem quem é o pai do filho (ou mesmo as mães solteiras que já receberam esse estigma (ou ainda recebem)), são chamadas de puta, prostituta, meretriz, etc., confirmando a honra que existe na mulher que possui relações com apenas um homem e, por consequência, tem certeza da paternidade da prole.

Numa partida de futebol, por exemplo, prática predominantemente masculina, é comum ouvir o árbitro ser chamado de “filho da puta”, termo comumente utilizado de forma ofensiva quando se equivoca, quando realiza um julgamento ambíguo ou de difícil constatação ou simplesmente quando a penalidade aplicada favorece o time adversário. A ofensa, nesse caso, constitui-se a partir de uma prática estigmatizada por valores e normas sociais que condena quem pratica sexo por dinheiro, por exemplo. Ser chamado de “filho da puta” denigre a reputação do ofendido, por meio do comportamento sexual da mãe, já que a honra, nesse caso, relaciona-se com a sexualidade feminina familiar. Além disso, a imagem materna é delineada como “santa” e “sagrada” e, nessa linha, ela é “incapaz” de se corromper sexualmente com outros homens. Observe-se que essa relação não é feita para o pai; não existe o “filho do

puto”; mesmo que o pai seja um homem que saia com várias mulheres diferentes, esse estigma não existe; pelo contrário, a partir do imaginário até se exaltaria o pai como “garanhão”: um “Don Juan”. As mães prostitutas silenciam a forma como ganham a vida para sustentar os filhos para poupá-los do vexame que é ser reconhecido como o “filho da puta”. Suas vozes são silenciadas pelas vozes sociais retumbantes que, ao alardear para a sociedade a condição da prostituta, fazem ecoar sobre os filhos a herança da atividade materna.

Mônica é “filha da puta”. Filha adotiva, os pais de Mônica tinham uma boate quando ela era mais nova, mas a entrevistada busca esconder da família que se prostituiu para não causar uma “decepção”:

(SD 31) Ah, ela entenderia, tipo assim, com certeza ela entenderia. Mas **pra não causar assim uma decepção** maior, né? Tipo **eu fui agora minha filha é**, então eu prefiro não dá esse **desgosto** pra ela. Eu prefiro fica quieta por isso (Mônica – grifos nossos).

Seria decepcionante para a mãe de Mônica saber que a filha hoje trilha o caminho “errado” que ela seguiu um dia. Se o esforço da mãe de Mônica ao viver da prostituição se devia a sustentar e educar os filhos, assim como as entrevistadas, ela fracassou, pois não conseguiu ensinar à filha quais são os caminhos considerados louváveis e edificantes a serem seguidos, sendo ela uma “filha da puta”, assim como os seus filhos. Aos filhos, adotados ou não, busca-se ensinar o previsto pela formação discursiva vigente. Em teoria, mãe alguma desejaria que o filho estivesse à margem do caminho pré-estabelecido como aceito, louvável, exemplar; de novo, caminho estabelecido por uma formação ideológico/discursiva.

Ao não assumir a mãe que faz programas, Mônica possivelmente não esteja querendo admitir ou aceitar a possibilidade de que, se ela seguiu o “exemplo” da mãe, o mesmo pode acontecer com sua filha, como num ciclo que se repete; a história batendo na porta. Provavelmente, Mônica vê em si o exemplo que não deu certo e teme que o mesmo ocorra com sua filha, o que também inviabilizaria o modelo de “boa” mãe afirmado por ela, pois o discurso materno dirá que “toda boa mãe” livra seus filhos do mau caminho, instruindo-os a trilhar o estabelecido como aceitável e louvável. A mãe é

um espelho para os filhos, é o reflexo do futuro em que se vê; constituindo mais uma razão para Mônica negar seus atos e tentar justificá-los:

(SD 32) Deus o livre... Nunca. Por isso que eu to saindo, minha filha tem doze anos. Deus o livre, ela não é loca. **O que a gente passa por causa deles, imagine um dia ela querê fazê o mesmo que eu? Eu mato ela** (Carol - grifos nossos).

Apesar de a máxima “filho de peixe peixinho é” ter ocorrido com Mônica, as entrevistadas não desejam que a previsão defina o destino dos filhos. Com base nos preceitos morais, sabe-se que ser filho de prostituta não equivale a ser filho de pais que seguem outras profissões. Ser filho de prostituta não é como ser filho de médica, advogada, professora ou enfermeira. Pensa-se que, talvez, a médica pudesse sentir orgulho de ver sua filha cursando Medicina e o mesmo se aplicaria à advogada, ou à professora, ou à enfermeira. Já a prostituta não desejaria o mesmo às filhas. No caso delas, aplicar-se-ia a máxima “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. A mãe prostituta precisa ensinar às filhas o que não deve e não pode ser feito. Por mais que se justifiquem, portanto, elas têm uma consciência, mesmo que vaga e difusa, do lugar em que estão e que outros não podem ocupar.

Durante a infância, uma pessoa torna-se conhecedora dessas relações através de um **longo período de socialização** que é o processo no qual ela aprende de que modo os **outros membros da sua família esperam que ela se comporte e ela mesma passa a sentir que esse é o modo correto e desejável de se comportar** (GOODE, 1970, p. 11 – grifos nossos).

À família é imputado o papel de instruir os membros familiares, inseri-los na sociedade e vigiá-los para que seus passos estejam dentro do aceitável. Muitos ensinamentos ocorrem por imitação. No caso das prostitutas, porém, esconde-se a forma como a mãe consegue o pão de cada dia por “vergonha”, por “proteção” e por não desejar que os filhos sigam o mesmo caminho.

A separação, como já mencionado, é outro motivo apontado por elas como um dos fatores que influenciaram sua entrada na prostituição. Questionada se já se prostituía enquanto estava casada, Mônica responde:

(SD 33) **Não, só depois que eu separei** (Mônica – grifos nossos).

Enquanto estão unidas pelo laço matrimonial, seja ele firmado por meio da religião, da justiça ou apenas formalizado entre o casal, as entrevistadas não se prostituíam, pelo menos assim afirmam, como modo de tentar estabelecer limites fixos entre sua condição de mulher “pura” e “honrada”, durante o casamento, e a condição de prostituta, mantendo em vista a possibilidade de ser uma mulher “honrada” em certas condições e podendo retomar a tal situação. A análise do *corpus* revela, portanto, que, para elas, ser casada e se prostituir pertencem a duas formações discursivas que não podem habitar o mesmo espaço. Sabe-se da existência de práticas dessa natureza, mas no caso das entrevistadas, ter relações sexuais com vários homens por dinheiro e, ao mesmo tempo, “pertencer” a um homem só não é possível, o que é explicável, dado que elas estão inseridas numa sociedade monogâmica, que, supostamente, não aceita sexo fora do casamento. Dentre elas, Duda talvez seja a que transite com maior frequência entre as duas esferas, pois ela namora há dois anos, mas o namorado desconhece sua forma real de ganhar a vida. Entretanto, essa relação só existe enquanto são namorados, pois, segundo Duda, a partir do momento em que se casarem, ela terá que deixar a prostituição.

A oposição entre constituir família e continuar com a prostituição não é uma atitude permitida pela sociedade e pela instituição religiosa. As ideologias cristã e burguesa (no mínimo estas) interpelam Duda e a fazem assumir que essa antítese discursiva não pode ocorrer: seria contraditório. Por isso, ela deixa a casa de prostituição para namorar e a abandonaria depois de se casar, como mandam os preceitos religiosos, reforçando, em suas atitudes, os *já-ditos* pela ideologia. Como assevera Orlandi (1987), a partir Reboul (1980),

Em relação à coerção, não é necessário dizer que não se trata de força ou coerção física, pois **a ideologia determina o espaço de sua racionalidade pela linguagem: o funcionamento da ideologia transforma a força em direito e a obediência em dever** (O. Reboul, 1980). **A religião constitui um domínio privilegiado para se observar esse funcionamento da ideologia dado**, entre outras coisas, **o lugar atribuído à Palavra** (ORLANDI, 1987, p. 242).

(SD 34) Eu fui casada seis anos com o pai da minha primeira filha... (Carol)
Mas antes de vim pra noite, né? (Ana Paula)

É... fiquei casada, sem nada, trabalhava de diarista, trabalhava de empregada doméstica, aí foi onde que não deu certo, era um cara muito vagabundo, chave de cadeia. **Separei dele, voltei pra noite, fiquei muito**

tempo. Aí casei de novo, fiquei dois meses... (Risos) **e separei**, que eu tenho minha última filha (Carol – grifos nossos).

Na SD 34, é possível perceber a preocupação de Ana Paula em “frisar” que Carol era casada antes de vir para a noite, reafirmando que a colega não se prostituía enquanto era casada e que essa prática só passou a ocorrer após a separação. As afirmações evidenciam que Carol e Ana Paula se inscrevem em uma formação discursiva que não admite vender-se sexualmente enquanto se está vivendo relações matrimoniais.

Enquanto esposa digna de respeito, seguindo o modelo tradicional de família, era necessário que Carol trabalhasse em uma profissão “digna” e reconhecida como atividade jurídica e socialmente aceita, mesmo sendo uma profissão que, comparada a outras, não seja tão valorizada financeiramente. “Fique casada, sem nada” confirma que efetivamente não vendia sexo enquanto era casada. Na sequência, Carol diz que “separou, voltou pra noite, ficou um tempo e casou de novo”, o que demonstra que a venda do corpo ocorria entre um casamento e outro, mas cessou com o enlace matrimonial.

Abre-se a possibilidade, assim, de tecer uma relação de oposição entre a casa e a rua. A esposa, mãe e dona de casa ocupam o espaço reservado a elas: o lar e, diante desse espaço pré-definido, há também o delineamento de seus papéis, que define os deveres e valores de quem ocupa esse espaço. A rua, por outro lado, destina-se à prostituição; ela é o local da liberdade e da libertinagem; é onde as mulheres, sejam mães, filhas ou esposas, podem sair dos lares e comercializar sexo, opondo-se ao papel desempenhado no seio familiar; desse modo, elas passam a ser “mulher pública”: "Vale ainda lembrar que a valorização das mulheres casadas passava pela existência das 'mais fáceis', que não apenas ajudavam a reconhecer a boa esposa e mãe, mas também o lar contra a rua, contra a estrada e o caminho" (PRIORE, 1995, p. 101). A divisão dos espaços, como se vê, é resultado de convenções sociais que delimitam o papel a ser desempenhado, que é inseparável de uma formação discursiva contornada e controlada por uma ótica social.

(SD 35) Então, eu me separei, né? **Foi uma separação assim, bem dura...** Tanto é que assim, às vezes a gente lembra e fica emocionado, né? Mas, **foi**

uma separação difícil, tanto é que meu ex-marido não queria mais ajudá com pensão. Meu pai, com o pouco que ele podia me ajudá, ele me ajudava (Duda – grifos nossos).

A separação é apresentada pelas entrevistadas como porta de entrada para a venda de sexo. Ser esposa é ser respeitada socialmente, pois a mulher casada possui o *status* de digna, fiel e “direita”. Ao deixar essa condição, parece tornar-se possível ir ao encontro do oposto: corromper-se, aviltar-se, pois, como divorciadas, não há mais amarras (jurídicas ou imaginárias) que as faça seguir o modelo. Antes comprometida com o casamento, a partir da separação, ela passa a ser descomprometida, sem compromissos, sem obrigações; a mulher passa a estar “livre” desse enlace. Não se está dizendo que exista uma relação “lógica” entre separar-se e prostituir-se, mas casamento e prostituição para a mulher são, socialmente, incompatíveis. Estar unido por laços matrimoniais firmados pela Igreja e pelo discurso jurídico, aceitos socialmente, requer comportamentos aceitáveis para essas formações discursivas; neste sentido, não se poderia jurar ser fiel, amar e respeitar um homem e se vender numa boate (ou em qualquer outro lugar) a outros.

A separação “dura” à qual Duda se refere pode remeter ao sentimento que poderia ter existido entre os dois, mas também a dificuldades associadas a questões financeiras, até porque ela cita a não contribuição dele com a pensão. A prostituição passa a ser uma alternativa para “ganhar a vida”, principalmente, quando a mulher divorciada não está preparada financeiramente para arcar com a nova condição (poderia pensar que ela não está preparada para viver separada pelo histórico social de dependência feminina na relação matrimonial, dependência financeira e muitas vezes moral). A dificuldade de encontrar um emprego que forneça o necessário para o seu sustento e dos filhos é, segundo elas, um fator decisivo para a entrada para a prostituição.

Ganhar muito com pouco esforço é desejável a muitas pessoas. Mas dizer que se ganha “dinheiro fácil” mobiliza sentidos negativos, pois a expressão é associada, por meio da memória discursiva, à prostituição. A atividade é considerada “fácil”, pois vender prazer, aparentemente, não é algo que demande maiores esforços, já que sexo é associado à satisfação pessoal e ao bem-estar, quando comparado às atividades de

um pedreiro, por exemplo, que consensualmente é concebida como uma prática que exige muito esforço físico.

Segundo a definição de Houaiss (2004), trabalhar é “ocupar-se em algum ofício, profissão ou atividade”, mas, embora a prostituição não deixe de se encaixar na definição, ela não é, como se sabe, uma profissão reconhecida pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), apesar de haver movimentos que visem à regularização da prática, não só pelo seu reconhecimento, mas pela luta dos direitos constitucionais de garotas e garotos.

Nota-se que a prostituição é procurada, principalmente, pelo forte argumento financeiro, isso por se tratar do “dinheiro fácil”. Dessa forma, mesmo não sendo uma prática legitimada, ela ocupa socialmente o lugar de um trabalho, já que se sustenta no pré-construído capitalista de que o homem tem que vender sua força de trabalho (o que é insuportável, nesse caso, é o prazer, que não é posto e nem mesmo formulado).

Segundo Roberts (1998), os movimentos sociais de defesa dos direitos da prostituição como um “trabalho qualquer” surgiu com mais intensidade a partir de 1970, aparecendo o termo “trabalhadoras do sexo” ou “profissionais do sexo”, que faria a atividade deslizar para outro efeito de sentido: mas uma coisa é o que se pretende parir e aquilo que perdura na memória discursiva geral e no senso comum; mudança de denominação não tem como consequência direta a alteração de práticas sociais. Em 1987, ocorreu o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, considerado um marco para a busca do reconhecimento da prática, sendo seguido da criação e da legalização das associações que defendem a causa em vários Estados do País e abrindo as portas para a criação da Rede Nacional de Profissionais do Sexo, dois anos mais tarde. No Brasil, não é crime prostituir-se; apenas é considerado crime explorar serviços sexuais de outras pessoas em benefício próprio ou mesmo incitar alguém a vender sexo, como se pode verificar nos artigos 227, 228, 229 e 230 do Código Penal Brasileiro.

Trabalho “fácil”, dinheiro “fácil”:

(SD 10) É... E daí onde você vem e começa a **ganhá dinheiro mais fácil**, porque **consegui trabalho não é fácil, oportunidade não é fácil, trabalho não é fácil, se não tiver uma pessoa pra ajudá, não consegue. Não é falta**

de tentá, não! E foi onde que foi ficando, ficando, ficando, **que acho que até costumei** (Carol – grifos nossos).

“Ganhar dinheiro fácil” é a máxima difundida sobre a prostituição, pré-construído que aparece assumido e repetido, já que não necessita de esforço físico, pois conseguir trabalho “de verdade” (reconhecido e aceito) “não é fácil”, oportunidade “não é fácil”, trabalho “não é fácil”, dizem elas. É mais cômodo e “fácil” continuar vendendo sexo. Entrar e permanecer nas boates não poderia ser culpa delas, pois não é “falta de tentar”, é necessário que “uma pessoa ajude”; então, se não existir essa pessoa, não é possível encontrar um trabalho. Percebe-se na SD 10 que o dinheiro fácil impulsiona e faz com que as entrevistadas permaneçam na atividade, pois elas foram “ficando, ficando, ficando” até que “acostumaram”.

A SD 10 permite questionar se de fato elas não gostam de vender sexo e se todas as justificativas apontadas, na verdade, não são apenas desculpas que apoiam a escolha que fizeram. Se elas “ficaram, ficaram e ficaram” e até “se acostumaram”, significa que elas se habituaram porque quiseram, e não que estejam ali “obrigadas”, como dizem. A flexão “se acostumaram” revela a contradição do discurso das entrevistadas. Estabelecendo um paralelo com a Literatura, por exemplo, na obra *Dão-Lalão*, de Guimarães Rosa, o personagem Soropita conheceu Doralda em uma casa de prostituição e casou-se com ela, mas, apesar de ver em Doralda uma esposa “respeitosa”, questiona ainda sobre o tempo que ela era prostituta. Soropita pergunta a Doralda se a esposa gostava da época em que era garota de programa: “- Mas você, você gostava!” “- Gostava, uai. Não gostasse, não estava lá...” “ – E hoje? Hem! E agora?!” “- Hoje em dia gosto é de você...” (ROSA, 1984, p. 77). Doralda admite que gostava, até porque se não gostasse não se prostituiria, mas as entrevistadas não afirmam esse posicionamento; pelo contrário, elas buscam justificativas para estarem ali. Elas nunca se mostram como responsáveis pela escolha ou culpadas por venderem o corpo.

Na SD 10, a negação é proeminente. São negações em demasia, o que leva a desconfiar delas. Pode-se, assim, considerar que se esteja em presença de um processo de denegação. Na psicanálise, Freud apresenta o conceito de denegação, considerado a operação que permite uma representação recalçada ascender ao

consciente, desde que ela ocorra por meio da negação. A partir de Freud e com base nos trabalhos de Ducrot, Indursky (1990) desloca o conceito para a Análise do Discurso, apresentando a “denegação discursiva”:

Na teoria psicanalítica, através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalcado no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos, **através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar.** E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo (INDURSKY, 1990, p. 118 – grifos nossos).

O que é dito negativamente passa a ser encarado como uma afirmação, reconhecendo o fato, pois negá-lo é afirmar a existência do enunciado primeiro. Assim, dizer que “consegui trabalho não é fácil”, “oportunidade não é fácil”, “se não tiver uma pessoa pra ajudá, não consegue”, “não é falta de tentá, não”, na verdade, afirma-se o contrário; mas não se poderia admitir que fosse fácil conseguir emprego, pois se cairia na contradição da prostituição, em que se ganha dinheiro “fácil”, justamente porque outros tipos de trabalho são “difíceis”. O sujeito, neste caso, rejeita o sentido indesejado, aquilo que lhe denunciaria, pois, se encontrar emprego fosse fácil, não poderiam escolher a prostituição como fonte de renda, recalçando-a sob a formação discursiva que interessa. Entretanto, o outro sentido irrompe no intradiscurso sob a forma da negação, marcando a heterogeneidade e a contradição discursiva. Dessa forma, a denegação discursiva opera, de um lado, para que a homogeneidade se efetue e, por outro, para a instalação da heterogeneidade do discurso:

Assim, proponho que se considere **denegação discursiva aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio à FD que afeta o sujeito do discurso.** [...] **Ao incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalçado na FD,** manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa (INDURSKY, 1990, p. 120 – grifos nossos).

Mais do que ganhar dinheiro fácil, elas são consideradas mulheres de vida fácil. A máxima “mulher de vida fácil”, instituída na memória social, apaga as situações difíceis enfrentadas por essas mulheres:

(SD 36) Porque, na verdade, a vida, tipo assim, **se ganha dinheiro, quando o movimento é bom**, claro, **mas não é um serviço assim bom**, porque você tem que assim, tipo, **ficar com pessoas que você não gosta**, têm pessoas que tem que bebê, eu mesmo não bebo, não fumo, não tenho nenhum vício, mas outras, né? (Mônica – grifos nossos).

As entrevistadas buscam desconstruir a ideia de que se trata de uma “vida fácil”, mais como forma de comover o interlocutor, de mostrar quão sofrida é a vida delas e as dificuldades que enfrentam, o que lhes dá um maior respaldo ao “sacrifício” materno que fazem. Entretanto, outro apagamento é realizado: outras práticas profissionais (legais ou não) também possuem suas dificuldades, seus percalços. Mas, apesar das dificuldades exemplificadas por Mônica, ainda assim, para elas, é uma maneira rápida de ganhar dinheiro:

(SD 37) Somos, **pra muitos ali fora, somos garotas de programa, mas não é, somos garotas de família com problemas financeiros... que é um método, curto, rápido e preciso de ganhar dinheiro**. Como assim, **como é que tu vai trabalhá pra ganha um salário por mês, né? Não tem nem como, né?** (Duda – grifos nossos).

(SD 26) Eu sempre digo assim, oh: **Eu não sou puta, eu sou menina de família com problemas financeiros: SPC, Procon, Serasa** (Carol – grifos nossos).

A mesma definição de que não são x (garotas de programa), mas são y (garotas/meninas de família) está marcada nas SD 37 e 26, evidenciando o contraponto entre “puta” e “menina/garota de família”, o que leva a uma alteração drástica de formação discursiva e, consecutivamente, de sítio de sentidos. Como já dito, essa mudança de formação discursiva visa a amenizar a leitura sobre a sua condição, pois elas são y (meninas/garotas de família), antes de serem x (putas/garotas de programa). A culpa é dos problemas financeiros, pois, sem eles, elas não precisariam se prostituir. Elas estão, pois, submetidas ao ideário capitalista, movimentadas pela diretriz do “ter”. Além disso, eis mais um culpado para o “drama” em que vivem: sistema econômico capitalista.

Para sanar esses problemas, elas encontraram um “método curto, rápido e preciso de ganhar dinheiro”, buscaram a vida e o dinheiro “fácil”. A partir da SD 37, pode-se afirmar que a prostituição difere de outras profissões reconhecidas juridicamente, porque essas profissões demandam carga horária de trabalho maior e,

na maior parte dos casos, salários menores, como afirma Duda na SD 37: “como é que tu vai trabalhá pra ganha um salário por mês, né? Não tem nem como, né?”. À margem dos ditames sociais, mas inseridas na formação ideológica e discursiva capitalista, elas buscam ganhar mais, com o menor esforço possível, para poderem fazer frente ao que o sistema impõe. Entretanto, como já dito, a memória sobre a prostituição afirma que nessa prática se pode ganhar dinheiro rapidamente e de uma maneira simples, apagando as dificuldades encontradas pelas garotas; elas mesmas parecem esquecer os obstáculos vividos. Quando se trata de ganhar dinheiro, sobre a vida nada fácil, pouco é comentado.

Além de o trabalho na prostituição ser, aparentemente, mais fácil, de acordo com as entrevistadas, encontrar um emprego fora das boates é difícil:

(SD 38) Então quando eu vi que, assim, eu tava sozinha mesmo, **meus filhos pediam as coisas**, de repente, eu... às vezes tu pensa, tem vaga aqui, tu sai aqui fora pedi é... trabalho, **tem vaga aqui? Não tem. Tem vaga ali? Não tem.** Então tu sempre tá a procura, tá sempre... e as oportunidades não aparecem. Que nem, por exemplo, hoje mesmo, **se eu for saí em qualqué lugá aqui**, desse estado ou qualqué estado, você **vai ter que passá um currículo primeiro, pra depois você pegá um trabalho e às vezes pra ganhá um salário, que um salário às vezes você ganha em uma noite** (Duda – grifos nossos).

O desemprego, tido principalmente como culpa do governo, também é uma das justificativas dada como ocasionadora da prostituição. Aparentemente, a lógica do discurso das garotas se pauta numa relação de condicionalidade: se houvesse emprego, elas não precisariam vender o corpo. E ocorre mais uma vez a reafirmação de que, para elas conseguirem a remuneração de uma noite de programas, elas teriam que trabalhar um mês numa profissão reconhecida. Então, não é “falta” de emprego que força a prostituição, mas porque não há emprego que pague o que elas desejam ganhar. Dizer que a prostituição é melhor financeiramente e que o dinheiro é mais “fácil” em relação a outras profissões legais é afirmar que elas, de fato, escolheram essa prática, que optaram por vender o corpo porque ganham mais e porque querem e não apenas por causa dos filhos, da separação conjugal, das amigas ou do próprio destino. É uma questão de lucro; no fundo, trata-se de um negócio rentável. Apesar disso, elas insistentemente buscam a quem culpar.

O dito popular “Diga-me com quem andas que te direi quem és” permeia as SD 39 e 40. Os amigos são mais um dos culpados por “levá-las” e “conduzi-las” ao “mau” caminho. Abaixo, Carol e Ana Paula relatam sobre a influência uma da outra:

(SD 39) Pesquisador: E daí foi que você (Carol) também veio?

Sim (Carol)

Pesquisador: Daí então ela te chamou e você...

Ela é a culpada (Carol).

Não, culpada não. Na verdade você também já tinha feito alguma coisa fora (Ana Paula)

(Ana Paula e Carol – grifos nossos).

No calor e espontaneidade que cerca o diálogo, Carol afirma ser Ana Paula a “culpada” por tê-la levado para a prostituição, mas, rapidamente, esta reage afirmando não ser “culpada”, pois a amiga já fazia programas. Nesse pingue-pongue, constitui-se a “defesa” das garotas, buscando sempre desculpas que amenizam o fato de se prostituírem. Uma busca a “desculpa” que a fez entrar para a prostituição, enquanto a outra não aceita ser a culpada: ambas estão inseridas na teia de que o que fazem é “errado”, devem desculpar-se e não podem assumir que tenham decidido se tornar prostituta ou levado alguém a ser, razão por que não aceitariam que os filhos fossem:

(SD 40) Ah, na verdade, tipo assim, eu não conheço, igual eu falei, muitas boates, muitos lugares. **Então eu vim para aqui porque uma amiga minha me trouxe, conhecia já a casa e me trouxe pra cá** (Mônica – grifos nossos).

Mônica afirma que desconhecia o universo da prostituição e que somente passou a conhecê-lo e frequentar o *Porto das Sereias* porque uma amiga a trouxe. As “más” companhias são culpadas por elas se prostituírem; se não fossem as amigas, elas não estariam na prostituição.

Até mesmo o destino é colocado como justificativa para a entrada para a prostituição. Duda afirma que um dia chuvoso mudou sua história.

(SD 41) Assim, eu trabalhava no salão de beleza com a minha prima, aí, saí de dentro do salão de beleza dela, daí eu falei assim pra ela: Mas prima, **tá chovendo, como é que eu vou fazê pra ir pra casa?** Nós duas, né, debaixo de um guarda-chuva só. Ah, então faz o seguinte, vai, pega carona com o taxista que mora perto da nossa casa. Falei: Beleza, então vai de guarda-chuva e vou de carona, né? Incrível. Era uma Kombi o táxi, era uma Kombi menina. Aí, **tava um jornal assim ó “Acompanhante Executivo”, e eu fiz vários cursos,**

fiz Secretariado executivo Informatizado, Relações Humanas, Atendimento ao Público, Desenvolvimento Gerencial, fiz um monte, **e como eu fiz secretariado eu li ali acompanhante executivo, pensei assim: Ah, deve ser pra viajá com o chefe**, porque, né? [...] Aí liguei naquele número que tava ali. Aí a mulher falou assim: Não, aqui é, é acompanhante executiva, as menina ficam acompanhando os rapazes, né? Os executivos, na verdade, ficam ali tomando um drink... Aí eu falei: Mas como assim? Daí ela falou assim: Não, mas eles pagam pela companhia, enfim... **daí eu falei: Então, resumindo, tu tá me dizendo que é uma casa noturna?** Daí ela falo: é... **Aí eu desliguei o telefone, me assustei.** Menina, e **aquilo foi me matando minha cabeça, todos os dias**, assim... **meu filho...** eu brigava até com os picolezeiro que passava em frente a minha casa, eu dizia: Vai assovia esse negócio pra lá, **eu tô sem dinheiro**, porque fiado vocês não vão me vendê. **Ganhava pouco no salão da minha prima**, ainda, né? Aí, na semana seguinte, eu falei assim pra minha mãe: Mãe, eu acho que eu vou vê um trabalho lá pro lado de Maringá. Na verdade foi em Goioerê que eu fui (Duda – grifos nossos).

Na SD 41, Duda demonstra-se inocente, relatando uma história quase fantástica, em que o “destino” (algo que não se tem controle e não se pode prever) ou o “acaso” a levaram para a prostituição. Mais uma vez, não parece ser uma escolha, mas uma imposição das circunstâncias que, mais do que apenas favorecerem, colocaram Duda nesse caminho. A SD 41 leva a concluir que, se Duda não tivesse “encontrado” o anúncio ou se não tivesse chovido naquele dia, ela não seria prostituta. Ou seja, a culpa é do mau tempo e do anúncio que estava no jornal. Há uma lembrança, no caso, da velha concepção de que o universo conspira a favor ou contra o destino de todos e de que a vida tem um fio fatal que a tece num sentido ou noutro. Quando não são razões objetivas e palpáveis que provocaram a prostituição, razões transcendentais e cosmológicas aparecem como explicação. As garotas acabam entrando num “beco sem saída”: elas não estão ali porque querem, mas se contradizem, quando falam sobre o dinheiro que ganham ali e que não ganhariam em outro lugar. De fato, o dinheiro está no centro da prostituição.

Nas 23 SDs apresentadas acima, tem-se reiteradamente a matriz de sentido de justificativas para a venda do corpo e a negação teimosa de que podem fazer o que fazem porque escolheram fazer, porque optaram pela vida que levam. Nem os filhos, nem as condições financeiras, nem o desemprego, nem a separação, nem a influência dos amigos e nem mesmo o destino poderiam obrigá-las a vender sexo, mas, para as entrevistadas, a culpa não pode ser atribuída a elas próprias, pois elas são vítimas das

circunstâncias. Algum elemento externo as forçou a se prostituir: elas não escolheram estar ali e não podem ser julgadas por isso.

A maternidade, que é usada como causa maior para a defesa, torna-se, assim, o fato mais relevante para desencadear o que supostamente elas não gostariam de fazer. Porém, elas afirmam que os filhos são o seu bem maior. Duas coisas: então eles são os principais culpados pela prostituição da mãe e mereceriam ser chamados “filhos da puta”, algo inaceitável para elas; ao mesmo tempo eles são usados, de uma forma até aceitável, como culpados pela mãe fazer o que faz, em face das imposições sociais sobre o que é ser mãe. Eis uma trama complexa criada: a mãe não quer ser puta, mas o filho a obriga; isto também encobre o fato de que ela provavelmente gosta ou aprecia as vantagens da vida que leva, mas não pode assumir ou admitir explicitamente que escolhe estar ali em face do dinheiro que a atividade propicia ou ainda em face do próprio desejo, marcando o inconsciente, de estar ali por prazer.

Elas apagam o fato de que se prostituem por si mesmas também, para manterem-se financeiramente, e não se dão conta de que todas as justificativas apontadas anteriormente são a tentativa vã de buscar uma defesa que amenize o fato de agirem em desacordo com os modelos considerados “ideais”. E não se trata só da sobrevivência, mas também da garantia de um determinado padrão de vida mais elevado do que o proporcionado por profissões tradicionais, a manutenção da possibilidade de acesso a bens materiais de alto custo. Elas não assumem que também estão ali porque querem, silenciando suas escolhas, mas gritam que a culpa é do mundo.

O que se percebe é que as justificativas podem até justificar na ordem do consciente, mas as razões apontadas por elas não funcionam como redenção em face de uma sociedade que segrega, ao mesmo tempo em que estimula: condena, mas abre espaço para a venda de sexo, pois é necessário dar vazão a instintos primordiais de ordem sexual que não podem, eventualmente, ser realizados em casa ou com determinadas pessoas (o sexo, sob diversas formas, é um bem de consumo que movimenta e estimula o mercado mais amplo, incentivando a compra de determinados produtos, como música, filmes, programas de TV). De certa forma, elas vivem na

confluência do bem e do mal, do bom e do mau, mas prepondera sobre elas a carga pejorativa do que fazem e que atravessa os séculos, mesmo que leis tentem evitar isso.

Se as justificativas fossem plausíveis, assim como elas alegam, elas não precisariam esconder dos filhos e do mundo que se prostituem, não haveria necessidade de frequentar bordéis de cidade em cidade para esconder dos conhecidos o que fazem, não precisariam dizer aos familiares que trabalham com eventos, com vendas, etc. Dessa forma, considerando todo o estigma que a prática possui, as entrevistadas tecem sua defesa, buscando redimir-se.

Além de se justificarem, elas não assumem que, de fato, são garotas de programa, pois, de acordo com elas, esta é uma condição passageira, é algo momentâneo em suas vidas e planejam deixar a prostituição e trabalhar em outro ramo, como se verá na sequência do trabalho. A promessa de sair da vida que levam é apenas mais uma desculpa e um consolo que encontram para seguirem com a venda do corpo, sem de fato deixá-la. O papel de prostituta sempre é assumido na condição de vítima; elas só são garotas de programa por culpa dos outros. Segundo as entrevistadas, elas **são mães** que buscam sustentar os filhos, **são ex-esposas** que buscam se reestabelecer financeiramente, **são desempregadas** que buscam na prostituição uma forma temporária de ganhar dinheiro até que encontrem outro trabalho, **são amigas ingênuas** que seguiram os conselhos de amigas e agora trilham o caminho da prostituição, **são apenas peças do destino** que, com suas artimanhas, as conduziu para o bordel. Elas são isso, e **não putas**. Negam o que podem negar e ao que não podem dão desculpas, são as mocinhas da história e procuram os verdadeiros vilões, os culpados pela situação em que vivem.

Para finalizar esta seção, reflete-se sobre a trama complexa na qual estão inseridas: não são culpadas, mas são; não atendem à ordem, mas atendem; não são mães segundo o que é delineado socialmente, mas são. As entrevistadas vivem numa situação contraditória e ilógica, mas ao mesmo tempo tensa e necessária. Elas estão no entremeio: enquanto são garotas de programa, estão à margem; quando são mães, não agem ao sabor do acordo do que é desenhado para elas (apesar de dizerem o contrário). Todas as contradições em torno de quem elas são e sobre a sua forma de viver abririam um espaço enorme para a reflexão sobre a complexidade da sua forma

de vida. Eis, talvez, uma das explicações para a necessidade de justificar o que fazem, não só para os outros, mas para elas mesmas, sob pena de se tornarem neuróticas ou loucas. As justificativas e o sonho de sair da vida em que vivem são os seus pontos de equilíbrio; é o que as faz continuarem a viver sem pensar na contradição de ora ser e pertencer, ora não ser e não pertencer e ora, parcialmente, atender aos papéis desenhados socialmente. Não se trata de desculpar nem de julgar, mas de refletir sobre a fratura e a fragilidade da constituição subjetiva em que elas vivem.

4. OLHO NO ESPELHO E SÓ VEJO O OUTRO: NO FIO DA NAVALHA

*As mulheres boas vão para o céu.
As mulheres más vão para qualquer lugar.
(Rede Brasileira de Prostitutas)¹⁶*

Na prática discursiva das garotas de programa, as contradições se chocam e se confrontam nas suas duas faces distintas, mas inseparáveis: de um lado o bom, o certo, o virtuoso; de outro o mau, o errado, o vício. Tal jogo de oposição constituído na e pela sociedade, na e pela ideologia, guia, de certa forma, por meio das formações discursivas, memória, interdiscurso e condições de produção, o modo de ser dos sujeitos, definindo o que pode e deve ser dito. Dessa forma, “bom” é aquele que segue plenamente o que é exigido, desejado e esperado socialmente; ele é moralmente correto, porque corresponde aos padrões aceitos pela comunidade em que vive. Já o “mau” é descrito como aquele que possui caráter ruim, moralmente condenável. A partir da Análise do Discurso, sabe-se que estas dualidades, dicotômicas e contraditórias, e aquilo a que elas se referem e definem como estando em cada lado do pêndulo são definidas pela ideologia, pela história e pela língua:

Assim, **norma e ideologia se confundem, sendo a primeira o modo pelo qual a segunda se concretiza em práticas precisas, minúsculas, cotidianas**, e que vêm a consistir na trama da sobrevivência das sociedades e, no nosso caso, do sistema capitalista (CHAUI, 1984, p. 24 – grifos nossos).

Para Vazquez (1993, p. 134), o bom e o mau são constituídos em conjunto e, para ele, é no seio social que tais delimitações ocorrem:

O bom e o mau se encontram numa relação recíproca e constituem um par de conceitos axiológicos inseparáveis e opostos. Definir o bom implica, pois, em definir o mau. Toda concepção do bom acarreta necessariamente, de um modo explícito ou implícito, uma concepção do mau. **Mas não se trata de uma concepção puramente lógica, e sim histórica e real.**

¹⁶ Acesso em: www.beijodarua.com.br

Dessa forma, para as leis que regem a moral a ser seguida, haverá dois lados, em que posições e condutas são delineadas uma por oposição a outra. O conjunto de valores estabelecidos socialmente supõe, desde o seu início, a transgressão. Como assevera Chauí (1984, p. 24), “A norma, ao mesmo tempo, multiplica a norma e a indica. Ela requer, portanto, fora de si, ao seu lado, tudo aquilo que ainda lhe escapa”. O desvio da norma é considerado uma anormalidade e o sujeito imoral é forçado a viver à margem.

Para Gianotti (2007, p. 343), “existem muitas formas de moralidade, cada grupo social ou profissional tem sua identidade assegurada por normas consentidas, cuja infração provoca censura e até mesmo exclusão do grupo”. No caso das garotas de programa, elas são marginalizadas por não serem aceitas (embora sejam, ainda que não explicitamente), por se contraporem ao modelo idealizado de mulher; elas são, dessa forma, estigmatizadas por não seguirem a moral vigente. Assim, por oposição à imagem que se tem da mulher/esposa (monogâmica, destinada à família e ao casamento), existe a prostituta (aquela que possui relações com vários homens e por dinheiro, que não se encaixa no modelo familiar canônico e, enquanto garota de programa, não poderia viver sob os votos sagrados do matrimônio).

Como se percebe pelas colocações sobre o assunto, o mundo se faz e é lido a partir de uma moral “que designa o conjunto dos princípios, normas, imperativos ou ideias morais de uma época ou de uma sociedade determinada” (VAZQUEZ, 1993, p. 52). Porém, segundo o autor, ela só será efetivada quando o grupo social agir de acordo com ela. Aceitam-se os virtuosos, é fato, mas, em contraposição, também se lida com os que estão à margem, muito embora esses sejam segregados de formas visíveis e invisíveis, contribuindo para a dinâmica social.

Os sujeitos vivem em uma formação social relativamente fechada em termos de ideologia e esta dita, em termos de discurso e de atitudes, o que pode e deve ser dito, o que pode e deve ser sentido, o que pode e deve ser pensado, agindo sobre eles por meio da língua e da história, ou seja, formatam os indivíduos em padrões de proceder socialmente, de sentir, perceber e de intermediar a experiência com o mundo. Segundo Pêcheux (1997), o sujeito não é livre e nem dono de suas escolhas; ele é constituído por meio da imersão na ideologia, sem dar-se conta e sem ter a possibilidade de

desvencilhar-se dessa interpelação: ele nasce e vive num sistema ideológico com valores pré-formatados que direcionam suas “escolhas” e dizeres. Por meio dos esquecimentos 1 e 2, apontados no capítulo teórico, o sujeito tem apenas a ilusão de liberdade, quando, na verdade, é constituído pelo aceitação inevitável dos preceitos sociais previamente concebidos.

Os homens fazem a escolha, mas não determinam, ao mesmo tempo, as condições sob as quais sua escolha é feita, nem mesmo as influências de classe que de modo geral os predispõem a preferir uma ou outra alternativa. Essas restrições deixarão qualquer margem para a liberdade de escolha pelos indivíduos e, se assim for, o que entendemos exatamente por ‘liberdade’? (ASH, 1965, p. 108 – grifos nossos).

O que ocorre, então, é que o sujeito tenha a ilusão de liberdade, de estar escolhendo o que acha melhor para si, e esta ilusão é fundamental para o funcionamento da ideologia; por meio dela, o sujeito tem a impressão de que faz escolhas, que é dono de suas palavras e julga que elas estejam sob seu controle, sejam dotadas de intenção e tenham um sentido evidente. Antes mesmo de nascer, o sujeito já faz parte de uma trama social; o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito por formações ideológicas representadas por suas formações discursivas correspondentes; sendo assim, ele não poderia ser a origem de si. Como afirma Pêcheux (1997), a interpelação permite observar o “teatro da consciência” a partir dos bastidores; fala-se ao sujeito, fala-se do sujeito antes que ele possa dizer: “Eu falo”. Para Orlandi (1999), sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, no entrelaçar da língua com a história, do imaginário com a ideologia. O que se quer dizer é que não é o sujeito que instaura os sentidos; estes significam antes e em outro em lugar:

Frequentemente, **não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais** ou fáticos, existentes em si por si mesmos. [...]. **A naturalização da existência moral esconde**, portanto, a essência da moral, ou seja, **que ela é essencialmente uma criação histórico-cultural**, algo que depende de decisões e ações humanas (CHAUÍ, 2003, p. 307 – grifos nossos).

Por causa da injunção ideológica e dos esquecimentos é que o sujeito adquire e absorve os valores sociais, não só fazendo parte deles, mas também reproduzindo e reforçando os costumes morais. Tem-se na voz das garotas de programa entrevistadas

para essa pesquisa um dizer imperativo sobre o comportamento social e a clara distinção entre o que se julga certo e errado. Os envolvidos na trama social desde sempre estão presos aos valores aceitáveis e passam a repudiar o inaceitável. A injunção ideológica tem uma existência tão eficaz que, apesar de serem prostitutas, de viverem da venda do sexo e de sustentarem filhos e familiares com o corpo, ainda assim afirmam que a prostituição “não é uma coisa certa”, “não é uma coisa boa” e “é uma coisa errada”. Como se percebe, a submissão aos ensinamentos recebidos da família, da Igreja e da escola, dentre outros, as leva a afirmar que aquilo que fazem, apesar de ser o seu meio de sobrevivência e mesmo propiciador de certo prazer ou que se satisfaçam em fazê-lo, não é “certo”, porque se refere à venda de sexo por dinheiro, assim, elas praticam o “errado”.

A exemplo das entrevistadas, o sujeito se diz a partir do que é dito e afirmado sobre ele. As diferentes formações discursivas, moralistas, difundidas e defendidas por instituições sociais, como a esfera religiosa, jurídica, familiar e escolar, entre outras, são reafirmadas continuamente para que o fio discursivo funcione a partir do funcionamento do fio ideológico, que mantém o controle social. Como já assinalado no capítulo teórico, apenas é possível jogar contra o poder ideológico por meio daquilo que lhe escapa: a falha e o equívoco.

A contradição entre a afirmação de que a prostituição é “ruim” e, mesmo assim, permanecer no meretrício, permeia o discurso das garotas de programa. Poder-se-ia afirmar que o seu discurso beira ao “falso moralismo” e o que as conduz é o dito popular: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. Não que se queira exigir do sujeito coerência, pois se sabe que se trata de um sujeito ideológico, mas no nível do consciente, as garotas transitam, de fato, entre o que dizem e o que fazem. Como forma de se justificar e se defender, elas se mostram (consciente e/ou inconscientemente) seguidoras dos “bons costumes”, dizem-se desfavoráveis à promiscuidade, são contra a liberdade sexual de garotas de 13 anos, são contrárias à prostituição (apesar de exercê-la), enfim: são “boas” mulheres aquelas que seguem, a partir das crenças e dos valores, o que é delineado como “certo” e aceito socialmente. Elas estão à margem, mas isto não ocorre por escolha ou por culpa delas; as justificativas apresentadas no capítulo anterior tentam argumentar em prol da posição

de que a prostituição não teria sido uma opção; a falta de escolha e inúmeras outras razões as puseram nessa situação. Segundo as entrevistadas, se tivessem opção não estariam se prostituindo, como evidenciado num trecho da SD 23 (que será melhor discutida na sequência): (SD 23) Se nós tivesse, meu Deus... se eu tivesse oportunidade não taria aqui nunca”; se elas pudessem, não seriam as “más” mulheres, estariam do outro lado: seriam as mulheres e esposas “boazinhas”, atendendo ao que é previsto pela sociedade e pela ideologia.

As entrevistadas afirmam e reafirmam o que é delineado pela sociedade como aceitável, apresentando-se como sujeitos que, apesar de transgredirem o que se considera uma boa conduta e estarem à margem, seguem os valores sociais entendidos como morais. Ratificar os preceitos morais e considerá-los como fundamentais as auxilia na busca de mostrar o quanto elas são “boas”. Se ser bom é seguir os preceitos aceitos socialmente, a defesa desses valores, ainda que, de determinada maneira, sob a tutela de um falso moralismo, tem como objetivo fazer com que a imagem das garotas entrevistadas passe a ser vista como positiva, já que elas compartilhariam do que se considera “bons” costumes. Duda, ao contar que ganhou de presente de aniversário um carro de um dos clientes, como evidenciado na SD 04, afirma que ele **até** queria se casar com ela, mas, por já ser casado, ela recusou o pedido:

(SD 03) Ah, ele era muito assíduo, **queria até casá comigo.**

Pesquisador: E você não quis?

Ah não, porque eu penso assim, igual que eu dizia pra ele, esse cliente era... nossa ele gastava horrores na noite comigo, aí quando chegou o momento em que **ele falou assim: Olha Duda, eu quero que tu saia da noite**, eu vou dá uma quantidade em dinheiro pra você e você fica em casa ou você monta um negócio pra você mesmo, **aí a gente vai mora junto. Ai eu sei que ele era casado** e tudo, né? **Dai eu falei, mas eu não quero a minha felicidade na tristeza de outra pessoa. O dinheiro é importante nas nossas vidas? é, mas às vezes querê dinheiro, o meu bem-estar nas costas de outra pessoa, vendo outra pessoa sofre, eu acho que também já não é justo** (Duda – grifos nossos).

Duda não poderia esconder que mantém relações sexuais com homens casados, até porque a prostituição é “aceita”, justamente, seguindo a ordem social, para dar vazão a necessidades (e fantasias) sexuais de homens (ou mulheres) solteiros(as) ou casados(as). Como afirma Richards (1993, p. 122), “A prostituição era vista como

um meio prático de permitir que os jovens de todas as classes afirmassem sua masculinidade e aliviassem suas necessidades sexuais, enquanto evitava, ao mesmo tempo, que se aproximassem de esposas e filhas respeitáveis”. Entretanto, mesmo tangenciando os valores sociais ao se prostituir, Duda se beneficia do discurso tido como moralmente correto e afirma não ter aceitado o pedido de casamento, procurando direcionar o discurso para a conclusão de que não é **tão** “má” assim, pois ela aceita a conduta moral prevista e a segue, num certo sentido, desviando a atenção do fato de que se vende sexualmente.

Prostituir-se em benefício dos filhos é enfatizado e enaltecido como se fosse quase um “sacrifício”, já que é isso que existe no imaginário sobre a figura materna, aquela que deve sacrificar-se em prol dos filhos, o que visa (consciente e inconscientemente) à demonstração de quão “boas” mães elas são. Mas, para Duda, o seu “bem-estar” “nas costas de outra pessoa” seria uma agressão “injusta” e, sendo ela uma pessoa “boa”, não admitiria “interferir” (embora interfira ao oferecer sexo pago a homens e a mulheres comprometidos) no casamento de alguém, principalmente pelo fato de essa relação não estar atrelada apenas a preceitos jurídicos e sociais, mas também, e principalmente, a ditames religiosos. Dessa forma, enquanto seguidora da moral vigente, ela não poderia separar o que Deus uniu. Duda não quer ser vista como uma “destruidora de lares”, mas como uma mulher sensata e bondosa, que não deseja a sua “felicidade”, se o preço for o “sofrimento” de outra pessoa. A atitude de Duda mostra a sacralização do matrimônio como uma prática não só perpetuada, mas também “intocada”, que não pode/deve ser quebrada, sob pena de sofrer consequências religiosas e as mazelas sociais que se impõem sobre aqueles que o fazem. Tal pensamento é fomentado (também) pelo discurso religioso, o qual dota o matrimônio de um caráter transcendental e espiritual já que “o que Deus uniu, homem algum separa”.

Voltando-se para o sujeito, é possível perceber que discurso de Duda e das garotas entrevistadas, neste sentido, move-se num terreno conflituoso e contraditório, pois elas exercem uma atividade tida como imoral, elas reconhecem e assumem que estão dentro de um terreno não adequado e, inclusive, sancionam a si e aos outros por meio destes princípios. Sobre elas se abate o peso da interpelação ideológica, que

define o que pode e deve ser dito, mas, contraditoriamente, elas se valem de estratégias variadas para justificar o que fazem e tentam burlar a moral que o seu discurso avaliza. Falso moralismo, hipocrisia, medo de assumir que gostam do que fazem? Eis uma resposta difícil de ser dada, mas a prática discursiva das garotas mostra que, em alguma medida, elas vivem no fio do conflito e da teia que as enreda, buscando, mesmo que de forma frágil e ineficaz, alguma maneira de pôr em suspensão momentânea os ditames sociais que se abatem sobre elas e sobre a atividade que exercem, mesmo que não lhes faltem fregueses.

No fundo, entre levar a vida à margem daquilo que é sancionado de forma positiva pela sociedade e sobreviver pelos meios “legais” postos à sua disposição para fazê-lo, a opção se faz pela primeira via e o que efetivamente move as garotas de programa é a busca pelo retorno financeiro, sendo este o fator decisivo tanto para a entrada quanto para a permanência na vida de meretriz. Entretanto, a SD 03 parece mostrar que, apesar de elas estarem ali por dinheiro, ele não seria digno se viesse “nas costas de outra pessoa”, o que implica em deduzir que, se outra pessoa não for prejudicada, o dinheiro ganho se torna aceitável. Como isso é possível, se elas próprias afirmam que o que fazem é inadequado e o fazem sem a restrição de ocasionar prejuízo ou não a alguém? Percebe-se, portanto, o contorcionismo que acontece num terreno complexo e que, neste caso, busca justificar o injustificável, num contraponto perene entre a vida material (a sobrevivência) e a vida ideológica: uma coisa é o que se diz, outra é o que se faz e de que forma se tenta justificá-lo para não ferir a moral vigente (embora ela seja ferida no seu núcleo). O que sobra, no fim, é uma vida “imoral” tentando se mostrar adaptada ao que seria confirmado pela moral sancionada, sem obter êxito nesta sua empreitada.

A SD 03 é organizada, em termos do esquecimento número 2, da ordem da enunciação, no sentido de que Duda é honrada, digna e uma “boa mulher”. No entanto, este mesmo esquecimento esconde o de número 1, que, por fim, acaba fazendo com que a própria Duda se julgue disforme, devendo justificar-se por isso. Casar-se com o cliente exigiria que Duda deixasse a prostituição. Mas a questão que acaba sobressaindo é: ela recusa o pedido por não querer “destruir” um casamento firmado diante de Deus ou a recusa está associada ao desinteresse de deixar a “vida fácil”,

usando como estratégia a máscara de boa moça? Ou ainda, no nível do inconsciente, o a prostituição pode ser a manifestação do desejo e do prazer, não reveladas ou que não podem irromper na ordem da moral. Todas afirmam que não querem permanecer no meretrício, mas elas não deixam e não tomam qualquer atitude para que isso ocorra, tanto que Duda, Ana Paula e Carol vendem sexo há mais de 10 anos. O que se percebe é que a afirmação de que esta será uma prática breve e passageira acaba sendo outra (das muitas) justificativa apresentada por elas para amenizar a imagem negativa que pesa sobre a atividade, sendo o “sonho” de abandonar a prostituição contado e recontado para amenizar o passar dos anos e amenizar a crítica que possa provir de um ou outro lugar que as tenha sobre vigilância.

No embate constante entre duas formações discursivas antagônicas (pró e contra a prostituição) e como forma de construir de si a imagem de “boa” mulher, as garotas recorrem, inclusive, ao discurso religioso (o que, do ponto de vista do senso comum, seria um despropósito absoluto). Afinal, ser “bom” sujeito, entre outras definições, também significa fazer parte de uma religião, respeitar os preceitos divinos e “amar a Deus sobre todas as coisas”, isso segundo o discurso religioso.

(SD 42) Que mesmo numa profissão como essa, as pessoas assim sempre acreditá em Deus. Sempre. Que tem pessoas, que, “ai, eu vou mexe com bandido”, “eu vou fazê isso”, “eu vou fazê aquilo”, não. O único ser supremo que se chama Jesus de Nazaré, Deus... **Eu nunca precisei desse negócio de pomba gira, Deus é o meu Deus mesmo.** Eu peço forças pra ele sempre, e é o que importa. **Todas as pessoas deveriam fazê,** que não tem como uma pessoa igual você, igual a mim tê poderes pra fazê um feitiço ou algo assim, então eu acho que é só Deus mesmo (Duda – grifos nossos).

Afetado pela ideologia e pelo inconsciente, o sujeito, como se percebe, é interpelado também pelos preceitos cristãos predominantes na sociedade ocidental, que, neste caso, diz respeito à história de longa duração e que resiste tenaz a alterações na sua forma de pensar e de dizer. Assim sendo, ele, fruto dessa história, acaba, involuntariamente, sendo determinado e tomado pela formação discursiva religiosa. Mesmo que não participe dos ritos e das cerimônias, o sujeito é, como se nota, atravessado pelos efeitos de sentido que essa instituição faz circular e os professa, incorrendo em uma “contradição” que parece apenas aparente, pois, no “descaminho” em que vive, unem-se o que é tido como pecaminoso (prostituir-se) e o

que é aceito como sagrado (“amar a Deus sobre todas as coisas”) de uma forma sincrética, por meio de uma lógica particular que luta por fazer parecer lógico o que, do ponto de vista da moral vigente, é arbitrário e disfuncional: no fundo, sobrevive a tentativa tênue e fugaz (mas séria) de se proteger.

Quando Duda afirma que as pessoas devem “sempre” acreditar em Deus, ela se mostra crente nos princípios cristãos, mesmo que, talvez, ela não seja uma praticante; entretanto, dada a injunção ideológica do cristianismo, ela é constituída como se fosse cristã (e talvez realmente seja: eis a contradição vivida por ela, ser prostituta e contradizer o que ela mesma (re)afirma como “certo”) e se mostra devota. Segundo Orlandi (1987), o sujeito-fiel está ideologicamente inscrito na discursividade religiosa, submetendo-se, sem questionar, às regras, aos rituais e às crenças místicas dessa instituição. Os fieis reproduzem a discursividade e os sentidos da Igreja, sustentando e perpetuando seus ensinamentos, colocando a religião (Deus) acima de todas as coisas. Ser bom para essa formação discursiva é respeitar a Deus, sem questionar seus ensinamentos, dizendo “não” a outras práticas subversivas como “pomba gira” ou “feitiço”, exemplos apontados por Duda. Ou seja, ela é hostil e tenta se afastar de práticas tidas por marginais, como as das religiões não oficiais.

Mesmo contrariando os valores religiosos ao vender sexo, Duda, ainda assim, mostra-se como fazendo parte da formação discursiva religiosa e que é cristã e seguidora dos valores cristãos; que mesmo estando “numa profissão como essa”, ela deve acreditar em Deus, pois Ele “não abandona seus filhos”, mesmo sendo ela uma “ovelha desgarrada”.

Dentre outros enunciados chave da formação discursiva religiosa cristã, um deles é o de que a fé é capaz de elevar o homem, conduzindo à salvação e à “vida eterna”. Nas palavras de Orlandi (1987), “Entre as qualidades do espírito, está a fé, que é o móvel para a salvação. Isto é, dada a condição humana em relação a Deus, dada a separação indicada por essa condição (o pecado existe), a fé é a possibilidade de mudança, é a disposição de mudar em direção à salvação” (p. 250). Se Deus a tudo perdoa, Duda, ao procurá-lo, será perdoada por seus “pecados”. Ao mesmo tempo, a construção dessa base de pressuposição objetiva colocá-la num patamar diferenciado,

como uma pessoa que se pauta nos preceitos vigentes e à qual não são aplicáveis os valores do senso comum reinante sobre a prostituição: ela se encontra num outro nível.

Apesar de tudo, porém e mesmo que as garotas de programa façam um esforço para estabelecer uma lógica que as desculpe, tanto o sexo quanto a sexualidade são, inescapavelmente, vigiados e regulados por valores morais, que ditam e normatizam como o corpo deve comportar-se, fazendo dele um lugar em que mora a ideologia:

Em muitas sociedades, e particularmente na nossa, **o corpo é uma das entidades privilegiadas para o exercício da dominação**. A divisão social do trabalho e do processo de trabalho, as pedagogias (nas escolas, nas prisões, nos hospitais), o direito penal, a medicina, o consumo ou a filosofia evidencia **a presença de ideias e práticas que procuram confinar o corpo à região das coisas observáveis, manipuláveis e controláveis** (CHAUÍ, 1984, p. 167).

Ainda segundo Chauí (1984), a moralização do corpo e, principalmente, do sexo é feita, preferencialmente, pela família e pelo trabalho, em que a escola e o Estado oferecem condições formais e legais para assegurar que essas interdições se efetuem. Assim, inúmeros códigos de condutas são instaurados, seja pela instituição jurídica, visando, principalmente, assegurar punição aos crimes sexuais, por meio de penas corretivas; seja pela Igreja, que perpassa via ensinamentos religiosos o comportamento ideal para homens e mulheres, como o incentivo à virgindade feminina, por exemplo; seja pela Escola que vigia, separa e ensina condutas a meninos e meninas; seja pelo discurso médico que, muitas vezes, elabora e contribui para a permanência de códigos normativos sobre a sexualidade do homem; seja pela Família que desde cedo desenha aos membros o comportamento aceitável para homens e mulheres. Se, por um lado, há instituições que cerceiam as práticas sexuais consideradas subversivas, por outro, há, para as prostitutas, o contrário: uma liberdade (sexual) muito maior. É o que afirma Rago (1993), ao mostrar como revistas do início do século XIX contribuía para firmar o espaço controlado das mulheres que desejavam ser senhoras e senhoritas respeitáveis, ditando modelos e condutas que deveriam ser seguidos e evitando que se excedessem e fossem confundidas com prostitutas:

Propondo, portanto, a libertação feminina a partir de concepções biologizantes, as revistas preocupavam-se em mostrar como a formação do caráter da mulher passava pela educação dos sentidos, pela repressão da sexualidade, pela valorização da virgindade e pela preservação para o casamento. **Inúmeros**

artigos davam conselhos úteis à mulher sobre como comporta-se diante das visitas, como tornar as refeições momentos agradáveis como agradar o futuro esposo, como vestir-se e perfumar-se de modo a não ser confundida com as meretrizes (RAGO, 1993, p. 38 – grifos nossos).

Esses procedimentos todos se faziam no sentido de, precavidamente, definir quem era quem no exercício social: ser esposa, a dona de casa, ou mulher “fácil”, mulher de “rua”:

O corpo é a base da percepção e organização da vida humana, tanto no seu sentido biológico como social. **Assim, falar, andar, olhar são modos socialmente determinados** de sentir e pensar e toda uma visão do mundo. Esta visão passa pela divisão social do trabalho: **há gestos e posturas, modos de ser considerados masculinos e femininos e através deles meninos e meninas se identificam com seu sexo, tal como ele é socialmente definido.** Daí a cisão cultural da visão do mundo do homem e da mulher. Assim, **qualquer gesto envolve o reconhecimento de uma ordem política dada, que distingue a posição hierárquica dos homens, das mulheres, das idades, etc.** (MURARO , 1983, p. 23).

Dentre outras tantas formas de assegurar-se e de assegurar o “bom” comportamento sexual, adorno, vestuário e gestos contribuem, de forma crucial, inclusive para separar a “boa” da “má” mulher.

(SD 43) Claro, **eu mesma não me visto como uma mulher... quando eu tô na noite, que eu sei que eu tenho que vesti uma roupa, assim que seja pra seduzi. Lá fora não.** Mas daí só do jeito de se vesti, de repente as pessoa já, né? (Duda – grifos nossos).

Como se pode perceber, a formação discursiva determina não só o que pode e deve ser dito, mas também o que se deve vestir e o modo de postar o corpo (a sua atuação, modo de ser, agir, postar-se, ser visto), dentre outras consequências. O modo de ser e de parecer se define a partir do local em que ocorre a constituição do sentido e a identificação do sujeito com aquilo que o determina. Assim, ao assumir a posição de garota de programa, Duda precisa se vestir, falar e se comportar como uma garota de programa, com cada um recebendo a avaliação que lhe é devida.

Segundo a entrevistada, existe diferença entre ser “mulher” e ser “garota de programa”, mas o fato é que ela não deixa de ser “mulher” quando está se prostituindo; tudo se passa como se ela exercesse um “papel” e ocupasse uma posição que exigisse outro comportamento. Quando ela diz “eu mesma não me visto como uma mulher...

quando eu tô na noite”, significa que o modelo mais “contido”, “recatado” e considerado “decente” não poderia ocupar o espaço da boate. Para estar no *Porto das Sereias*, Duda necessita vestir “uma roupa, assim que seja pra seduzi”, pois é isso que constitui o imaginário da prostituta: mulher sedutora, disposta a realizar fantasias e desejos sexuais. Mais do que vender sexo, ela precisa ocupar o lugar de quem o vende e o faz ao sabor e ao agrado do freguês que não está ali para repetir a mesmice do cotidiano conhecido e sabido. Mas há um imperativo moral que se abate sobre a Duda e a faz diferenciar mulher de “bem” e mulher do “mal”, ainda que seja apenas pela forma de trajar o corpo.

Na sequência, Duda afirma que “Lá fora não”, o que significa que ela, enquanto mulher “normal”, não precisa usar “uma roupa, assim que seja pra seduzi” (e nem poderia); fora da boate, ela “sabe” que ocupa outro espaço e outra posição, sendo atravessada por outras formações discursivas: ela é mãe, noiva, filha, entre outras posições e, por isso, ela se veste como “mulher”, segundo ela o que significa se vestir diferentemente de garota de programa. O filtro de avaliação é sempre o mesmo: o mundo convencional contraposto ao mundo marginal, com o primeiro tendo uma primazia imperiosa. Vivendo na contramão da normalidade, Duda é, entretanto, absolutamente normal.

Vale lembrar que as mulheres em geral (as “normais”, paralelo estabelecido por Duda e pela moral vigente) também se utilizam indumentárias mais provocantes para criar determinados sentidos sobre ela, para ressaltar sua beleza ou esconder aquilo que considera “defeito”, para seduzir, ainda que nos limites e parâmetros instituídos para o agir da “mulher de bem” na sociedade.

As roupas fazem parte de um conjunto de efeitos de sentido que se materializam nas vestes; nelas, tornam-se presentes momentos históricos e valores ideológicos. O corpo, revestido com a significância de vestes, adornos e adereço atua como uma linguagem significativa, evidenciando as próprias marcas da ideologia, da normatização social e dos sentidos históricos. Existe uma memória sobre a prática feminina: sobre os seus modos, gestos, dizeres e vestimentas. Por oposição, as prostitutas também possuem a sua; e elas atuam como forma de distingui-las das mulheres “honradas”.

As vestimentas contribuem para revestir os sujeitos de significância, já que trazem com elas valores simbólicos, o que não escapa, de certa forma, da perpetuação e da contribuição para a normatização e para a domesticação do corpo. O lugar social, a partir da formação discursiva que constitui o sujeito, é marcado por vestimentas que lhes são próprias. Por isso, Duda se veste com peças para seduzir quando está na “noite”, diferentemente das peças usadas quando está “lá fora”, onde assume outra posição social.

Duda afirma, na SD em observação, que “só do jeito de se vesti, de repente as pessoa já, né?”. Vestir-se “lá fora” com as roupas que Duda usa no *Porto das Sereias* poderia, independentemente (e principalmente) do lugar em que estivesse, fazer com que a considerassem uma garota de programa, já que há um imaginário e uma memória sobre as formas de se vestir e que sentidos uma veste ou outra suscitam. Duda, inclusive, a partir desse imaginário, antecipa-se ao interlocutor ao dizer “só do jeito de se vesti, de repente as pessoa já, né?”. O corpo é, assim, lugar material de significação: é o suporte permanente de uma condição social e de uma prática laborativa. Talvez essas posições, esposa e prostituta, já tenham sido mais claramente delimitadas, mas ainda hoje se percebe que a distinção entre uma e outra por meio dos gestos, da maneira de se vestir e dos adornos se perpetua.

Voltando para o ponto central da discussão que se faz nesta seção, percebe-se que, apesar de sua atividade se pautar no exercício da venda de sexo, usar o corpo, para as entrevistadas, não é uma atitude aceitável, o que confirma a moral aceita. Entretanto, para elas, “pior” do que isso seria oferecer sexo gratuito (tangendo a negação para as mulheres da própria possibilidade de prazer no sexo. Assim, o desejo é o tempo todo “escondido”, pois se sabe que uma ordem moral não o deixa emergir, ou se o deixa, por meio de brechas, é para sancioná-lo, estigmatizá-lo). Com relação a este aspecto, pode-se detectar uma contradição entre o que pensam e afirmam: as entrevistadas se posicionam contra a promiscuidade, mas são a favor de ser promíscua (já que a prostituição é vista assim pelo imaginário discursivo), se a isso estiver relacionado o comércio do sexo e aos ganhos financeiros. Percebe-se, portanto, que mesmo que de uma maneira “ilógica”, elas precisam “justificar” logicamente (ou mesmo “defender”) a prática que exercem:

(SD 44) E cada um é dono de seu nariz, né? **Usa seu corpo conforme qué, né? Tem tantas menininha por aí, novinha, de 13, 14 ano, sai com um hoje, sai com outro amanhã, sai com outro, um monte de mulecada, piizada. Não se cuidam. E não cobram** (Ana Paula – grifos nossos).

(SD 45) E outra coisa, **a menina que não precisa, não vir**. Tente fazer alguma coisa pra não chegar ao ponto de estar aqui dentro. Com certeza. **Que vá estuda, vai fazer curso, dentro de todas as formas... agora se for pra ela saí dando de graça por aí, né? ou por droga, venha pra cá** (Carol – grifos nossos).

Como se pode perceber, Ana Paula, na SD 44, mostra estar a favor da promiscuidade, inclusive, de garotas menores de idade, já que “cada um é dono de seu nariz” ela apenas é contra que o sexo ocorra com “um monte de mulecada” (não se dão valor), ao fato de que as meninas “não se cuidam”, ou seja, não se previnem contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e, acima de tudo, porque elas “não cobram”. Ou seja, Ana Paula não é contra a promiscuidade, mas, para ser promíscua, tem que cobrar. Eis mais uma contradição: em outras SDs, ela afirma ser a prostituição uma prática “ruim”, “condenável” e “imoral”, mas o discurso falha e ela revela não só que, de certa forma, defende a venda de sexo, mas que, inclusive, acha que outras garotas devem fazer o que ela faz.

Para Ana Paula, prostituir-se é “errado”, mas, como se fosse possível medir o maior ou menor grau de transgressão cometida, ser promíscua aos 13 anos é dado como sendo mais condenável do que vender sexo pautado nas justificativas apresentadas por elas: filhos, separação, falta de dinheiro, desemprego, influência de amigos e destino. Eis que o discurso dela é guiado pelo mesmo diapasão daquela que não é prostituta: o filtro de avaliação e de atribuição de valor é o mesmo. Ambas se guiam pela mesma moral. A entrevistada diz que cada um “usa seu corpo conforme qué” e este é um dizer que ocorre no vácuo, é inócuo e ineficaz, pois, apesar de dizer que a escolha é livre e pessoal, ela condena as garotas por “não cobrarem”. Talvez, se elas cobrassem, não seria “tão errado” assim, pois, com certeza, elas teriam justificativas para venderem sexo, assim como as entrevistadas. No fim das contas, parece que, inclusive aqui, a “moral” econômica faz suas vítimas.

“Cada um é dono de seu nariz”, mas não tanto. Ana Paula até diz que cada um “usa seu corpo conforme qué”, mas não é esse efeito de sentido que ela evidencia, já

que não admite que possa ser de certo jeito. De certa forma, poderia dizer que o discurso de Ana Paula é ilógico, justamente por ela exercer uma atividade vista como marginal e isto a obriga a buscar uma racionalidade naquilo que, do ponto de vista social (mas não econômico), é irracional. Afinal de contas, pode ou não pode? Não pode, se for de certo jeito, mas se for do jeito que ela é, então está bom. Ana Paula julga com a mesma moral que é julgada; ela tenta se livrar da culpa (que, no fundo, acha que tem), mostrando que dar sexo é pior do que vender, ou seja, prostituir-se (para ela a venda do corpo está pautada em uma série de justificativas) é melhor do que ser promíscua e não cobrar pelo sexo concedido (já que para isso, aparentemente, não haveria justificativas).

Na SD 45, Carol afirma ser contra a própria prática, que é melhor “tentar fazer alguma coisa” para “não chegar ao ponto” de se prostituir. Nesse jogo de espelhos que refrata, mas não reflete, Carol não vê o próprio rosto, pois apaga o fato de que ela poderia estar buscando outra coisa (sem querer dizer que devesse, pois não se pretende julgar a atividade da garota), como ela mesma afirma, mas a denúncia da falta de moral está sempre voltada para o outro. E o filtro usado é o mesmo que é usado contra ela, embora ela não se aperceba disso. Como ela mesma aponta, a escapatória seria, “se for pra sair dando de graça”, que a menina vá a uma casa de prostituição e que seja uma prostituta que vende sexo: e não simplesmente “dá de graça”.

Apontar que é “errado” as meninas mais novas fazerem sexo de graça não é apenas realizar um juízo de valor sobre uma atividade, natural poder-se-ia dizer, mas é também um argumento em defesa da própria causa, pois, se há mulheres que têm relações sexuais com vários homens de modo gratuito, seja por que motivo for, torna a prostituta desnecessária; melhor que ela cobre, portanto, e se adapte à moral, desta vez, de prostituta, para que a concorrência não ocorra de forma desleal: uma questão mercadológica.

Por outro lado, negar o sexo livre, gratuito e com pouca idade se encaixa nos valores pregados pelo discurso religioso, em que reina a castidade, o sexo após o casamento e ainda sob a condição da procriação. A injunção do discurso religioso reflete nos preceitos morais de Carol mais do que ela se dá conta, pois, segundo a mesma visão religiosa, não se poderia vender sexo, ser promíscua e realizar sexo sem

a intenção de procriar; entretanto, mesmo sendo a pecadora que o discurso cristão prega, Carol parte desses mesmos princípios para defender a aceitação feminina frente ao sexo.

Partindo de um pressuposto geral que se pauta num determinado tipo de decência, na SD 45 é afirmado que o ideal para as moças, então, seria “estudar, fazer um curso, dentro de todas as formas”. Ecoa na voz de Carol que as moças devem dedicar-se aos estudos, garantindo um futuro promissor longe da “vida fácil”. O considerado “correto” para meninas é estudar e ter uma profissão e, por que não dizer: o ideal, segundo os preceitos sociais, não é também casar-se e ter filhos? Por meio da memória sobre a educação e, por consequência, da memória sobre pessoas que possuem o ensino superior, por exemplo, sabe-se que a escolaridade ocupa lugar de prestígio na sociedade e, com ela, pode-se conseguir ascensão social, tanto que as profissões são o maior exemplo disso; a atividade de um pedreiro (atividade que também exige conhecimento específico para exercê-la) é desmerecida frente a um advogado ou a um médico, por exemplo, que possuem anos de estudo formal. Dá-se mais valor a quem tem escolaridade elevada e quem não tem, segundo a SD 45, pode, então, comercializar sexo.

É necessário, assim, buscar outras maneiras de “ganhar” a vida “dentro de todas as formas”. “A menina que não precisa, não vir”, pois a prostituição só seria justificada se fosse a última alternativa, se fosse por falta de condições financeiras (ou pelos filhos, abandono do marido, como afirmado por elas). Quem não “precisa”, quem possui formação escolar (possibilidade de ter uma profissão reconhecida) ou mesmo tem condições financeiras não se encaixam no que se espera de garotas de programa: ela não é aceita pela sociedade que julga e condena quem pratica a venda de sexo como pelas próprias garotas colegas de profissão, como será mostrado na SD 23 adiante.

Assim, entrar para a prostituição por necessidade parece ser, diante de todas as SDs analisadas, o condicionante essencial que justifica a entrada para a prostituição e para a vida marginal, pesando, sobremaneira, neste sentido a maternidade: seja para tornar-se ou para manter-se nela/dela. Entretanto, “dar” sexo ou se prostituir por prazer é considerado “imoral” e não tem justificativa.

Percebe-se, na sequência, como a avaliação emitida se pauta no mesmo pêndulo que pesa contra aquela que o usa. O fio da navalha que corta a carne da outra é o mesmo que corta e provoca sangramento na própria pele. A separação e o isolamento imposto sobre o outro é resultado da mesma intolerância sofrida e sentida no cotidiano. Eis a interpelação ideológica produzindo seus objetos e resultados: sujeitos.

(SD 23) Aqui teve um caso de uma menina, que **trabalhava no pedágio, ela tinha carro, tinha tudo, fazia faculdade na FAG¹⁷** e o pai dela um dia veio busca ela aqui dentro. E todas as menina que tavam aqui dentro choro de vê a dor do pai. Foi desesperador pra ele, porque ele dizia: **Eu dô tudo pra ela, ela tem tudo. Ela dizia: Mas eu gosto, eu quero.** Aí foi onde que nós, né? se mata aqui dentro, todo mundo choro. E ela sumiu, nunca mais... **o pai dela tirou tudo dela, tiro estudo, tiro tudo, tudo, tudo. Hoje ela tá se fudendo na vida porque perdeu a oportunidade. E nós já não têm essa oportunidade. Se nós tivesse, meu Deus... se eu tivesse oportunidade, não taria aqui nunca** (Carol – grifos nossos).

A SD 23 já foi usada no capítulo anterior, mas sua repetição neste momento da pesquisa se faz necessária para mostrar que as garotas de programa julgam com a mesma moral que são julgadas, inclusive avaliam as próprias colegas de trabalho. Ou seja, elas julgam a sua própria prática a partir do senso comum, porque, como sujeitos imersos nos valores ideológicos da sociedade em que vivem, não seria possível deixar de julgar os outros a partir dos valores incorporados também por elas. O sujeito do discurso não poderia estar fora do meio em que vive e, por isso, não conseguiria ver práticas condenadas com normalidade:

Juízos de valor não se contentam em dizer que algo é ou como algo é, mas **se referem ao que deve ser**. Dessa perspectiva, os juízos morais de valor são **normativos**, isto é, enunciam normas que dizem como devem ser os bons sentimentos, as boas intenções e as boas ações, e como devem ser as decisões e ações livres (CHAUÍ, 2003, p. 307 – grifos nossos).

Olha-se no espelho e só se vê o outro: primeiro, porque não se quer olhar para si mesma e usar o mesmo fio avaliativo contra si; e, segundo, porque no reflexo do espelho só aparece a imagem do outro, pois, novamente, diz-se que o “erro” não está nelas, mas no próximo. Percebe-se uma mescla de “hipocrisia e falso moralismo”, mas,

¹⁷ Faculdade participar de Cascavel.

ao mesmo tempo, o próprio funcionamento da interpelação ideológica que evidencia o assujeitamento do sujeito a moral perpassada e repetida no âmbito social.

Na SD 23, a garota que constitui o tópico discursivo é condenada pelo pai, mas também pelas colegas garotas de programa, por gostar de sexo e por ter prazer em ser prostituta. Ao relatarem a história, Ana Paula e Carol se mostram indignadas. Diante do efeito de evidência e do discurso naturalizado sobre a prática, uma garota que se prostitui por prazer será moralmente condenada, assim como as outras, mas, no caso dela, não haverá justificativas que a redimam. Parece que o fato de elas serem garotas de programa e de venderem sexo por dinheiro é apagado e esquecido e a única “julgada”, que merece sofrer as consequências, é a garota que se prostitui porque quer. Assim, “pior” do que vender sexo é gostar disso (mesmo que esse gostar, em si, também esteja relacionado a outras questões, como o exercício de poder perante os homens, vontade e prazer que surge pelo anseio dominador que se percebe ser possível de satisfação por meio da prostituição; anseio dominador de contraposição ao posto superior do homem na sociedade). O julgamento do próximo talvez impere tão fortemente na fala das entrevistadas porque, de certa forma, elas gostam do que fazem, mas não podem assumir, então penalizam a outra que efetivamente defende que sente prazer com a prostituição; é a outra que assume que está na “vida fácil”, porque gosta e não porque precisa. É o que inconscientemente elas recusam o tempo inteiro; se uma assume que faz porque gosta outros podem pensar que todas gostam e isto elas não querem admitir. De certa forma, a menina é o que elas são, mas não querem admitir que são.

Se em algumas SDs é possível extrair equações em que elas negam ser x (garota de programa, “puta”, “más mulheres”), mas são y (“menina de família”, “mães”, “boas mulheres”), sendo uma forma (inconsciente e consciente) de redirecionar os efeitos de sentido para um outro lugar discursivo, nas SDs 44, 45 e 23, elas **até** afirmam ser x (garotas de programa), mas porque desta vez negam y (“dar” sexo de graça, gostar de ser garota de programa). Elas **só** afirmam ser x, porque, desta vez, é melhor ser x (garota de programa que vende sexo pautada nas justificativas apontadas por elas) porque não seria conveniente ser y (ser promíscua, deitar-se com outros homens

e não cobrar nada por isso); ou ainda preferem ser x do que ser y (gostar de ser prostituta).

Na SD 15, a seguir, nota-se a recorrência de uma determinada forma de avaliação pautada numa escala valorativa que permite julgar aquele que deve ser considerado melhor ou pior para uma instância moral e, novamente, o diapasão usado para o julgamento é da interpelação ideológica religiosa, mas também capitalista e econômica:

(SD 15) Não, eu não considero assim uma profissão. Claro que não é uma coisa boa, também não é uma coisa certa. É uma coisa errada, mas eu acho melhor vim pra, tipo assim, uma boate, do que matá, roubá, esse tipo de coisa, né? Porque se não tá fazendo mal nenhum, apenas se tá tipo usando seu corpo pra ganhar dinheiro, não é uma coisa certa, mas é melhor do que outra coisa, né? (Mônica - grifos nossos).

Elas dizem não aceitar que a venda de sexo seja uma prática correta e que seja incentivada, até porque elas estão imersas, como dito anteriormente, numa sociedade que condena a prostituição (bem como outras diversas liberdades com relação ao sexo, apesar de também aceitar o funcionamento das boates). Além de se valer da negação como justificativa, pois elas poderiam estar roubando ou matando, a SD 15 revela que elas preferiram a prostituição por estarem pautadas em uma escala moral que julga a sua atividade como sendo menos agressiva à sociedade, pois a própria jurisdição brasileira prevê penas para delitos de furto, roubo e assassinato e não para a prostituição. Discurso fortemente marcado pela FD religiosa, os mandamentos cristãos “Não matarás” e “Não roubarás” estão presentes na SD, mostrando a submissão das garotas aos preceitos religiosos: elas são, portanto, “boas meninas” (tanto em termos morais, quanto em termos de interpelação). O “mau” é aquele que mata e rouba; então, se elas não realizam estes delitos e preferiram a prostituição, podem não estar no “melhor” caminho, mas também não são as piores: no fundo, há uma tentativa de mostrarem-se como boas e de justificarem o que fazem, por meio da criação de uma autoimagem positiva.

Os “nãos” usados na SD 15 fazem pensar novamente em denegação discursiva, em que o recalque do inconsciente vem à tona por meio da negação no intradiscurso. O sujeito se diz, sem necessariamente dizer-se. Se a negação acaba

tornando-se uma afirmação, então, Mônica considera a prostituição uma profissão, uma “coisa” boa e certa, até porque diz que é melhor ir a uma boate do que matar e roubar. O recalque leva a negar o que se condena socialmente, até como forma de defesa e de omissão do que poderia condená-las. O discurso é denegativo e contraditório. Mônica também afirma que “não tá fazendo mal nenhum”, mas então estaria. Ao tentar livra-se da culpa por prostituir-se, afirmando que, comparado a matar ou a roubar, usar o corpo para ganhar dinheiro não é tão ruim assim, ocorre a reiteração do discurso que se acha cristalizado sobre a prostituição: vender-se por dinheiro seria uma prática “errada”. A negação que elas usam é apenas um quebra-galho para amenizar a situação vivida por elas e o “pecado” em que vivem.

O que a prática discursiva das garotas revela é que, no fundo, elas são pessoas boas e que estão adaptadas e em consonância com os valores sociais acordados. Apesar de se dizerem fora da rota prevista, elas tentam se mostrar como estando no “bom” caminho. Eis um discurso que luta para se mostrar coerente, quando sobrevive da incoerência, se a moral convencional é tomada como princípio normativo. É o que o próximo recorte discursivo mostra: ora elas se justificam, ora se mostram como seguidoras da “boa” moral:

(SD 46) Têm pessoas que tem que bebe, **eu mesmo não bebo, não fumo, não tenho nenhum vício, mas outras, né?** A noite acaba com a mulher e **também não é uma coisa assim que você possa arrumar um bom casamento, porque hoje em dia tem muito preconceito, né?** Então, por isso eu não quero ficar não assim, **não tenho vontade de ficar nessa vida pra sempre** (Mônica – grifos nossos).

Além de ratificar e afirmar que aceitam a moral estipulada, elas também não a contradizem (exceto pelo fato de venderem sexo: mas isso parece ser só um detalhe para elas): “não bebo, não fumo, não tenho nenhum vício”. Se elas não possuem “nenhum vício”, elas são, então, por oposição, virtuosas? “Mas outras, né?”. No confronto entre elas e as “outras”, no jogo de espelhos que se constitui, as outras estão em falta com a moral convencional e não elas, pois aceitam que estão “erradas”, encontram-se no descaminho de passagem e desejam de modo enfático abandonar a “vida” na prostituição, o que não acontece com as “outras, né?”. As entrevistadas se apresentam como vítimas e elas têm várias justificativas para provar que são e não

fazem o que desejam. Para elas, o “erro” está sempre no outro; quando admitem que transgridem a moral, a “falha” aparece sobredeterminada por uma desculpa, por um fato ou por uma desculpa que amenize o fato de estarem à margem.

Além disso, elas se apresentam como pessoas que não julgam as outras (embora elas o façam, como acontece com relação à garota retirada da boate pelo pai). O problema é sempre o julgamento que pesa sobre elas provindo de outras pessoas, pois são elas que as julgam por serem garotas de programa:

(SD 47) Não, **não agiriam normal**, porque da cidade onde eu vim **as pessoas têm muito preconceito**, então eu tiro pelas outras pessoas, porque quando sai um comentário assim: “ai, a fulana foi pra zona”, aí **fica todo mundo: “Nossa, cê viu a fulana tá na zona”, tal** (Mônica – grifos nossos).

O preconceito para com as garotas de programa e o julgamento viria sempre dos outros e não delas: mas já se viu que elas julgam as colegas pelo mesmo fio da formação ideológica comum. Portanto, os sujeitos julgam assim como são julgados. Como dito anteriormente, os preceitos e valores, mais do que instruir, impõem o dever de seguir o que é aceito, fazendo com que os envolvidos numa determinada trama social vigiem a conduta do outro como modo de zelar pelos “bons costumes”.

Dentre outras instituições, como se sabe, a familiar tem como obrigação ensinar e manter os valores sociais, sempre a partir do prisma do que é permitido pela sociedade jurídica e religiosa. De acordo com Goode (1970), o papel atribuído à família é o de agir na manutenção dos valores instituídos como aceitáveis:

A família, então, é constituída de indivíduos, mas, ao mesmo tempo, **é parte integrante da trama social** mais ampla. **Todos nós somos constantemente vigiados por nossos parentes que se sentem à vontade para nos criticar, sugerir, ordenar, persuadir, elogiar ou ameaçar, a fim de que desempenhemos as obrigações afetas aos nossos papéis sociais** (GOODE, 1970, p. 13 – grifos meus).

Este preceito não deixa de se aplicar também às garotas entrevistadas. Ao assumir a posição de mãe, enquanto membro responsável pela educação dos filhos, Carol afirma que repassa às crianças os mesmos ensinamentos que a ela foram repassados e orgulha-se de a filha seguir os preceitos morais, fazendo disso um sinal de que ela é uma “boa” mãe e cria uma “boa” filha; como julgá-la, assim, uma pessoa

má, se dá à filha a educação que é esperado pela sociedade que ela dê? Carol afirma dançar, portanto, conforme a música, executando a coreografia escrita pela sociedade. Atente-se para a SD 48:

(SD 48) A minha também tem 7 anos, mas ela é esperta. Você não tem nem noção. **Ela vê eu fumando, ela fala: “Mãe que vergonha que eu tenho de você, é tão feio uma mulher fumá”.** Quando eu coloco uma roupa curta, ela fala assim: **“eu não vou saí com você assim, pros homi fica olhando, mexendo com você. Eu não vou, eu tenho vergonha”.** Graças a Deus, já pensou? **Cê nunca vai vê o filho de uma puta ser bandido, ser puta, você vai vê o filho de um crente ser. Filho de bandido, filho de puta eles já cresce com vergonha dos pais, eles qué ser gente** (Carol – grifos nossos).

A filha de Carol já aprendeu, isso não só pela família, mas por vários aparelhos ideológicos, que não é bom fumar e que uma moça não deve vestir roupas provocantes, chamando a atenção a atenção dos outros. A moral dita que a família deve ser protegida dos valores considerados errados: “A racionalização fundamental será oferecida pela idéia de *proteção*: proteger os indivíduos contra o vício e proteger as instituições sociais contra os viciosos”. (CHAUÍ, 1984, p. 79-80 – grifos do autor).

O enunciado "mas ela é esperta", por meio do qual Carol mãe avalia o que acha das opiniões da filha e da forma de ela se conduzir e filtrar o mundo, permite ver o filtro avaliativo que determina o modo de ser de Carol. "Ser esperta" está relacionado ao modo como a filha de sete anos, segundo a ótica da mãe, posiciona-se à cerca de determinadas questões e permite recuperar o acordo de Carol com a voz ligada ao que se julga adequado e correto: fumar faz mal à saúde, mulher decente não usa roupa curta (por que os homens ficam olhando e mexendo); se o fizesse, a mãe seria considerada indecente, enquanto a filha espera uma mãe “decente”, pois se envergonha do que os outros possam achar da mãe. A filha, como se percebe, já está imbuída da moral vigente, com a qual Carol concorda e avalia a filha e o resto do mundo. A filha é uma boa filha por não partilhar daquilo que ela partilha, o que permite inferir que o orgulho com relação à criança está, de certo modo, relacionado à humilhação em que ela se julga mergulhada; uma imersão que, porém, permanece. Aceitação moral, perpetuação da contradição e incoerência parecem ser as matrizes determinantes do que ocorre no enunciado em foco.

Segundo a lógica estabelecida por Carol, se filho de bandido e de puta cresce com vergonha dos pais e querem ser gente, então bandido e puta não são gente? Se não são gente, o que são? Se “ser gente” é definido como ser racional, por oposição, quem não é gente deveria ser descrito como irracional? Então, racional é o que raciocina, realiza ações “corretas”, “direitas”, encaixa-se no modelo socialmente aceito. Já o irracional não pensa e não poderia estar “certo”; é um ser que comete erros e age por instintos. Ou ainda poderia pensar que, se não é homem, seria animal, logo, destituído de consciência e sabedoria? O fato é que Carol generaliza e afirma que putas e ladrões não são gente; são desumanos, estão, de fato, à margem e não se encaixam no que é delineado pelos discursos em voga.

Pode-se detectar também uma postura machista a partir dessa SD, pois a forma desrespeitosa com a qual os homens tratariam a mulher que usaria a roupa curta (mexendo com ela, assoviando, paquerando de forma incisiva e grosseira, usando vocabulário de baixo calão ou fazendo insinuações) é dada como sendo culpa da mulher e não dos homens. Quem deve ou deveria se comportar do modo adequado é a mulher; o homem não teria “culpa” de ela passar por ele com roupas provocantes e este, por isso, ser desrespeitoso com ela. Parece que a decência e o recato (ou a sua ausência) devem ser sempre de responsabilidade da mulher. A roupa curta, desse modo, definiria uma posição social de mulher: a fácil, a meretriz, a prostituta, pois a memória social recupera um interdiscurso sobre a prática, diferenciando os “tipos” de mulher pela roupa, gestos e adereços, considerando a dicotomia casa versus rua e mulher respeitada, destinada ao casamento, versus mulher de vida (nada) fácil.

Carol afirma que o filho de uma garota de programa “nunca vai ser bandido”, mas “o filho de um crente” sim. “Filho de bandido” e “filho de puta” querem ser “gente”, segundo Mônica, por já crescerem com vergonha dos pais. A vergonha é colocada como dotada de uma força “doutrinadora”; ela serviria de guia e de ensino; neste sentido, os valores morais agiriam por meio do reconhecimento do “erro”, que é “escondido”, justamente para que aquele que vive à margem não seja reconhecido e tomado, então como imoral. Ser “gente” é se enquadrar nos preceitos sociais, sendo “correto”, “bem-visto” e “respeitável”. A lógica, neste caso, parece ser a de que, pelo fato de não se encaixarem no modelo moral e sofrerem com o estigma e a

marginalização, os filhos, para ela, não querem seguir o “mau” exemplo e desejam fazer parte da trama social como aceitos, integrados. Por meio de uma lógica invertida, o fato de serem garotas de programa e isto ser um “mal social” contribuiria para que os filhos sejam bons, com os filhos de pais “crentes” se tornando pessoas más. Eis uma contradição e uma irracionalidade que só se justifica na medida em que se considera a reflexão efetuada como uma forma a mais, ineficaz, mas usada, para amenizar ou justificar a atividade desenvolvida.

As SD analisadas permitem concluir que as entrevistadas desejam fazer-se passar por “boas” mulheres, “respeitáveis” e que possuem uma conduta aceitável, já que seguem os preceitos morais estabelecidos. Elas buscam mostrar-se como atuando por meio dos “bons costumes” e condenam quem realiza práticas marginalizadas, apesar de elas o fazerem. Apontar o erro e condenar faz parte da trama social, em que os sujeitos, constituídos pela ideologia que os assujeita, reafirmam o que é “certo” e o que é “errado”. Além disso, defender os preceitos ditados por uma formação discursiva e segui-los (ou dizer que isto é feito) também é positivo e isto as transforma em boas mulheres que não aceitam as transgressões ou as justificam dentro de uma lógica toda própria e particular.

Elas afirmam reiteradamente que a prostituição é errada, no entanto, não aceitam que estejam erradas e nem se afirmam como estando à margem. De um ponto de vista lógico, alguma coisa falha: ou elas não são prostitutas, pois as suas justificativas as redimem, ou elas são, mas tentam aliviar o que fazem com argumentos inócuos e ineficientes, pois no fim das contas as justificativas não perdoam seus atos. O que parece sobrar como fato é que, imbuídas da moral convencional, elas a reiteram e julgam a si e aos demais por meio dela, mas permanecem fazendo o que fazem por uma razão que está para além da sua compreensão ou do seu desejo de admissão de realizarem a atividade de que sobrevivem: fazem por que gostam de fazer? Quem sabe? Elas não se afirmam como “erradas”, mas também não poderiam dizer o contrário; se a venda de sexo é condenada, elas também não aceitam a prática marginalizada, tanto que há justificativas para estarem ali e, de toda sorte, sempre há a intenção explicitada de sair do meretrício; mas o tempo vai passando, vai passando, vai passando...

Ao apontar a imoralidade dos outros, condenar o que não é aceito e se mostrar como seguidoras da moral vigente, elas parecem apagar o fato social de que são sujeitos à margem e que transgridem a conduta delineada como correta para a mulher. Elas estão sempre na defensiva. As entrevistadas se olham no espelho, mas não veem sua imagem nele, pois não se concebem como transgressoras; elas sempre têm boas razões para fazerem o que fazem. As outras é que não precisariam ser prostitutas: elas próprias não tiveram outra saída e estão onde estão por força das circunstâncias.

5. SAÍDA DO PORTO DAS SEREIAS: EM BUSCA DO PORTO SEGURO

*Ela não quis mais levar a vida de mulher honrada
Se na verdade não adiantou nada ser mulher direita conforme ela era
Ela decidiu abandonar o papel de esposa para viver entre as mariposas.*

(Joaquim e Manuel – Som de Cristal)

Para o “mal”, há solução; para o pecado, há o perdão; para a prostituta, há a redenção e, para o caminho, aparentemente sem volta, há saídas. Com exceção de Mônica que passou a se prostituir recentemente e afirma ser esta uma prática temporária, Carol, Ana Paula e Duda estão na “vida fácil” há mais de 10 anos, mas todas apontam as mesmas portas que usarão como saída: “novo” emprego, educação e casamento:

(SD 49) **Nossa, eu já trabalhei de tudo: já fui secretária, já trabalhei em pastelaria, já trabalhei de vendedora, já trabalhei de empregada, de tudo já fiz um pouco.** Meu último emprego era numa loja, eu era vendedora lá. Tem uns cinco meses que eu sai da loja. Eu fui mandada embora porque minha patroa comprou uma loja e a lojinha já tava falida e ela, tipo assim, não investe muito na loja. Como trabalhava só eu e a filha dela, ela não ia despedir a filha dela e ela decidiu despedir eu, mas ela gosta muito de mim, ela tá tentando arrumar outro serviço pra mim. **Assim que arrumá outro serviço, aí eu volto, aí eu não venho mais trabalhá em boate, prefiro ficar trabalhando lá, porque pra mim é melhor, né?** (Mônica – grifos nossos).

Mônica afirma que já fez de tudo um pouco, mostrando que nem sempre foi prostituta e que procurou outros empregos antes de ir para o meretrício. Apesar de profissões “simples”, com baixo status social (se comparadas com a profissão de médicos, enfermeiras ou engenheiros, que são consideradas pela sociedade como profissões de prestígio), declarar que já desempenhou outras atividades e que teve outros vínculos empregatícios objetiva mostrar que Mônica buscou “ganhar a vida” de outra maneira, ou seja, de um modo “correto” e “digno” em face do que pregam os valores sociais. Mônica “tentou”, mas o desemprego, o divórcio, os filhos e a falta de recursos financeiros a levaram ao *Porto das Sereias*; **mas**, de acordo com Mônica,

assim que ela “arrumá outro serviço”, regressará à sua cidade, deixará de frequentar boates e deixará a prostituição.

E o discurso é apanhado em contradição de novo: ela já exerceu outras atividades consideradas corretas, mas, no fundo, essas práticas não traziam o que ela precisava, dinheiro rápido, e por isso recorreu à prostituição. Se ela já passou por isso, por que ainda assim deseja voltar ao que já não deu certo antes? Mônica teve outras experiências profissionais, executou diferentes funções e por que, quando se divorciou do marido e ficou desempregada, não procurou vagas nessa área? Além disso, ascender numa carreira profissional para depois colher os frutos do esforço e da dedicação de um tempo longo se refere a um tempo que elas não têm ou não pretendem esperar. O retorno financeiro precisa ser rápido e “fácil”. Ela *optou* pela prostituição, apesar de negar isso. O discurso de Mônica é determinado pelo fator econômico, ela sabe, com conhecimento de causa porque já vivenciou isso, que as atividades já desempenhadas não trazem o alto retorno financeiro desejado e, assim, a venda do corpo apresentou-se como uma alternativa rápida e lucrativa, mas Mônica, assim como as demais entrevistadas, nega serem essas as razões que a levaram ao *Porto das Sereias*, justamente porque ela não pode dizer que deseja estar ali, a ordem do prazer e do desejo é negada. Como se pode perceber no decorrer do trabalho, o discurso é marcado por desculpas que tentam justificar o que fazem, justificando na ordem do consciente porque se encontram na prostituição.

Ao assumir uma posição-sujeito, o sujeito discursivo representa lugares sócio-históricos determinados e nos quais ocupa posições. Mônica recorda e defende outros lugares que ocupou no campo profissional, mesmo que essas atividades não tenham reconhecimento financeiro elevado. Ela se afirma “secretária”, “pasteleira”, “vendedora” e “empregada”, mas não “puta”. Citar todas as ocupações já realizadas faz com que Mônica, no fio do discurso, constitua de si a imagem de uma mulher trabalhadora, encarada, em face da memória discursiva vigente, como pessoa “dedicada”, “honestas” e “virtuosas”. Vender o corpo, ainda que sob tantas justificativas (que no fim não a redimem), é um lugar temporário, quase não dito ser ocupado por ela.

Mônica afirma que regressará a sua cidade assim que arrumar outro emprego: “aí eu não venho mais trabalhá em boate, prefiro ficar trabalhando lá, porque pra mim é

melhor, né?”. O sujeito não detém o controle de seu dizer, mas pode fazer uso da língua a seu favor, mesmo que esteja imerso no sistema ideológico do qual faz parte e compartilha. Assim, num jogo de relações imaginárias, em meio ao acontecimento do discurso, Mônica indicia uma série de imagens que o interlocutor pode fazer dela e, com isso, a partir da moral estabelecida e da ideologia que a interpela, ela afirma que a prostituição é passageira em sua vida e que ela deseja regressar a sua cidade e trabalhar em outra atividade, por ser “melhor para ela”. Por meio dessas imbricações, Mônica afirma que prefere, de fato, regressar ao “bom” caminho e se tornar (novamente) uma “boa” mulher.

A SD mostra a prevalência da formação discursiva de base econômica e financeira, ou seja, capitalista. A prostituição não é vista por Mônica como uma ocupação com a qual somente seria possível subsidiar os gastos mínimos, mas está associado ao dinheiro rápido, “fácil” e, se comparado com outras atividades que ela mesma exerceu, elevado. Pode-se perceber que as atividades empregatícias que não oferecem altos ganhos são descartadas por Mônica, apesar de seu discurso (complexo e contraditório) ainda afirmar que, quando encontrar outro emprego, retornará à cidade em que mora. Se essa é a alternativa e a saída, por que Mônica não a tomou antes mesmo de passar a frequentar boates? Ela teria podido fazê-lo, mas preferiu o caminho que trilha agora. As saídas já foram testadas e falharam: por que acreditar nelas, então? Porque há um imaginário tenaz que doma e domestica os sujeitos, impedindo-os de ver o que está ante os seus olhos e os faz crer no que sempre creram.

A formação discursiva capitalista está ancorada sobre a lógica que privilegia, dentre outras questões, o lucro, que em sentido mais básico se traduziria no acúmulo de dinheiro; nesse contexto, a felicidade está diretamente associada à sensação de liberdade provinda do consumo, às vezes, desenfreado. As práticas discursivas sobre as relações de trabalho são orientadas de modo a fazer o sujeito cumprir a função ideológico-política do processo contraditório e desigual da organização da sociedade de classes, sem se dar conta de que os lugares discursivos são constituídos nessa formação discursiva capitalista. Se há alguém disposto a pagar por sexo, por que não vendê-lo? São esses efeitos de sentido que se percebe na SD 50:

(SD 50) Ninguém quer ficar trabalhando, limpando o chão dos outros, sabe? Porque vai dormir com um homem **e às vezes em um mês você tira um salário que você faz em uma hora, 20 minuto, 30 minuto**. Então, por isso que, às vezes, **as meninas ficam mais na vida do que trabalhando honestamente**. E cada menina **qué coisa boa**, e não vai ficá trabalhando pros outros pro resto da vida **e qué vivê ali, né? Onde o dinheiro é bem mais fácil** (Mônica – grifos nossos).

A entrevistada deixa claro que a prostituição é, enfim, uma prática que propicia altos ganhos e pode-se alcançá-los de maneira rápida. Entretanto, nota-se que ela não está descrevendo a si própria (embora no fio do discurso esteja); ela se refere às outras garotas, como quando cita “as meninas ficam mais na vida”. Dessa forma, apesar de dizer que a prostituição é rentável, ela não se afirma enquanto garota de programa. Assim, a prostituição é descrita como uma prática “boa”, no sentido de trazer retorno financeiro rápido, mas só é e só pode ser dita assim, porque Mônica diz isso ao falar das “meninas” e não dela. Como mostrado no capítulo “Olho no espelho e só vejo o outro: no fio da navalha”, o julgamento recai sobre o outro, nunca sobre elas mesmas; é como se Mônica apagasse na SD 50 que ela também se beneficia das “facilidades” da prostituição. Nota-se, portanto, que ela não se assume enquanto x (garota de programa).

Evidenciando a formação discursiva capitalista, Mônica afirma que é possível ganhar em 20 minutos o que ganharia exercendo um mês de trabalho “honesto”, caracterizando aqui a prostituição como uma prática “positiva”, já que com ela é possível obter retorno financeiro elevado em alguns minutos. Por outro lado, quando ela afirma “as meninas ficam mais na vida do que trabalhando honestamente”, reafirma efeitos negativos, pois, por oposição, a vida fácil seria então desonesta, suscitando na voz de Mônica um dizer dito antes, em outro lugar, que define o que é afirmado sobre a prática e o que as próprias entrevistadas, interpeladas pela ideologia, devem reafirmar. Para o imaginário social, um emprego honesto estaria ligado a uma prática “honrada” e “virtuosa”, logo aquele que segue os preceitos estabelecidos como corretos. Reverberando os sentidos cristalizados sobre a prostituição, a venda do corpo seria “desonesta”, “desonrada” e “viciosa”, o “mau” exemplo que “deve” ser (segundo a moral social) “condenado”.

“Coisa boa”, como apontado por Mônica, pode ser associado, mais uma vez, à formação discursiva capitalista, para a qual o melhor custa mais e, para se obter “coisa boa”, então, é necessário conseguir dinheiro “bem mais fácil”. Além de ganhar dinheiro rápido e “fácil”, a prostituição oferece também flexibilidade no horário de trabalho e autonomia para exercer a atividade quando desejar, ao contrário de profissões que exigem o cumprimento de carga horária específica, sob a pena de desconto salarial se descumprida. Mesmo materializando no discurso a vantagem de ser prostituta, que se ganha em minutos o que se conseguiria com um mês de “trabalho honesto” e que não se quer “ficar trabalhando, limpando o chão dos outros”, ainda assim a permanência na “vida fácil” é negada, bem como a escolha que fizeram, isso porque para a moral convencional a prostituição não é aceita. É a moral estabelecida (e conseqüentemente a memória discursiva e o interdiscurso) que faz Mônica pensar na prostituição como uma prática “ruim”, mas, mesmo ela tentando encobrir e negar isso, a venda do corpo é “boa” para ela, na medida em que ela se beneficia com o dinheiro “fácil”. O lucro, a vantagem econômica, acaba compensando a decaída moral segundo as normas estabelecidas.

Sob a ótica do capitalismo, a prostituição pode ser encarada como algo “bom”, já que elas, enquanto estão vendendo algo e ganhando com isso, podem, então, inserir-se no sistema como consumidoras. Para o funcionamento do capitalismo, seria prejudicial se elas estivessem desempregadas. Ou seja, permite-se, desse modo, que elas entrem no sistema de circulação monetária, fazendo parte da movimentação da economia. Além disso, é “menos um” para reclamar de saúde, desemprego, moradia, etc. Regulamentar a atividade da prostituição como profissão não só implicaria em “integrar” as garotas nas diretrizes jurídicas sociais, mas, mais do que isso, significaria para o Governo arrecadação de impostos, o que, de fato, se tornaria mais um negócio rentável para o Capitalismo.

Assim como Mônica, Ana Paula e Carol também desejam encontrar outra atividade remunerada para deixarem a prostituição:

(SD 51) Pesquisador: Vocês pensam, assim, algum dia parar?

Sim (Ana Paula).

Se Deus quisé... metade desse ano. Antes ainda (Carol).

Pesquisador: Mas daí você pensa em fazê o quê?

Trabalhá (Carol).
 Pesquisador: É? Procurá outra coisa?
Já tamo procurando já (Ana Paula e Carol – grifos nossos).

Ana Paula e Carol afirmam que desejam sair da prostituição em breve e que pretendem trabalhar e já buscam um emprego, assumindo que deixar a prática que exerceram por mais de 10 anos seja simples. A vontade que possuem e a ilusão de parar de se prostituir e encontrar um emprego que possibilite receber um retorno financeiro condizente com a realidade delas parece, assim, mais uma forma de amenizar a vida que levam, fazê-la mais tolerável aos próprios olhos. Se é simples abandonar a prostituição e encontrar outro trabalho, por que isso já não foi feito? Mais uma vez o discurso falha e os sentidos que vêm à tona revelam que elas estão ali porque querem e não porque foram “obrigadas”. Dizer que vão parar, embora não parem, parece ser suficiente para que elas continuem levando a vida que levam, esquecendo-se do tempo que passa, pois elas vão parar, só não sabem precisamente quando isto vai ocorrer. Carol até afirma “Se Deus quisé”: isso parece produzir os efeitos de que talvez seja só Deus que queira que ela deixe a prostituição e não Carol ou, ainda, talvez Deus não queira e aí ela ficará na “vida” até que Ele decida por ela; enquanto isso não ocorre, ela espera no *Porto das Sereias* até que a força divina interceda e a tire da vida que leva; mescla de fatalidade e comodismo se denuncia então.

A educação enquanto prática economicamente rentável permeia as SDs 52 e 53, pois o desejo de fazer um curso técnico, terminar o ensino médio ou realizar cursos profissionalizantes estão mais relacionados à oportunidade e à possibilidade de lucrar com a formação obtida do que efetivamente adquirir conhecimento ou realização pessoal¹⁸.

(SD 52) Ah, **meus planos pro futuro é...** sei lá... De repente eu não curse uma faculdade, porque eu não tenho condições, mas **faze um curso de**

¹⁸ A intenção não é afirmar categoricamente que somente as garotas de programa desejam alcançar retorno financeiro com a educação. Integrantes da dinâmica capitalista, todos, de uma maneira ou de outra, acabam direcionando seus esforços, sejam eles físicos ou intelectuais, para obter, nem que seja, o mínimo retorno financeiro necessário à existência. Apenas salienta-se que a educação é pensada mais como uma forma de se obter dinheiro, pois nas SDs mencionadas parece ser evidente que a educação se relaciona diretamente como um modo possível de deixar a prostituição, sendo este, então, uma outra forma de acúmulo de capital encontrada, além da venda do corpo.

enfermagem, que eu tenho muita vontade de trabalhá na área da saúde, é... terminá meus estudo, que eu parei no primeiro e... sei lá... eu penso assim, meu futuro é isso aí, trabalhá e **consegui o que eu quero** (Mônica – grifos nossos).

(SD 53) **Na verdade, até já to estudando, tem uns curso que eu to fazendo, que se Deus quisé até final do ano eu vou pra Brasília, né? Vou nas academias militares,** to estudando (Duda – grifos nossos).

Nas duas SDs destacadas, a educação é vista como uma alternativa que possibilita a saída da prostituição. Como dito, percebe-se que a busca pelo conhecimento parece não estar diretamente atrelada à satisfação pessoal e à busca por conhecimento, mas sim a uma forma de adquirir retorno financeiro. E, na dinâmica capitalista, elas precisam encontrar uma segunda forma para se manterem no sistema; por isso, se não venderão o corpo, precisam encontrar alternativas que viabilizem uma renda certa. No capitalismo, todos dependem do capital para a própria sobrevivência, mas, no caso das entrevistadas, parece haver a preocupação de manter o padrão já alcançado por elas, caso contrário, elas já teriam deixado a “vida fácil” para realizar atividades com remuneração mais baixa ou mesmo não teriam nem optado pelo comércio do sexo. Como dito, apesar de negarem e “tentarem” esconder a ocorrência, a prostituição é uma opção realizada por elas, em virtude do retorno financeiro que traz. Neste sentido, a educação está diretamente relacionada com o mercado de trabalho; se elas buscam continuação educacional, isto é feito sob a ótica do capitalismo: melhor preparo educacional, logo melhor emprego e melhor remuneração.

Mônica declara na SD 52 que “de repente” “não curse uma faculdade”, porque não tem “condições”: a que condições ela se refere? Alguns efeitos de sentido poderiam ser tecidos: a) se o Estado tem o dever de prover educação a todos, então ela deveria ter condições de ter acesso ao processo educacional, inclusive o ensino superior, mas não há espaço, efetivamente, para qualquer um, tanto que as universidades estaduais e federais utilizam sistemas seletivos eliminatórios. Apaga-se o fato de a educação ser um direito social e um dever do Estado, como é firmado na Constituição de 1988, no Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta

Constituição” (BRASIL, 1988)¹⁹; b) “condições” poderia também remeter à falta de dinheiro para pagar o ensino superior, já que, se o Estado não consegue suprir as necessidades de todos, o recurso particular seria uma opção, mas possui um custo elevado e não ter “condições”, então, seria não poder pagar pelo ensino. Além disso, existe uma memória que associa educação a *status* social e prestígio, sendo restrita a poucos, como afirma Habner (2012, p. 57): “Mas no século XIX, a educação no Brasil permaneceu bastante limitada àqueles que tinham acesso a seus benefícios por conta de ‘berço’ ou posição social”; c) não ter “condições” poderia também estar relacionado à própria marginalização em que vivem. Não que garotas de programa não frequentem o ensino superior, mas parece, pela história e pela memória existente sobre a prostituição, que este não é o lugar delas, já que a educação é comumente relacionada a garotas de “boa conduta”.

Como já mencionado, a educação está atrelada a *status* social e a prestígio. Há um discurso dito em outro lugar sobre a educação que ecoa na memória social: a) estudar já foi, antes com mais intensidade, privilégio de poucos; b) a educação possibilita mobilidade, é uma forma de lutar pela ascensão e inserção social, um modo de diminuir as relações desiguais de classe (por isso, talvez, que ainda não seja tão democrática); c) o somatório da educação e do alto retorno financeiro fazem com que algumas profissões e, conseqüentemente, determinados cursos universitários tenham *status* mais elevado socialmente, como é o caso de cursos relacionados à área da saúde, engenharias e Direito, por exemplo. Tanto que Mônica diz que pretende fazer “um curso de enfermagem”, pois ela tem “muita vontade de trabalhar na área da saúde”. Talvez ela nem tenha afinidade com tal profissão, mas sabe-se pela memória discursiva e pelo interdiscurso, que essa seria uma prática que traria o retorno financeiro desejado por ela. Mônica silencia sobre os anos de estudo e sobre a dedicação necessária para alcançar a graduação desejada, até porque aborda o prestígio de ser um profissional da área da saúde, mas não do preço que se deve pagar para atingir isso.

Poderia ser pensado também que escolher enfermagem esteja, inconscientemente, relacionado com a própria prática exercida. A prostituição expõe as

¹⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em: 25/10/2012.

garotas às DSTs o tempo todo; não será a escolha do curso um ato falho para estudar sobre saúde e continuar sendo garota de programa, sem riscos? A hipótese levantada está associada ao fato de que Mônica poderia ter citado qualquer outro curso, qualquer outra profissão, mas, se justamente escolheu enfermagem, talvez tenham outros sentidos ocultos para o desejo de fazer um curso da área da saúde.

A enfermagem também é a profissão que cuida do corpo e de seus fluídos, que visa suavizar e aliviar as dores do outro, sentidos que se encontram com a prostituição, prática destinada ao alívio da pulsão sexual. Nesse sentido, a opção por enfermagem pode ter relação com uma escolha inconsciente.

Ainda no mesmo prisma de avaliação, Duda afirma que está estudando e que pretende fazer parte das academias militares, novamente associando a profissão a um *status* elevado, que é seguido de alta remuneração. O objetivo delas não é outra coisa senão a conquista de dinheiro. A cultura e a educação são vistos, portanto, como um bem de consumo e um negócio no qual investir nisso se relacionaria com o retorno que o conhecimento pode dar. Não se venderia sexo, mas conhecimento, o que é aceitável socialmente. Dentre os efeitos de sentido que essa escolha possa suscitar, Duda passa de transgressora a controladora da moral, ela passa a ser a guardiã da moral e dos bons costumes, sendo este um poder instituído socialmente.

Duda, diferentemente das outras, afirma estar iniciando o plano de deixar o *Porto das Sereias*, até porque a idade (mais que 30 anos) força as garotas a procurarem uma alternativa de renda, como é dito por Carol:

(SD 54) **Aqui vai até os 30**, tem mulher que tem 32, 35 anos e tá aqui dentro, mas é A mulher... como **tem umas que chegou nos 30 a casa não aceita mais** (Carol – grifos nossos).

Ser “A mulher”, uma “mulher boa” (no sentido de “boazuda” e não de “boazinha”), é aqui apresentado como requisito para continuar na casa depois de certa idade. Com a idade avançada, e justamente por isso, pelo tempo que passa, é que elas precisam encontrar ou dizer a si mesmas que estão procurando as portas de entrada para outra profissão. Duda efetivamente afirma que está se preparando para deixar as casas que frequenta, mas as demais parecem estar dizendo somente a si próprias que sairão ou quando Deus quiser.

Dentre as opções para deixar a prostituição, o casamento é, se não a mais importante, mais uma das alternativas. O matrimônio parece garantir uma saída “digna”, já que elas deixam de vez a imagem de mulher de vida fácil, promíscua e transgressora e passam à condição de mulheres respeitáveis, dignas e virtuosas. O casamento é o laço que as redime frente à sociedade, pois, com o matrimônio, a mulher (sendo ela prostituta ou não) passa a ocupar outra posição, a de esposa, e, por consequência, tudo o que a formação discursiva impõe, espera e traz como injunção.

Pode-se perceber nas SDs que o casamento é mais que uma alternativa para deixar a prostituição; ele é a realização pessoal das entrevistadas. Fruto de uma memória fortemente construída, o enlace matrimonial suscita efeitos de sentido positivos, como credibilidade e virtuosidade do casal, estabilidade econômica e social, formação de família, ter filhos e a legitimação do relacionamento sexual. Por isso, pelo fato de ser encarado positivamente pela sociedade, o matrimônio passa a ser um desejo a ser alcançado:

(SD 14) **E graças a Deus eu até tenho um japonês** aí, que **ele nem sabe do que eu faço**, mas ele é uma pessoa, assim, que me ensina e eu posso dizê, assim, que **eu tenho um porto seguro**, e é ele. **É meu namorado**, mora em Foz do Iguaçu, **qué casá comigo** (Duda – grifos nossos).

Na SD 14, o homem com quem Duda mantém um relacionamento “sério” e duradouro é considerado por ela como seu “Porto seguro” e é quem deseja se casar com ela, podendo, então, tirá-la do *Porto das Sereias*. Entretanto, o namorado de Duda desconhece a atividade que ela faz para ganhar dinheiro e, talvez, por isso ele aceite manter o relacionamento. Isto faz pensar que, se ele soubesse das práticas de Duda, talvez não teria aceitado namorar com ela ou pedi-la em casamento, porque há no imaginário social uma diferenciação entre as mulheres para se casar e as outras destinadas apenas à diversão:

O prazer é a única coisa que a cortesã pode dar; a concubina pode proporcionar, além disso, as satisfações da existência cotidiana; **mas somente a esposa pode exercer certa função pertinente ao seu próprio status: dar filhos legítimos e garantir a continuidade da instituição familiar** (FOUCAULT, 1984, p. 134 – grifos nossos).

A distinção entre os papéis de mulher digna para o casamento e de meretriz faz parte da memória social. Se Duda contasse ao seu namorado sobre a vida que leva, ela poderia ser aceita por ele, independentemente do que faz, ou ele a renegaria e, com isso, mais uma porta para deixar a vida “fácil” se fecharia. Se Duda prefere a omissão é porque um discurso dito antes e em outro lugar repete um discurso machista, imerso num sistema ideológico que se revela contra a aceitação da prostituta como esposa e como “rainha do lar”. É o ecoar desse discurso que faz com que Duda esconda a prática que exerce não só do namorado, mas dos filhos e do ex-marido.

Duda inclusive agradece a Deus (terá sido uma graça alcançada?) por ter alguém que possa tirá-la da prostituição; por isso, ela não poderia se arriscar a perder essa chance. Aliás, Duda não só pretende começar uma nova vida, deixando os “erros” para trás, passando a ocupar o lugar de esposa digna e respeitável perante a sociedade, como também deseja que seu futuro marido a veja dessa forma: uma mulher “direita” e virtuosa, digna de tomar conta do lar e de educar os filhos:

Os advogados da moral e dos ‘bons costumes’ lembravam-nas sempre de que, embora as personagens femininas ousadas das telas ou dos romances causem impressão, **apenas as ‘mulheres boas e puras’ estão destinadas ao casamento. As que fogem do modelo – as ‘descaradas’, as ‘escandalosas’, as ‘mundanas’** (afeitas à gandaia) e as ‘artificiais’ (que recorrem a cosméticos e demais artimanhas para iludir os homens) -, **diziam, são mulheres descartáveis** (PINSKY, 2012, p. 478).

A distinção discursiva entre as boas (destinadas ao casamento e aos cuidados domésticos) e as más mulheres (“usadas” apenas para momentos de prazer e diversão) acaba suscitando práticas e comportamentos considerados adequados para uma (boa) e atitudes inoportunas para outra (má):

(SD 55) **A noite acaba com a mulher e também não é uma coisa assim que você possa arrumar um bom casamento**, porque **hoje em dia tem muito preconceito**, né? Então, por isso eu não quero ficar não assim, **não tenho vontade de ficar nessa vida pra sempre** (Mônica – grifos nossos).

Mônica reproduz o mesmo discurso que distingue a boa da má mulher, evidenciando que, na condição de má (garota de programa), ela não poderia encontrar um “bom casamento”, principalmente estando na “noite”. Se o objetivo de Mônica é encontrar um homem “legal” para casar, não será na “noite”, afirma, que irá encontrá-lo,

até porque as pessoas têm “muito preconceito”. Tal preconceito evidenciado por Mônica está atrelado ao discurso cristalizado sobre a mulher ideal: “Filha obediente, esposa submissa, mãe dedicada, é temente a Deus, virtuosa e recatada. E não faz nada que comprometa essa reputação” (PINSKY, 2012, p. 472). Na “noite”, Mônica estava exposta para que pensassem justamente o contrário: desobediente, viciosa e subversiva. Além disso, o imaginário faz pensar que os homens que procuram por mulheres em boates não estão interessados, a princípio, em encontrar uma esposa. A mulher destinada ao casamento, a “moça de família” e a prostituta ocupam espaços diferenciados; por isso Mônica não acha que estando na “noite” algum homem desejasse casar-se com ela, mesmo sabendo da atividade que exerce para ganhar dinheiro.

A “noite” acaba com a mulher em que sentido? Essa afirmação de Mônica poderia estar relacionada com a prática da venda de sexo durante todo o período noturno, somado ao uso de bebidas alcoólicas (talvez) que a deixam “cansada” e “acabada”, considerando ser esse um ritmo frequente ou ainda a “noite”, no sentido mesmo da prostituição, acabar com os valores sociais relacionados à mulher, rebaixando-a moralmente, estigmatizando-a.

O desejo de casar, mas ao mesmo tempo saber que a prostituição é um empecilho para se alcançar isso, também se reverbera na SD 56:

(SD 56) **Casá, todas nós qué.** Tipo assim, **por isso que nós trabalha em Cascavel, nós moramos em Toledo. Casá todas nós qué, ter uma família,** todas nós qué, **mas pra quem sabe, nunca que um home daqui de Cascavel vai quere casá com nós, como que ele vai querê anda no shopping, no mercado, pegá a nossa mão? Não existe o homem que vai fazê isso. Entende? Ou você tem certeza que... ou você para com tudo e vai trabalhá, primeiro mostra que você mudou pra você ter alguém ou você vai ficar sozinha. Entre os dois eu prefiro fica sozinha. Não quero mais casá, não quero mais home, não quero mesmo** (Carol – grifos nossos).

Carol e Ana Paula buscam, assim como Duda e Mônica, esconder que se prostituem, principalmente quando procuram um companheiro. Há uma separação bastante distinta entre a casa (localizada na cidade de Toledo) e a “rua”, (no caso, o *Porto das Sereias*, um dos locais em que se prostituem); mesmo que elas transitem entre os dois espaços, ninguém pode conhecer a relação que existe entre os dois ambientes. Muitas vezes, para que as entrevistadas consigam esconder da família, dos

amigos e dos filhos que são garotas de programa, é necessário vender o corpo longe da morada, longe dos olhos de quem pode, eventualmente, reconhecê-las na noite. São as sombras, não só da noite, mas do não visível, que garantem a elas o anonimato, isentando os filhos de serem chamados de filhos da puta. Esconder-se é uma proteção. Por isso, é que se vem afirmando que as justificativas apresentadas não redimem, pois, se redimissem, elas não precisariam silenciar aonde vão e o que fazem.

Elas precisam omitir que vendem sexo por dinheiro, pois, para se casar segundo os preceitos das instituições, é necessário apresentar-se “correta”, “digna” e ser fiel, características consideradas pelo imaginário ausente numa prostituta. Casar, passear no shopping, no mercado e pegar na mão corresponde à descrição romântica de um casal. Entretanto, para as entrevistadas, apesar do “sonho”, essa não é a realidade de que compartilham, pois, se um homem as assumisse como esposa, mesmo sabendo que se trata de uma garota de programa, a dignidade desta poderia ser contestada a qualquer momento, entrando em jogo, inclusive a fidelidade feminina. Além disso, a própria reputação masculina poderia ser ameaçada a qualquer momento por outros homens, é por conta desses sentidos pré-existentes que Carol afirma que “nunca que um home daqui de Cascavel vai quere casá com nós” e que “Não existe o homem que vai fazê isso”.

Segundo Carol, se o homem souber que a futura esposa se prostitui, ele “nunca” aceitará casar-se com ela ou ainda “não existe homem” que aceitará tal condição. A alternativa que possibilite que isso ocorra é a redenção social da mulher, se for possível, para que possa ser aceita. Para a redenção funcionar, é necessário, então, arrepender-se dos “pecados” e provar à sociedade que elas estão arrependidas; e mesmo assim sempre existiria o risco do reconhecimento e do estigma que pesa sobre a atividade. Mas, a partir disso, elas podem buscar a união matrimonial. Segundo Carol, é preciso parar com “tudo” e trabalhar (em uma profissão reconhecida socialmente como digna), mostrar que “mudou” primeiro e, depois, buscar alguém para casar. Caso contrário, elas ficarão sozinhas. Apresentar-se como arrependida dos “erros” cometidos reafirma os sentidos negativos sobre a prostituição, sendo necessário “mudar”, deixar de ser promiscua para ser recatada e só assim se torna possível adentrar ao universo

do casamento sem maiores problemas ou, então, esconder e renegar o passado ao futuro marido. Se não fizer isso, segundo Carol, a mulher corre o risco de ficar sozinha.

Novamente, a ocorrência da denegação ocorre, permeando a SD 56. Assim, o que é negado por Carol, pode suscitar uma afirmação. A entrevistada no início da SD quer casar (anseio compartilhado por todas as entrevistadas), mas finaliza afirmando que **não** quer mais casar, **não** quer mais homem, **não** quer mesmo. Além do efeito contraditório instaurado no recorte enunciativo, a negação evidencia, então, o que Carol deseja, de fato; porém o efeito denegativo busca esconder isso, talvez porque seja mais fácil negar o desejo do que buscar realizá-lo ou enfrentar a realidade que vive e as possibilidades que, de fato, poderia buscar.

Atenta-se para o fato de o homem parecer ser sempre a resolução para o problema e a porta de saída da prostituição (embora ele a mantenha, o que já é uma contradição). Apesar de sua presença ser silenciada nas SDs, existe uma determinada dependência da figura masculina para as entrevistadas: seja como cliente, necessário para a realização delas enquanto garotas de programa; seja como o “sonho” de encontrar a outra metade, constituir família e, quem sabe, até depender desse marido para o sustento. A própria sujeição da mulher ao casamento evidencia a sua dependência do relacionamento amoroso²⁰. Até mesmo a liberdade sexual das garotas de programa estaria relacionada à satisfação do cliente e não delas.

A mulher está sujeita ao casamento, tanto que, no interdiscurso, há um dizer sobre a distinção entre as mulheres casadas e as solteiras de idades avançadas. A mulher só poderia encontrar a felicidade plena se efetivasse o laço matrimonial e tivesse filhos. E isso até as impulsionava a terem uma união matrimonial forçada, para não morrerem solteiras, e a lógica do ditado popular seria o inverso: “antes mal acompanhadas do que sozinhas”:

‘Solteirona’ era estigma, sinal de fracasso e esquisitice num tempo em que o casamento era garantia da ordem social e o destino dourado de toda mulher. **A expressão designava a que ‘passou da idade’ de se casar. A não moça que perdera a oportunidade de constituir sua própria família com filhos e**

²⁰ Mais uma vez não se quer generalizar afirmando que só a mulher depende do homem. A sociedade é organizada em grupos, por isso existe uma certa dependência entre homens e mulheres, seja de ordem familiar, amorosa ou ainda relações de amizade. Mas se percebe nas SDs que a felicidade e a realização pessoal das garotas de programa está atrelada ao ato matrimonial, justamente por existir no interdiscurso um dizer que fala antes, em outro lugar, sobre o que se espera socialmente da mulher.

corria o risco de tornar-se um peso para os parentes já era chamada assim, para desespero das jovencinhas que desde sempre temiam a solidão, mas também se preocupavam com seu futuro econômico na falta de um homem que as sustentassem (PINSKY, 2012, p. 490).

Os sentidos de “solteirona” ou “ficou para titia” ainda estão vivos e permeiam a formação discursiva feminina, fazendo com que as mulheres busquem como escapatória o casamento como um objetivo a ser alcançado. Tais sentidos que parecem estar distantes da dinâmica social atual, na verdade reverberam na fala das entrevistadas, tanto que **todas** afirmam que querem se casar, que o casamento é um “sonho”. Mesmo sendo **todas** divorciadas e saberem que relacionamentos são difíceis e que o matrimônio não é tão romântico, assim mesmo elas pretendem (ou dizem que pretendem) efetivar o enlace amoroso. O que impera é a necessidade culturalmente construída de casar-se, constituir família e ter filhos e, subjazendo a tudo, o amor romântico.

O que se percebe é que as entrevistadas possuem um histórico não tão “bom” com o casamento, já que todas são divorciadas e, pela lógica religiosa e social, o casamento deveria durar “até que a morte” separe quem “Deus uniu”. Sendo assim, apesar de o casamento não ser mais um desconhecido e apesar de terem passado pelas dificuldades que todo relacionamento tem (e que o amor burguês apaga), ainda assim buscam o matrimônio, para a realização pessoal, como objetivo de vida, como forma de deixar a vida que levam ou ainda todas as opções anteriores. A ideologia funciona tão bem que, mesmo sabendo que o casamento pode falhar, elas ainda creem no matrimônio como a salvação, numa incessante busca pelo príncipe encantado.

Talvez o casamento nem seja tão idealizado e nem tão necessário assim, mas afirmar que deseja o enlace matrimonial pode significar que elas dizem o que o outro quer ouvir, quando querem, na verdade, continuar sendo garotas de programa (mesmo que não possam admitir isso, e aí impera a contradição).

Se até o século XVIII a união matrimonial era efetivada pensando, principalmente, nas relações econômicas, a partir desse período as diretrizes do amor romântico fez-se mais presente na dinâmica social:

O amor romântico, pelo menos em termos ideais, **ganhou maior relevância dentro do casamento reconhecido pelo Estado e pela Igreja**. O próprio

discurso de médicos e higienistas (inspirados em ideias já consagradas na Europa) chegava a criticar a separação entre ‘sexo e amor’, advogando a integração de ambos no matrimônio como a forma mais saudável e moralmente recomendável de relacionamento (SCOTT, 2012, p. 17 – grifos nossos).

O casamento é idealizado e romantizado pelas garotas entrevistadas, sendo ele encarado por elas não somente uma forma de deixar a boate, mas um “sonho” que desejam que se torne realidade:

(SD 57) Pesquisador: E vocês pensam em casar?
Ah, **é meu sonho** (Carol – grifos nossos).

O que chama a atenção na SD 57 é o fato de Carol já ter sido casada e ter três filhos de relações diferentes²¹ e, ainda assim, desejar o casamento como uma idealização romântica. Os problemas encontrados com os maridos anteriores e as dificuldades sentidas por ela são apagados em busca novamente de um enlace; quem sabe, desta vez duradouro, desejando que o “felizes para sempre” se efetive.

Talvez elas tenham encontrado somente sapos até agora, mas desejam que o príncipe encantado apareça para tirá-las da situação em que vivem. O casamento é a salvação “mágica” que elas precisam, pois além de, finalmente, realizarem o sonho de suas vidas, como pontua Carol, ainda se tornarão esposas dignas, longe de qualquer suspeita. Com a aliança na mão esquerda, elas deixam de estar à margem e passam a fazer parte da trama social, exercendo, efetivamente, o que era desenhado como natural para a mulher:

Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que **as mulheres eram, ‘por natureza’, destinadas ao casamento e à maternidade**. Considerado parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável. **A família era tida como central na vida das mulheres** e referência principal de sua identidade: uma moça solteira era, sobretudo, ‘a filha’, uma senhora casada, ‘a esposa’. **A dedicação ao lar**, decorrência óbvia e inescapável, **fazia do papel de ‘dona de casa’ parte integrante das atribuições naturais da mulher** (PINSKY, 2012, p. 471).

Ser esposa, dona de casa e mãe são, ainda, sentidos que ecoam sobre a mulher, evidenciando que tais posições são ocupadas com naturalidade. De fato, o

²¹ O fato de Carol ter tido três filhos de relações diferentes é ressaltada para mostrar que mesmo tendo tentado encontrar o “príncipe” ou buscando no casamento sua “salvação”, ainda assim ela continua desejando o enlace amoroso.

matrimônio, talvez mais fortemente idealizado pela mulher do que pelo homem, é, para muitas, o destino inegável. Ana Paula já foi casada duas vezes e, como as demais, deseja também se casar novamente. Com Mônica, esse desejo se repete:

(SD 58) Com certeza. **Se eu arrumá uma pessoa legal**, que até hoje, depois que eu me separei, eu não arrumei uma pessoa legal. **Meu ex-marido me traiu com outra**, me trocou por outra, mas eu também não levo isso em consideração, tipo, **hoje eu já perdoei, mas se eu conhecesse uma pessoa legal eu caso sim, não porque ele fez isso que o outro vai fazer**. Eu só não pretendo ter mais filhos, entendeu? **Mas casar e ter um futuro com o marido, com uma pessoa que goste de mim de verdade, que possa me dar uma vida estável, sim** (Mônica – grifos nossos).

Encontrar uma “pessoa legal” evidencia o desejo de encontrar o homem idealizado, alguém que goste dela de “verdade”, que possa “dar uma vida estável”. Como dito antes, mesmo apesar das dificuldades já constatadas e encontradas em relacionamentos anteriores, como mesmo expõe Mônica ao relatar que seu ex-marido a “traiu com outra”, a “trocou por outra”, ainda assim ela pretende se unir a outro homem ou, ainda, encontrar o príncipe.

A traição do marido é encarada com certa naturalidade por Mônica, inclusive, porque ela afirma que já perdoou o ex-marido. Há um imaginário acerca da sexualidade masculina, taxando o homem de possuir mais desejo sexual do que a mulher. A sexualidade considerada quase impulsiva do homem é perpetuada por uma memória que considera natural que os homens tenham fora do casamento as concubinas e que visitem as casas de meretrício. Tanto que as boates recebem não só homens solteiros, mas casados também. Assim, parece ser “entendível” para Mônica que seu ex-marido a tenha traído.

Mônica pretende “se casar e ter um futuro com o marido”, o que faz pensar que, sem o marido, então, ela não teria futuro? O marido, então, parece estar associado à figura historicamente construída do provedor, que pode subsidiar os custos de esposa e filhos, conduzindo-os para o “futuro”, ou seja, “cuidando” para que a família avance e cresça: sem ele isso não seria possível. A “vida estável” a que Mônica se refere pode estar ligada tanto ao relacionamento estável, duradouro, com um homem apenas, como também à questão financeira, já que a estabilidade econômica viria com o casamento.

Como já dito anteriormente, a mulher (esposa, virtuosa) é constituída por oposição à prostituta (devassa, imoral) e, por isso, esses dois lugares dificilmente são ocupados por uma mesma mulher; até poderiam, mas não dentro do lugar ideal construído e exigido socialmente. No caso das entrevistadas, nenhuma delas se prostituía enquanto estava casada:

(SD 59) Pesquisador: Você já foi casada?

Eu já casei. (Ana Paula)

Eu já também. (Carol)

Pesquisador: E você ficou quanto tempo casada?

O primeiro, 2. 2 anos e pouquinho. O segundo 5. (Ana Paula)

Pesquisador: Foi um bom tempo, né?

Bom tempo. **Então, eu não trabalhei a minha vida inteira tipo nessa noite, então eu fiquei...** (Ana Paula)

Sempre teve um intervalo... (Carol)

Pesquisador: Na época, então, que você ficou casada, você parou?

Cinco anos. Faz dois anos que eu voltei. (Ana Paula)

Pesquisador: E nos dois anos do primeiro casamento também?

Não, não trabalhava também. (Ana Paula)

Pesquisador: E você também?

Eu fui casada seis anos com o pai da minha primeira filha... (Carol)

Mas antes de vim pra noite, né? (Ana Paula)

(Ana Paula e Carol – grifos nossos).

(SD 60) É... **fiquei casada, sem nada, trabalhava de diarista, trabalhava de empregada doméstica**, aí foi onde que não deu certo, era um cara muito vagabundo, chave de cadeia. **Separei dele, voltei pra noite**, fiquei muito tempo. Aí casei de novo, fiquei dois meses... (Risos) e separei, que eu tenho minha última filha (Carol – grifos nossos).

Nas SD 59 e 60, no diálogo entre pesquisador, Ana Paula e Carol, as entrevistadas evidenciam e buscam reforçar que, quando estavam casadas, não trabalharam “na noite”, o que demonstra que, aparentemente, seguiram os valores cristãos e sociais que regem a esfera familiar. Uma esposa, segundo os preceitos morais e religiosos, deve ser fiel a seu marido: “Por um lado, as mulheres, enquanto esposas, são de fato circunscritas por seu *status* jurídico e social; **toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo**” (FOUCAULT, 1984, p. 131 – grifos nossos). Assim, a mulher, enquanto esposa, não poderia ser também a garota de programa que vende sexo a quantos homens desejar. O que se nota é que o homem possui maior liberdade sexual, encarado, muitas vezes, como natural que ele busque relações extraconjugais, apesar de a fidelidade ser garantida por Lei e defendida religiosamente.

O casamento é uma instituição estabelecida não apenas pela sociedade, mas também legitimada pelo discurso religioso, tanto que os preceitos jurídicos que regem a instituição familiar aceita a consagração do matrimônio durante a cerimônia religiosa. Segundo o Art. 226 da Constituição de 1988, “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e “§ 2º - O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei” (BRASIL, 1988)²². O casamento é visto como uma instituição sagrada e os preceitos jurídicos ancoram tais valores.

A fidelidade entre o casal é um dever institucionalizado por lei. Para o Código Civil de 2002, segundo o Art. 1.566. “São deveres de ambos os cônjuges: I - fidelidade recíproca; [...] e] V - respeito e consideração mútuos”. Tem-se que o discurso jurídico também suscita sentidos de ordem imperativa, que regem comportamentos e condutas dos sujeitos sociais. Por isso, o não envolvimento das garotas de programa com o comércio do sexo, quando foram esposas, pode também estar atrelado à imposição jurídica. Tanto que o não cumprimento de tais diretrizes pode suscitar a separação do casal, como mostra o Art. 1.573: “Podem caracterizar a impossibilidade da comunhão de vida a ocorrência de algum dos seguintes motivos: I - adultério; [...]VI - conduta desonrosa” (BRASIL, 2002)²³. É o que é afirmado por Izilda e Borelli (2012, p. 131):

O *status* familiar e cívico da mulher casada lhe impõe as regras de uma conduta que é a de uma prática sexual estritamente conjugal. Não é que a virtude seja inútil às mulheres, longe disso; mas sua *sophrosune* [honestidade] tem por função garantir que elas saberão respeitar, por vontade e razão, as regras que lhes são impostas.

O casamento não só diz às mulheres que elas precisam respeitar e serem fieis a seus maridos, como também perpetua a necessidade de o sexo estar atrelado ao amor (romântico). Tanto que, para Carol, o amor é destinado ao parceiro fixo; no aluguel no corpo, não há envolvimento amoroso:

(SD 61) **Porque a gente tá aqui pra trabalhá,** é um serviço, **é totalmente diferente de fazê amor com um homem,** não tem nada a ver. Eu memo **faz dois mês que não sei o que é um homi.** Veja, eu não sei mais o que é (Carol – grifos nossos).

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm acesso em: 25/10/2012.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm acesso em: 25/10/2012.

A prostituição, apesar de não ser legitimada enquanto profissão, é tida por Carol como um serviço; e com profissionalismo ela não poderia sentir amor. Inclusive, até mesmo se sentem prazer com os clientes, isso é silenciado. As garotas de programa estão à disposição para que seus clientes sintam prazer e realizem fantasias; elas não poderiam afirmar sentir prazer, pois estariam declarando que gostam do que fazem. Segundo Carol, faz dois meses que ela não sabe “o que é um homi”; isso não significa que ela não teve relações sexuais, mas sim que não manteve relações com homens porque desejava, porque tinha vontade ou prazer. Afirmar que não sente prazer pode suscitar que Carol busca passar a imagem de “boa” moça, comprovando que ela faz o que faz por obrigação e não porque gosta. Dizer que sente prazer seria declarar que ela sente satisfação de vender sexo e isso não poderia ser dito.

Salienta-se que todas as alternativas que possibilitam deixar a venda do corpo apontadas pelas entrevistadas são consideradas moralmente corretas. É como se outros empregos, estudos e casamento fossem formas de levá-las à redenção de seus pecados. E também, lembrando as relações imaginárias e as condições de produção do discurso, elas não poderiam dizer que, para deixar a prostituição, se tornariam traficantes ou ladras; o que se quer dizer, é que ainda dentro do discurso politicamente correto e da imagem que elas procuram suscitar no interlocutor, as entrevistadas buscam enfatizar que estão dentro da moral delineada como “certa” e que, então, apesar de seguir por um caminho “torto”, elas buscam escrever certo seu destino.

Elas estão à margem, mas buscam, incessantemente, retornar ao caminho dos “tijolos amarelos”, seja pela afirmação de ocuparem outros lugares, como o materno, por exemplo, engrandecendo esse e diminuindo a ênfase dada ao fato de serem prostitutas, seja pelas possibilidades encontradas (recolocação no mercado de trabalho, educação e casamento) de voltar a ser consideradas “corretas”, “virtuosas”. Defendem tanto o lugar de mãe que ocupam e o lugar de esposa que pretendem ocupar, tornando-se dignas e respeitadas, que até podem ser x (garotas de programa), mas buscam o y (esposas, ocupar outra profissão) como forma de “salvação”.

Em alguns momentos, a impressão que se tem é que as alternativas (praticamente todas apontam as três formas possíveis de deixar a prostituição:

educação, outro emprego e o casamento) não são efetivamente caminhos certos e prováveis; são miragens idealizadas por elas desde que entraram para a “vida fácil”. É a esperança de um dia deixar a venda de sexo que as conforta no passar dos anos, mas, por outro lado, as facilidades da vida que levam parecem fazê-las permanecer no meretrício.

Dizem que querem y (casar, encontrar outro emprego, estudar), mas fazem e continuam fazendo x (vendendo sexo): contradição que se resolve com a afirmação e que fazem o que fazem porque gostam do que fazem? Eis a grande incógnita que permanece. E se continuam fazendo o que fazem porque gostam (eis uma hipótese interessante), a fratura do seu discurso provém do fato de não poderem admitir que sentem prazer com o que fazem, obrigando-se a buscar razões e justificativas para a prostituição, mas que são explicações que mais as enredam numa teia sem saída que cria um discurso paradoxal e contraditório. O que elas buscam é amenizar a “culpa” imposta a elas com desculpas que sensibilizam, mas não as eximem de estarem no *Porto das Sereias* por opção e porque, no fundo, fizeram essa escolha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 62 SDs selecionadas para esta pesquisa mostram um discurso contraditório, truncado, dividido e, por vezes, difícil de ser compreendido. Lidar com a sexualidade não é fácil e mais difícil ainda é lidar com o discurso sobre o sexo marginal. Para Foucault, como já mencionado na página 74, “as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política”. As garotas de programa deste trabalho não só evidenciam um discurso contraditório, como também se mostram mulheres divididas, que ocupam lugares opostos na sociedade e, para lidar com a contradição em que vivem, precisam justificar-se, desculpar-se e isentar-se da “culpa”, que sentem por serem mães e venderem o corpo para sustentarem os filhos, por serem ex-esposas que passaram do “sexo civil” para a venda de sexo, por serem filhas que precisam esconder da família o que realmente fazem para ganhar dinheiro. Ora estão à margem, ora fazem parte da dinâmica social, ainda que não plenamente. O que as garotas do *Porto das Sereias* vivem é tão contraditório que mesmo elas se confundem:

(SD 62) **Eu acho que eu não to fazendo nada errado**, to vendendo meu corpo, **mas tipo não é certo, mas também não to fazendo nada errado** (Mônica – grifos nossos).

A ideologia, o interdiscurso, a memória discursiva e as condições de produção são tão imperativas que os sujeitos se dizem a partir do que é dito sobre eles. No decorrer do trabalho, é possível observar na materialidade linguística que as entrevistadas reproduzem a moral vigente, condenando as próprias práticas e repetindo o que é dito sobre a prostituição.

No começo da pesquisa, buscava-se levantar diferentes histórias sobre a prostituição, com o intuito de descortinar um pouquinho sobre um assunto que não circula livremente em qualquer rodinha de diálogo. Assim, o que pareceu ser no início relatos distintos, no fio do discurso, mostrou-se repetitivo; o mais do mesmo ecoou nos discursos coletados; vê-se a memória sobre a prostituição dita em outro lugar se perpetuando. As mesmas justificativas para a entrada na vida “fácil”, o mesmo

encobrimento (consciente e inconsciente) de afirmarem quem elas são, as mesmas alternativas para deixar a venda de sexo permeiam as SDs, reafirmando o discurso cristalizado sobre a prática.

As entrevistadas não querem ser vistas como garotas de programa, apesar das condições de produção do discurso ocorrerem dentro de uma casa noturna, onde elas, inclusive, se preparavam para exercer a atividade rotineira. Ainda assim, elas negam ser x (“puta”, garota de programa) e reposicionam os efeitos de sentido para outros lugares, afirmando serem y (mãe, “menina de família”, ex-esposas, futuras esposas, amigas ingênuas, desempregadas, peças do destino, etc.). Elas se apresentam como mocinhas da história e buscam no outro os culpados por levarem a vida que levam. São sempre y e o x só é admitido, quando se apresentam como vítimas ou quando elas julgam melhor ser x do que y, como ocorre no capítulo 4 (“Olho no espelho e só vejo o outro: no fio da navalha”). Nesse momento da pesquisa, elas só afirmam que são x (garotas de programa) porque não podem/devem admitir que são y (mulheres que vendem sexo porque gostam ou mulheres que “dão” sexo de graça), pois, se são x (garotas de programa), há uma série de justificativas defendidas por elas que respaldam (ou não) o meretrício, mas gostar de sexo e fornecer sexo grátis não possuiria nenhuma justificativa como defesa.

Durante todo o trabalho, ou elas são “boas moças” (Capítulo 3 “Os fins justificam os meios: a culpa é do mundo”) ou se apropriam do discurso de “boas moças” (Capítulo 4 “Olho no espelho e só vejo o outro: no fio da navalha”) ou desejam ser “boas moças” (Capítulo 5 “Saída do *Porto das Sereias*: em busca do porto seguro”). Ser prostituta, defender a prostituição ou desejar permanecer na vida “fácil” não é o que elas mostram desejar (ainda que o discurso falhe o mostre o contrário).

Sob a ilusão de dominarem o discurso, crentes que a língua é objetiva e que os ditos não dizem mais do que é pronunciado, as entrevistadas buscam várias razões (algumas até comoventes) para justificar porque estão na vida “fácil” e não em qualquer outro lugar. Mas sendo, pelo contrário, o discurso opaco e heterogêneo, percebe-se que as desculpas apresentadas, na verdade, não as redime, pois, se as desculpasse do “fardo” que carregam, não precisariam esconder dos filhos, amigos e familiares o que fazem, não precisariam mudar continuamente de cidade, não precisariam viver na

“noite”. Mas, em contrapartida, a prostituição permite a circulação das garotas na ordem do desejo e talvez por isso mesmo ela se reafirme na história.

Além disso, a prostituição é defendida pelas entrevistadas como uma forma passageira de ganhar a vida. Como mostrado, a venda do corpo não é encarada por elas como uma prática louvável, é “errada”, mas elas mostram estar pensando em alternativas consideradas moralmente “corretas” para deixar a vida que levam; são saídas que as levarão para a redenção de seus pecados. Uma vez fora da prostituição, elas passariam a ocupar outros lugares, lugares esses idealizados e defendidos por elas: mãe, esposa, filha “digna”, “estudante”, profissional em uma função aceitável socialmente. Nas SDs, reverbera a repetição do discurso moralmente correto; elas desejam (re)(in)gressar em uma vida que consideram ideal. O contrário não poderia ser dito. Dizer que pretendem continuar na prostituição (mesmo que essa talvez seja a vontade delas, embora poderia até ser uma vontade do inconsciente) seria arcar com as consequências desse enunciado, pois a prostituta, como se viu no início do trabalho, até é aceitável pela sociedade que precisa dela para o equilíbrio social, mas desde que elas continuem à margem. Assumir que gosta do que faz, que acha “certo”, que sente prazer e que deseja vender sexo para o resto da vida é fazer repercutir efeitos contrários ao que esperaria a moral estabelecida.

Questiona-se se essas alternativas anunciadas por elas como portas de saída são efetivamente saídas ou se são apenas caminhos incertos, imagináveis como viáveis, sonhos que lhes possibilite continuar na vida que levam sob a esperança de um dia deixar o que fazem. Não serão essas alternativas apenas esperanças que amenizam o passar dos anos, pois, caso fosse tão fácil deixar a prostituição e seguir os caminhos apontados por elas, porque as sereias desse porto sem mar permanecem vendendo sexo há mais de 10 anos? A promessa de deixar a casa não parece efetivar-se:

(SD 51) Pesquisador: Vocês pensam assim algum dia para?

(Ana Paula) Sim.

(Carol) **Se Deus quisé... metade desse ano. Antes ainda** (Ana Paula e Carol – grifos nossos).

Ou, talvez não queiram deixar o meretrício, já que, como evidenciado no decorrer do trabalho, não receberiam em outro trabalho o que conseguem em uma noite; assim abrir as portas da saída é adiado ano após ano.

E mais uma contradição é levantada diante de todo o *corpus* analisado: elas se dizem y, querem ser y, mas, apesar disso, continuam sendo x por muitos anos. Será que elas não gostam do que fazem? E aí entraria também a própria manifestação do inconsciente encontrando na prostituição uma forma de saciar o prazer e o desejo moralmente cerceados. Escolher (embora afirmem serem obrigadas) permanecer no meretrício (embora digam ser uma condição temporária) e afirmar que não sentem prazer (embora não seja algo que se possa controlar) talvez sejam formas de esconder o que realmente querem dizer, mas que não podem e não devem se afirmar. Elas não podem admitir que gostam do que fazem e que querem fazer o que fazem (talvez, então, o recalque do inconsciente). Na posição de entrevistadas, elas se colocam no lugar de quem deve buscar razões que justifiquem a entrada, a permanência e que adiem a saída. Mônica, Carol, Ana Paula e Duda tecem teias contraditórias sobre a prática, se encontram nos nós formados por esses fios e se enredam no discurso milenar dito e repetido.

Para finalizar, tem-se claro que esta pesquisa é um recorte, um olhar sobre as SDs que tanto dizem e que a partir delas tantos outros sentidos ecoam. O que se deixa são algumas considerações sobre esse discurso do entremeio, que suscita tantos sentidos, por vezes, quase imagináveis.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Hans Christian. *Contos de Andersen*. 7.ed. trad. Guttorm Hanssen. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ASH, William. **Marxismo e moral**. trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- BOTELHO, Stella Maris Nogueira. **Prostituição de adolescentes**: uma imagem construída na adversidade da sociedade. 2003. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-18052004-093306/>>. Acesso em: 26/06/2012.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. **Código Civil de 1916**, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm#art1806> acesso em: 13/11/2012
- BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. (1940). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> acesso em: 13/11/2012.
- BRASIL. **Código Civil 2002** — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. 342 p. — (Série fontes de referência. Legislação ; n. 43). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> acesso em: 25/10/2012.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Estatuto da criança e do adolescente : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> acesso em: 25/10/2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> acesso em: 25/10/2012.
- BRUNEL, Pierre (org). **Dicionário de mitos literários**. trad. Carlos Sussekind. 2. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org). **Construindo o saber**: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática. 2003.
- CHEVALIER, J. GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, formas, figuras, cores, números). Coordenação Carlos Sussekind. trad. Vera Costa e Silva [et al]. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

- CORALINA, Cora. Mulher da Vida. In: _____. **Poemas de Goiás e Estórias Mais**. São Paulo: Global, 1996.
- DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes.; TRINDADE, Vítor.; LINHARES, Célia. (Org.). **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. trad. Joice Elias costa. 3.ed. Porto Alegre : Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo – SP, 2008.
- _____. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GIANOTTI, José Arthur. Moralidade pública e moralidade privada. In: NOVAES, Aduino (org.). **Ética**: vários autores. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o sonho nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosario. BARONAS, Roberto. (org.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.
- GOODE, William Joseph. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- HOUSAISS, Antônio e SALLES, Mauro de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2004.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 117-122.
- KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia grega e romana**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje.** trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso.** Org. Carlos Piovezani e Vanice Sargentini (org.). São Paulo: Contexto, 2011.

MATOS, Maria Izilda e BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

MELETÍNSKI, Eleazar. M. **Os arquétipos literários.** 2. ed. trad. Aurora Fornoni [et al]. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

MURARO, Rose Marie. **Textos da fogueira.** Brasília: Letraviva, 2000.

_____. **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil.** 3ª edição. Vozes: Petropolis-RJ, 1983.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Fontes, 3ª edição, 2001 a.

_____. **Do Sujeito na História e no Simbólico.** In: Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Pontes, 2001 b.

_____. **Maió de 1968: os silêncios da memória.** In: Papel da Memória. In: **Papel da Memória.** Org. Pierre Achard. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Edunicamp, 2002.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso.** 4. edição. 2. Reimpressão. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 3. ed. trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre (org.) **Papel da Memória.** trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Puccinelli Orlandi. – 2ª edição – Campinas, SP: pontes, 2008.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice Sargentini (org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940).** Florianópolis: Ed.da UFSC, 2004.

PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do Discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice Sargentini (org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 2011.

- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- _____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contexto: 2006.
- RAGO, Margareth. Imagens da prostituição na Belle Époque paulista. In: **Cadernos Pagu**: trajetórias e sentimentos, n. 1, São Paulo, 1993.
- RAMOS, Krishna Figueiredo de Almeida: **Sedução e desejo**: representações da mulher nos anúncios de perfumes femininos. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2006. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10482/5063>>. Acesso: 19/09/2012.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Trad. Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na História**. trad. Magna Lopes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- SCLIAR, M. **O ciclo das águas**. Porto Alegre: L & PM, 2010.
- SCOTT, Ana Silvia. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 14. ed.. trad. João Dell'Anna. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1993.
- VIEIRA, Sônia e HASSNE, Saad. **Metodologia científica para a área da saúde**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

ANEXOS



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

PARECER 096/2012-CEP

Projeto de Pesquisa, pesquisador responsável: João Carlos Cattelan da UNIOESTE-Toledo.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná analisou em sessão ordinária do dia 28/06/2012, Ata 04/2012 – CEP, o processo CAAEE nº 03230912.8.0000.0107, referente ao projeto, intitulado “O Discurso de Profissionais do Sexo”.

Assim, em conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como **APROVADO**, pois o mesmo atende aos requisitos fundamentais da Resolução 196/96 e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde. Deverá ser encaminhado ao CEP o relatório final da pesquisa e/ou a publicação de seus resultados, para acompanhamento, bem como comunicada qualquer intercorrência ou a sua interrupção.

Cascavel, 28 de Junho de 2012.

ANELINE MARIA RUEDELL

Coordenadora do CEP/Unioeste

ANEXO I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O discurso de profissionais do sexo

Pesquisadores:

João Carlos Cattelan
Mirielly Ferraça (45) 9991-3105

Convidamos você a participar de nossa pesquisa, intitulado "O discurso de profissionais do sexo", que tem o objetivo de analisar os efeitos de sentido que ecoam nos dizeres dessas profissionais, quais sentidos estão cristalizados em nossa sociedade sobre essa prática. Para isso, será realizada uma entrevista, com perguntas semi-estruturadas, ou seja, algumas perguntas exigem respostas objetivas e outras subjetivas, abertas.

Durante a execução do projeto, algumas perguntas poderão causar constrangimento ao entrevistado, por se tratar de questionamentos pessoais e, em alguns casos, íntimos. Caso a entrevistada sinta-se constrangida em algum momento, a entrevista poderá ser interrompida ou mesmo a entrevistada tem todo o direito de não responder. Para qualquer questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento, os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento.

A importância desta pesquisa para a comunidade está em desvelar o discurso sobre a prostituição, a partir de enunciados proferidos pelos profissionais do sexo entrevistados, entendendo quais discursos se repetem, quais práticas continuam sendo reafirmadas continuamente.

Com interesse qualitativo, inclui-se nesta pesquisa sujeitos que se prostituem ou já se prostituíram e, que, por livre e espontânea vontade, desejam contribuir para o estudo relatando suas histórias. Só serão excluídas as respostas dos entrevistados que, por motivos quaisquer, desejarem que seus relatos não façam mais parte do material de análise. Assim, todas as entrevistas consentidas livremente serão incluídas na análise.



Tenciona-se entrevistar cerca de quatro garotas de programa. A pesquisa não visa estudar a particularidade dos sujeitos em questão, mas como a prática da prostituição ocorre coletiva e socialmente.

Questões a serem perguntadas caso a entrevistada esteja de acordo:

- 1 Qual o seu nome ou qual nome você utiliza na noite?
- 2 Qual a sua idade?
- 3 Qual a sua naturalidade?
- 4 Onde você trabalha hoje?
- 5 Você considera a prostituição uma profissão?
- 6 O que você acha do seu trabalho? Você gosta?
- 7 Quando você entrou para essa profissão? De que forma?
- 8 Como sua família ou amigos reagiram ao saber disso?
- 9 Como a família lida com essa escolha?
- 10 (Caso não saibam) Por que você não contou a eles? E se eles soubessem como você acha que eles reagiriam?
- 11 Você tem outra profissão além dessa? Qual?
- 12 (Caso tenha outra profissão) Por que conciliar as duas e como você faz?
- 13 Você já sofreu algum tipo de preconceito em relação a este trabalho?
- 14 Já sofreu algum tipo de agressão?
- 15 Você já pensou, por exemplo, num filho que fizesse essa mesma escolha, como você lidaria com isso?
- 16 Antes de estar aqui, você já conhecia alguém que trabalhava nessas condições?
- 17 Quais são seus planos para o futuro?



Deixa-se claro que:

O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa; o sujeito não pagará nem receberá para participar do estudo; será mantido a confidencialidade do sujeito e os dados serão utilizados só para fins científicos; o sujeito poderá cancelar sua participação a qualquer momento; o telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso o sujeito necessite de mais informações.

Caso ocorra algum imprevisto de ordem diversa, a entrevista poderá ser interrompida. Após a conclusão da mesma, o sujeito não terá mais nenhum contato com o desenvolvimento do estudo que será realizado posteriormente a concessão de sua entrevista.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa.

Nome do entrevistado: _____

Assinatura: _____

Eu, Mirielly Ferraça, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Cascavel, _____ de _____ de 20____.

